



Universidade de Aveiro Departamento de Educação  
2012

**NEUSA MARISA  
ALMEIDA  
CASTANHEIRA**

## **IMPLEMENTAÇÃO DAS AEC: UM ESTUDO QUALITATIVO EM TRÊS MUNICÍPIOS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro



## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor António Maria Martins**

Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

**Prof. Doutor Armando Paulo Ferreira Loureiro**

Professor Auxiliar da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

**Prof. Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves**

Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro



## **agradecimentos**

A presente Dissertação de Mestrado decorre de uma experiência única e de um processo solitário a que qualquer investigador está destinado. Não poderia deixar de expressar um profundo agradecimento aos contributos de inúmeras pessoas na cooperação, participação e elaboração do presente projeto de investigação.

À orientadora desta Dissertação, Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, quero publicamente agradecer o seu valioso contributo para a qualidade deste trabalho, todo o seu apoio, disponibilidade, simpatia, paciência, partilha de saber e espírito crítico.

À generalidade dos Professores do Mestrado em Ciências da Educação na especialização em Administração e Políticas Educativas, pela transmissão de conhecimentos e muito em especial, ao Professor Doutor António Neto-Mendes pela indicação de referências bibliográficas, simpatia e disponibilidade.

À Universidade de Aveiro, em que me encontro a desenvolver o Mestrado.

Aos Presidentes e Vereadores do Departamento de Educação dos Municípios Beirão, dos Montes e dos Rios, um agradecimento especial, pela disponibilidade, simpatia e por terem possibilitado a recolha de informação. Sem eles não teria sido possível desenvolver o presente estudo.

A todos os Coordenadores do 1.º Ciclo e Diretores dos Agrupamentos de Escolas envolvidos nesta investigação, pela erudita ajuda e colaboração tornando-nos possível a realização deste estudo.

Ao Diretor Pedagógico do Conservatório de Música, pela sua disponibilidade, colaboração e simpatia.

A todos os meus amigos, em particular à Lília, Sónia, Katy e Eva, pelo companheirismo, apoio, incentivo, alegria e amizade.

Ao meu namorado Luís, pela presença contínua, dedicação, ajuda e atenção sem reservas nestes dois anos de curso.

À minha avó Laura, pela sua presença viva e encorajadora e à memória dos meus outros avós (Avó Isaura, avô Agostinho e avô Manuel).

Por fim, aos meus pais, Fernando Castanheira e Lourdes Vide, pelo apoio, paciência, incentivo e presença segura e reconfortante ao longo da vida.



## **palavras-chave**

Educação, Atividades de Enriquecimento Curricular, administração educativa, desconcentração, descentralização.

## **resumo**

No período pós-25 de abril, assistimos à afirmação de um poder desconcentrado de competências no qual o município passa a desempenhar um papel relevante em matérias educativas. Este papel foi reforçado com a implementação do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) em que os municípios têm a possibilidade de dirigir, participar e colaborar através da tutela administrativa e de gestão do Programa. Neste contexto, considerámos pertinente realizar um estudo com o objetivo de analisar as formas de implementação, administração e gestão das AEC por parte dos municípios, agrupamentos e entidades parceiras envolvidas no processo. Reconhecendo que os municípios atuam em função da realidade local, tentámos perceber o modo de execução das AEC enquanto estratégias peculiares e singulares perante a transferência de competências do poder central para o poder local.

O enquadramento teórico da presente investigação é constituído por dois capítulos centrados em conceitos relacionados com a administração e gestão escolar, a centralização, a descentralização e desconcentração do Sistema Educativo em Portugal, na compreensão da ação educativa do município e na análise da implementação das AEC. Nos terceiros e quartos capítulos, procedemos à descrição do estudo empírico realizado, aplicando uma metodologia qualitativa através da realização de entrevistas semiestruturadas em três municípios contíguos.

A nossa investigação permitiu-nos conhecer realidades circunjacentes em que a execução e operacionalização das AEC se fizeram de modo diferenciado. Cada município tem a sua estratégia de implementação, administração e gestão dependendo das dificuldades que foram encontrando ao longo do seu percurso. A relação escola-município parece-nos estar claramente reforçada, no entanto, os agentes escolares encaram ainda tal projeto como uma componente extraescolar traduzindo o receio e o desacordo, por parte destes, face a uma real descentralização de competências para os municípios.





**keywords**

Education, The Basic Education Curriculum Development, educational administration, deconcentration, decentralisation.

**abstract**

In the aftermath of the “25 de abril” Revolution, we witnessed the consolidation of a competencies deconcentrated power, in which municipalities began playing an important role in educational matters. This role was reinforced by the implementation of The Basic Education Curriculum Development Program (AEC). Municipalities were now responsible for the management and administration of this Program, as well as participating and collaborating in it. In this context, we thought it relevant to carry out a study with the aim of analysing the implementation, administration and management of AEC by the municipalities, and other entities that took part in the process. Knowing that municipalities work on a local level, we endeavoured to understand how AEC, a singular strategy vis-à-vis the transfer of competencies from central to local power, were implemented.

The theoretical framework of this research is formed by two chapters which focus on school administration and management, centralisation, decentralisation and deconcentration of the Portuguese educational system, and understanding local policies and analysing their implementation.

The third and fourth chapters describe an empirical study carried out using a qualitative methodology with semi-structured interviews which were done in three adjacent municipalities.

The research enabled us to know the surrounding realities where AEC were implemented differently. Each municipality has its own implementation, administration and management strategy, depending on the difficulties encountered along the way. The relation between schools and municipalities appear to be clearly reinforced. However, school agents still acknowledge this program as an extra-schooling element, which reflects their reluctance and disagreement with regards to the actual decentralisation of competencies.



# Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>III</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>IV</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>V</b>
<b>Índice.....</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Os municípios e a Educação em Portugal .....</b>	<b>11</b>
1. Administração escolar, gestão escolar e autonomia no Sistema Educativo português .....	12
1.1. Clarificação de conceitos .....	12
1.2. Caracterização.....	13
2. A escola como organização.....	16
3. Centralização, descentralização e desconcentração da Educação em Portugal .....	18
3.1. Clarificação de conceitos .....	18
3.2. Caracterização.....	21
4. Transferência de competências entre poder central e local .....	23
5. O município e a sua ação educativa .....	25
<b>CAPÍTULO 2 – A inclusão do Extraescolar: O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular.....</b>	<b>29</b>
1. A implementação do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular .....	30
1.1. Administração e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular .....	30
1.1.1 Em 2005: o início .....	30
1.1.2 Entre 2006 e 2008: algumas alterações são instituídas .....	32
1.1.3 Entre 2008 e 2011: mudanças e aperfeiçoamentos do Programa .....	37
1.1.4 No ano letivo 2011/2012.....	39
2. As Vantagens e Desvantagens do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular .....	39
<b>CAPÍTULO 3 – Metodologia de Investigação .....</b>	<b>43</b>
1. Método de Investigação.....	44
2. Técnicas de recolha de dados.....	45
3. Técnicas de tratamento de informação.....	46
4. Contextos analisados.....	48
4.1 Fundamentação da escolha.....	48
4.2 Caracterização.....	49
4.2.1. O Município Beirão.....	49
4.2.1.1. O Agrupamento Beirão .....	49
4.2.1.2. O Conservatório de Música .....	50
4.2.2. Município dos Montes .....	50
4.2.2.1. Primeiro Agrupamento dos Montes .....	51
4.2.2.2. Segundo Agrupamento dos Montes .....	52
4.2.2.3. Terceiro Agrupamento dos Montes .....	52
4.2.2.4. Quarto Agrupamento dos Montes .....	52
4.2.3. O Município dos Rios.....	53
4.2.3.1. O Agrupamento dos Rios.....	53
5. O Processo de Investigação .....	54

<b>CAPÍTULO 4 – Análise e Discussão de Resultados.....</b>	<b>57</b>
1. O Município Beirão.....	58
1.1 O município e as AEC – Implementação .....	58
1.2 Modalidades de Gestão das AEC .....	59
1.3 Atividades.....	60
1.4 Operacionalização das AEC .....	62
1.5 Gestão Financeira das AEC .....	64
1.6 Políticas Locais de Educação .....	66
1.7 Balanço do Programa das AEC no Concelho.....	67
1.8 A importância das AEC .....	68
1.9 Descentralização de competências no domínio da Educação .....	72
2. O Município dos Montes .....	73
2.1 O município e as AEC – Implementação .....	73
2.2 Modalidades de Gestão das AEC .....	74
2.3 Atividades.....	74
2.4 Operacionalização das AEC .....	76
2.5 Gestão Financeira das AEC .....	78
2.6 Políticas Locais de Educação .....	79
2.7 Balanço do Programa das AEC no Concelho.....	80
2.8 A importância das AEC .....	81
2.9 Descentralização de competências no domínio da Educação .....	84
3. O Município dos Rios.....	85
3.1 O município e as AEC – Implementação .....	85
3.2 Modalidades de Gestão das AEC .....	85
3.3 Atividades.....	87
3.4 Operacionalização das AEC .....	87
3.5 Gestão Financeira das AEC .....	89
3.6 Políticas Locais de Educação .....	89
3.7 Balanço do Programa das AEC no Concelho.....	89
3.8 A importância das AEC .....	90
3.9 Descentralização de competências no domínio da Educação .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>113</b>

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Localização dos Municípios Beirão, dos Rios e dos Montes .....	49
Figura 2 – Localização dos quatro Agrupamentos de Escolas no Município dos Montes .....	51

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 – Realização das entrevistas aos municípios, agrupamentos e outras entidades.....	55
--	----

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Percentagem de Estabelecimentos com AEC, por atividade, no ano 2006/2007 e 2007/2008.....	35
Gráfico 2 – Percentagens da distribuição de entidades promotoras em 2006/2007 e 2007/2008.....	35
Gráfico 3 – Situação profissional dos professores das AEC em 2008.....	36
Gráfico 4 – Percentagens de turmas, por AEC, em função dos tempos das atividades letivas em 2008.....	37
Gráfico 5 – Evolução da percentagem de alunos com as AEC (de 2006 a 2010) .....	38

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses

APPEM – Associação Portuguesa de Professores de Educação Musical

APPI – Associação Portuguesa de Professores de Inglês

ATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CAF – Componente de Apoio à Família

CAP – Comissão de Acompanhamento do Programa das AEC

CNAPEF – Conselho Nacional das Associações de Professores e profissionais de Educação Física

COAP – Comissão de Operacionalização e Acompanhamento do Programa de generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Público

CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais

DREC – Direção Regional de Educação

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação



# INTRODUÇÃO

---

Em Portugal, assistimos desde a Revolução do 25 de abril de 1974, à emergência da necessidade de uma diversidade de formas locais e regionais de afirmação de uma possível descentralização de competências. No que respeita à educação, este papel foi reforçado a partir da Lei da Bases do Sistema Educativo e outras disposições legais (Decreto-Lei n.º115-A/98 de 4 de maio com alterações implementadas recentemente pelo Decreto Legislativo n.º 75/2008, de 22 de abril, lei n.º159/99 de 14 de setembro e Despacho n.º14460/2008 de 26 de maio) que preveem a participação e a colaboração dos municípios em áreas educativas antes exclusivamente reservadas ao Estado.

Deve dizer-se que talvez mais importante do que as aberturas legais tem sido decisiva a crescente colaboração que se vem estabelecendo entre escolas e municípios para desfazer imagens negativas do poder local herdadas do passado e desenvolver projetos de colaboração. É neste contexto que a partir da década de 80, os municípios têm desempenhado funções em matéria de educação ao nível de encargos financeiros relativos aos transportes escolares e à ação social escolar.

No entanto, as práticas evidenciam a existência de uma certa diversidade na intervenção educativa dos municípios portugueses tanto no que diz respeito à execução das competências legalmente atribuídas, bem como ao trabalho desempenhado por iniciativa própria. Salientamos que a análise das diversidades do envolvimento dos municípios remete-nos para fatores distintos relacionados com as necessidades, as capacidades financeiras e os recursos técnicos inerentes ao próprio meio onde está inserido o município.

Com efeito, os municípios têm sido das instituições locais mais solicitadas a intervir no campo educativo, quer como interventor autónomo, quer como parceiro do Estado e/ou de instituições privadas. Consequentemente podemos falar hoje em dia, de um alargamento do leque de competências municipais em matérias educativas, da institucionalização de uma nova perspetiva local da administração e gestão educativa (Quintaneiro et. al., 2012) bem como da afirmação de uma política educativa local (Fernandes, 2003).

Por conseguinte, na sequência da implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), ao abrigo do Despacho n.º14753/2005, de 26 de abril, o governo central transfere para os municípios competências de administração e gestão. Passado um período de sete anos até aos dias de hoje, várias linhas de orientação têm regido o Programa das AEC e os municípios também já apresentam um longo percurso na tutela do projeto das AEC. Para além disso, o município, com as suas múltiplas intervenções no domínio educativo, apresenta uma função



educadora cada vez mais intensificada e que outrora não desempenhava. Assistimos, assim, à abertura de uma nova política educativa com base no município assumindo um papel educativo relevante de liderança e coordenação (Silva, 2006).

Atendendo à realidade anteriormente descrita, o nosso objeto de estudo focou-se no estudo das formas de implementação, administração e gestão das AEC no 1.º Ciclo do Ensino Básico, por parte dos municípios, tendo em conta as escolas e as entidades parceiras envolvidas neste processo. De uma forma mais concreta, procurámos compreender o modo de execução das AEC em três municípios circunjacentes, procurando caracterizar de forma específica como cada um deles se posiciona e atua perante a transferência de competências efetuada pelo governo central. Pretendemos igualmente compreender e analisar o projeto das AEC como o potencial contributo para uma eventual descentralização de competências no domínio da educação, tendo em conta as posições dos agentes envolvidos (autarcas e Diretores/Coordenadores de escola) tal como a ação dos municípios na execução deste projeto.

Como objetivos específicos destacamos:

- ❖ Estudar a transferência de competências entre poder central e poder local ao nível dos normativos;
- ❖ Contextualizar a criação e a implementação das AEC no Sistema Educativo português;
- ❖ Analisar o papel dos municípios na administração e gestão escolar no âmbito das AEC;
- ❖ Analisar as orientações das políticas educativas no âmbito da participação dos municípios, em geral, e no que diz respeito ao Programa das AEC, em particular;
- ❖ Discutir o papel dos municípios nas políticas de educação;
- ❖ Reconhecer os motivos que levam as entidades promotoras a promoverem o Programa das AEC;
- ❖ Identificar os mecanismos de administração e gestão das AEC adotados por cada município;
- ❖ Examinar os resultados obtidos pelas estratégias utilizadas pelas entidades promotoras na execução das AEC;
- ❖ Identificar os procedimentos de supervisão e avaliação do Programa das AEC;
- ❖ Analisar a relação que se estabelece entre a escola e a entidade promotora do Programa das AEC;
- ❖ Caracterizar a evolução do Programa das AEC;

- ❖ Recolher a opinião dos autarcas e técnicos municipais no que se refere às vantagens e desvantagens do Programa das AEC;
- ❖ Analisar as conceções dos agentes envolvidos no que diz respeito à contribuição do Programa das AEC para uma futura descentralização e alargamento de competências no domínio da educação com base no município.

Esta abordagem pareceu-nos importante para tentar clarificar e compreender fatores relacionados com a escolha de cada forma de administrar, gerir e implementar o Programa das AEC por parte dos municípios, contribuindo, assim, para o entendimento do processo de desconcentração das competências educativas e da instituição de novas estratégias educativas municipais. A pertinência deste estudo está relacionada com a atualidade do tema, na medida em que, em Portugal, a problemática da descentralização de competências ao nível da educação tem constado na agenda política dos últimos anos. Para além disso, ao nível legislativo, o Programa das AEC tem sofrido constantes redefinições e atualizações ao longo dos tempos, subsistindo, na atualidade, algumas incertezas quanto à continuidade deste projeto.

Este trabalho é constituído por um enquadramento teórico que incide sobre os diversos conceitos e noções envolvidos no nosso objeto de estudo, assim como um estudo empírico, baseado no método qualitativo, que ocorreu em três municípios contíguos, que denominámos de Município Beirão, Município dos Montes e Município dos Rios.

O trabalho é constituído por quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado **O município e a Educação em Portugal**, apresentámos conceitos relacionados com administração, gestão escolar e autonomia. Destacámos os marcos legislativos ligados à evolução das políticas de gestão e administração, clarificando os conceitos, em particular, de centralização, descentralização e desconcentração. Considerámos pertinente igualmente abordar a transferência de competências entre poder central e local em matérias educativas e definir a ação educativa do município.

No segundo capítulo denominado de **A inclusão do Extraescolar: o Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular**, analisámos a evolução do Programa das AEC e o caminho percorrido até aos dias de hoje, em termos legislativos. Examinámos as formas de administrar e gerir as AEC segundo relatórios e estudos disponíveis sobre o tema, abordando as vantagens e desvantagens das AEC segundo diversos posicionamentos teóricos.

No terceiro capítulo abordámos a **Metodologia de Investigação**. Descrevemos o método de investigação utilizado, definindo as técnicas de recolha e de tratamento de dados.

Caracterizámos os contextos analisados realçando as principais particularidades de cada município e respetivos agrupamentos assim como a entidade privada envolvida (Município Beirão, dos Montes e dos Rios, Agrupamento Beirão, o Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Agrupamento dos Montes, o Agrupamento dos Rios e o Conservatório de Música).

No quarto capítulo, que apelidámos de **Análise e Discussão de Resultados**, apresentámos, analisámos e discutimos os resultados obtidos através da análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos diversos agentes.

Em última instância, nas **Considerações Finais** retomámos todos os temas abordados, na tentativa de problematizar criticamente os dados decorrentes da análise anteriormente efetuada.



# CAPÍTULO 1

## **Os municípios e a Educação em Portugal**

---

## **1. Administração escolar, gestão escolar e autonomia no Sistema Educativo português**

### **1.1. Clarificação de conceitos**

Ao abordarmos questões relacionadas com administração, gestão escolar e autonomia, importa, desde já, clarificar estes conceitos.

Entre muitos posicionamentos teóricos, damos destaque à definição de Gulik & Urwik (cit. por Afonso, 1994, p. 35) que consideram a administração escolar “como um processo de funções, incluindo planeamento, organização, provimento de pessoal, direção, coordenação, comunicação e gestão orçamental”.

Relativamente ao conceito de gestão, Lima (2009), refere que a origem etimológica da palavra vem do latim “gero”, “gestum”, “gere” e representa o ato de gerir, administrar e executar. Este conceito refere-se a funções mais precisas do que o conceito de administração e Afonso (1994) considera a gestão escolar como um elemento inerente à função administrativa. Para Formosinho (cit. por Afonso, 1994, p. 35) “a gestão escolar corresponde à implementação de políticas”.

Ao clarificar o conceito de autonomia, Dias (2004), refere que o termo de autonomia da escola foi tão demoradamente adiado em Portugal, que vários autores assemelharam-no à “Terra prometida”. A palavra autonomia ganha diferentes significados consoante o contexto em que é empregue. O seu significado é, por isso, eminentemente plural.

Brito (1991, p. 108) esclarece que o termo de autonomia está relacionado com a noção de autogoverno, traduzindo-se na capacidade que os indivíduos ou as organizações têm de se orientarem e dirigirem através das suas próprias regras. O mesmo se verifica, na opinião de Machado (1982, p. 8) em que o termo de autonomia é descrito pela capacidade de cada indivíduo em “se autoderminar, de autoregular os próprios interesses – ou o poder de se dar a própria norma opondo-se, assim a “heteronomia”, que traduz a ideia de subordinação a normas dadas (e impostas) por outrem”. Nesta perspetiva, este termo assemelha-se ao conceito de independência, na medida em que supõe igualmente liberdade mas, não se confunde com o mesmo.

Por seu turno, Brito (1991, p. 108) contrapõe esta visão considerando que o conceito de autonomia “é relacional” na medida em que, todos os indivíduos são sempre “autónomos de alguém ou de alguma coisa pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações” acrescentando que “somos mais, ou menos, autónomos; podemos ser autónomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras”.

Na perspetiva escolar, o mesmo autor (1991) considera a autonomia o espaço de confronto entre os diversos poderes influentes, isto é, entre governo, administração, professores, alunos, pais e outros agentes da sociedade local.

Para Fernandes, (2005, p. 60), “a autonomia é um processo contínuo de construção e de apropriação e não o resultado de uma liberalidade ou concessão política”.

## **1.2. Caracterização**

Atualmente, a legislação em vigor é a Lei n.º75/2008 de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e segue as linhas principais de orientação, definidas pelo Decreto-Lei n.º115-A/98, no que diz respeito ao carácter democrático e participativo de todos os intervenientes no processo educativo, à primazia de critérios de natureza pedagógica sobre critérios de natureza administrativa, à representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola através de uma eleição democrática, à responsabilização do Estado e dos diversos intervenientes no processo educativo, à estabilidade e eficiência da gestão escolar e por fim, à transparência dos atos de administração e gestão (artigo 4º, nº1, publicado em anexo do respetivo Decreto-Lei).

Nos inícios dos anos 80, com as reformas da administração pública como tentativa de resposta à crise política do Estado Moderno, foram surgindo várias medidas de gestão local e autonomia, centradas na transferência de poderes entre os vários níveis de administração. Neste contexto, assistimos, de acordo com Brito (1991, p. 93) a uma “perspetiva mais centrada na alteração dos processos de decisão e gestão – “nova gestão pública” – até às perspetivas mais radicais de liberalização e privatização do setor publico”. Finger (cit. por Brito 1991, p. 94) enuncia 5 princípios em prol da “nova gestão pública” visto que o poder político reconquista o “controlo estratégico” e ao mesmo tempo aumenta a eficácia da gestão. O primeiro princípio anota o esclarecimento dos papéis desempenhados por um lado, pela administração e por outro, pela política, aperfeiçoando relações existentes entre os agentes envolvidos de parte a parte e introduzindo a contratualização. O segundo princípio refere-se à relação entre a administração e o cidadão sendo esta cada vez mais próxima, assemelhando os cidadãos a clientes. Já o terceiro princípio evidencia o carácter dinamizador da administração através do processo de “descentralização, de autonomia de gestão, transparência de custos, processos, informações, competição interna, subcontratação do que pode ser feito melhor pelos privados”. Finalmente, o

quarto e quinto princípio anotam a descentralização do poder de decisão e de gestão tomando em conta os resultados e a sua avaliação.

Brito (1991, p. 96) relata ainda que um dos melhores exemplos destas políticas de “nova gestão pública” é a educação, visto que as medidas de descentralização e autonomia são denominadas por “gestão centrada na escola”. Para o mesmo autor, esta “nova gestão centrada na escola” identifica um conjunto de medidas políticas coerentes com objetivo de reduzir a intervenção do Estado relativamente à educação, resultando na alteração dos mecanismos financeiros, de governo e gestão. Esta “nova gestão pública” centrada numa maior descentralização, participação e autonomia das escolas aponta para uma forma de “desresponsabilização” do Estado reforçando a passagem de um “Estado educador” para um “Estado regulador”.

Já para Caldwell (cit. por Brito, 1991), este tipo de gestão permite às escolas tomarem vários tipos de decisão que digam respeito a recursos materiais, humanos e entre outros (conhecimento, tecnologia, poder, tempo e dinheiro). Esta autonomia da gestão de recursos está associada à descentralização e “desburocratização dos processos de controlo, à partilha de decisões no interior da escola, ao aumento da influência dos pais no processo de tomada de decisões no interior da escola e à possibilidade dos pais poderem escolher livremente a escola onde querem colocar os seus filhos com o fim de lançar a concorrência entre as escolas “ (Brito, 1991 p. 98).

Assim, a autonomia decorre da capacidade de “tomada de decisão própria” por parte dos estabelecimentos de ensino “em determinados domínios (estratégicos, pedagógicos, administrativos e financeiros), que se exerce através de atribuições, competências e recursos, transferidos ou delegados de outros níveis de administração ” (Brito, 1991, p. 108). Porém, ainda para este autor, a autonomia das escolas desenvolve-se no meio de algumas dependências, sendo estas, as atribuições e competências dos municípios, a tutela de diferentes serviços centrais e regionais do Ministério de Educação, os direitos dos cidadãos, entre outros.

Brito (1991) refere duas vertentes assumidas pela autonomia; a autonomia “decretada” e a autonomia “construída”. A autonomia “decretada” é aquela que se traduz num conjunto de competências (definidas através dos diplomas legais) que os órgãos de gestão da escola têm para decidirem sobre matérias tais como: definição de objetivos, modalidades de organização, programação de atividades e aplicação de recursos. Esta autonomia será sempre relativa, visto que poderá ser condicionada quer pelos poderes da tutela e da administração pública quer, eventualmente, pelo poder local no quadro de um processo de descentralização.



A autonomia “construída” privilegia uma perspectiva mais sócio-organizacional, na medida em que é algo construído por uma organização social que se estrutura segundo objetivos próprios. Nesta linha de pensamento, Macedo (1991, p. 132) refere que a “autonomia da escola passa pela capacidade de efetuar trocas com os outros sistemas que envolvem a escola”. Assim, a autonomia da escola não é algo adquirido mas, sim, algo que se vai construindo na inter-relação, pois só desta forma é que a escola criará a sua própria identidade.

A tendência para a autonomia dos estabelecimentos de ensino portugueses encontra-se perceptível na legislação portuguesa, com várias disposições legais que a regulamentam.

O já referido Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de abril realça o papel fundamental da escola enquanto local estratégico de decisão educativa, reforçando a sua autonomia articulada com autoavaliação e avaliação externa, a participação da família e da comunidade bem como o favorecimento de lideranças fortes.

Segundo o Decreto-Lei prevê-se uma autonomia das escolas centrada nos planos pedagógicos, culturais, administrativos e de gestão financeira acrescentando-se que “a maior autonomia tem de corresponder maior responsabilidade” sendo assim, uma autonomia gradual e sustentável (preâmbulo, Decreto-Lei n.º75/2008).

Relativamente aos instrumentos dessa autonomia (artigo nº9), a escola nomeia democraticamente os seus órgãos representativos que detêm o poder de tomar decisões autonomamente, nomeadamente na elaboração do projeto educativo que consagra a orientação educativa da escola, do plano anual de atividades que é o documento de planeamento e programação das atividades da escola e do regulamento onde está definido o regime de funcionamento da escola. A prestação de contas é introduzida através do Relatório Anual de atividades, de contas de gerência e de autoavaliação (contrato de autonomia celebrado nessa sequência).

As tendências da política educativa apontam, portanto, para uma nova organização da administração da educação, que assenta na descentralização e no desenvolvimento da autonomia, tal como na valorização da identidade de cada instituição escolar, reconhecida no seu projeto educativo e numa organização pedagógica flexível, no sentido de promover mais e melhores aprendizagens para todos os alunos. Estas tendências são congruentes com a perspectiva do Estado regulador e com aquilo que esta implica (privatização dos serviços e lógica do mercado).

Para além disso, este decreto expressa igualmente, a intenção de que as políticas de descentralização ao nível da educação reflitam uma política de modernização do Estado visando a

qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Para Barroso (1996, p. 24) as escolas oscilam entre heteronomia absoluta e quase completa anomia, em que existe a inexistência de normas claras mas em que alguns estabelecimentos conseguiram criar uma efetiva autonomia.

## **2. A escola como organização**

O conceito de organização implica vários elementos que nele se processam. Com efeito, as fronteiras, os limites, a hierarquia, os sistemas de comunicação, de coordenação de diferenciação tal como a coletividade e a ordem normativa estão implícitos neste conceito. Desde logo, podemos assinalar que as organizações emergem das relações sociais, das interações entre as pessoas, “são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos” (Etzioni, 1989, p. 3).

As organizações são compostas e orientadas por várias pessoas que interagem entre elas. Cada uma delas desempenha um papel específico na sequência de objetivos concretos e direcionados para fins coletivos. Deste modo, a organização presume uma determinada dinâmica, estrutura, definição de papéis, hierarquia e delimitação de fronteiras e compreende um “conjunto de pessoas que estão combinadas em virtude de atividades orientadas para fins coletivos” (Russell, 1990, p. 105). Hall (1984, p.23), por sua vez, define a organização como sendo uma “coletividade com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade, sistemas de comunicação e sistemas de coordenação de afiliação (espírito de pertença); essa coletividade existe numa base relativamente contínua e num ambiente determinante e compromete-se em atividades relacionadas usualmente com um conjunto de objetivos”. Consequentemente, Lima (1992) afirma ser difícil “encontrar uma definição de organização que não seja aplicável à escola”.

Porém, a escola enquanto organização é uma organização muito particular, complexa e diferente de todas as outras, na medida em que, “tem uma dinâmica própria que a diferencia dos restantes sistemas” (Bucha, 2004, p. 249). Nóvoa (1992, p. 29) realça a sua singularidade visto que o funcionamento da escola é “fruto de um compromisso entre estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos”. Este mesmo autor (1992, p. 24) acrescenta ainda que a escola possui características organizacionais que dizem respeito à sua estrutura física que reflete o tamanho da escola, aos recursos materiais, ao número de turmas, à organização dos espaços, à estrutura administrativa (gestão, controlo, inspeção,

direção, tomada de decisão, pessoal docente e não docente, cultura organizacional, estrutura social da escola e participação dos pais).

No entanto, ao considerarmos a escola enquanto organização, estamos a assemelhar a escola a uma empresa e na opinião de Nóvoa (1992, p. 9), “a abordagem das escolas como organizações é olhada com grandes desconfianças e suspeições no terreno educativo. Os professores e os cientistas da educação não gostam que o seu trabalho seja pensado a partir de categorias de análise construídas, frequentemente, com base numa reflexão centrada no universo económico e empresarial”.

As organizações escolares, apesar de serem peculiares como já foi referido, partilham exigências de práticas comuns à gestão de outras organizações. Estas prendem-se sobretudo, como lembra Sergiovanni (2004) com o cumprimento dos objetivos organizacionais básicos, no que se refere designadamente à competência, confiança, estrutura e estabilidade. Outros aspetos não podem ser menosprezados, já que de algum modo interagem com a comunidade escolar, designadamente os que se prendem com as realidades políticas particulares, que nem sempre são consensuais. Daí ser imprescindível que os líderes escolares fomentem o consenso e se empenhem em prol do trabalho e bem-estar de toda a comunidade.

Assim, Dias (2004, p. 257) acrescenta que as escolas funcionam como serviços periféricos que não detêm realmente “direção interna” mas são dirigidas por serviços centrais através de normativos, despachos, circulares e legislações. A partir de meados dos anos 80, o Estado começou a apelar à participação da sociedade na resolução de problemas educativos, em vez de utilizar “instrumentos de macro-planificação” tais como a “reforma da educação” de 1986, e outras reformas educativas que ocorriam sempre que existiam “crises” na educação. Logo, o Estado começou a apresentar mecanismos “micro-reguladores” das escolas, para fazer face às dificuldades encontradas na sua administração e gestão, tais como “projetos educativos, planos de atividades, projetos de área de escola e avaliações aferidas”. Através destas mudanças que foram ocorrendo lentamente no Sistema Educativo, toma-se consciência, progressivamente, da transformação do “Estado Educador” para um “Estado regulador”.

As Políticas Educativas têm desenvolvido modelos organizacionais que valorizam novas formas de regulação da educação, na medida em que são redefinidas competências entre a administração central e as escolas, atenuando fronteiras entre os setores públicos e privados.

### **3. Centralização, descentralização e desconcentração da Educação em Portugal**

#### **3.1. Clarificação de conceitos**

Abordaremos e aprofundaremos os conceitos de centralização, descentralização e desconcentração para tentar perceber o seu significado e a sua prática em Portugal.

Começemos por discutir o conceito de centralização. Este conceito é muito enraizado nos contextos políticos de vários países latinos, visto que, estes possuem o modelo centralista como uma tradição nas suas políticas educativas. Segundo Fernandes (2005), a centralização pressupõe que a capacidade e o poder de decisão estejam centralizados no Estado ou no órgão de administração mais elevado hierarquicamente deixando às escolas a execução das decisões tomadas pelo poder central.

Porém, como relembra Gournay (cit. por Fernandes, 2005) num modelo centralizado é impraticável que as decisões sejam todas tomadas à responsabilidade dos serviços centrais.

No que diz respeito ao conceito de descentralização, Formosinho (2005) anota que se trata de tipos de administração pública menos submissos e dependentes do Estado. Baixinho (2008) acrescenta que a descentralização permite a devolução de poderes de decisão relativos ao Estado para entidades e órgãos autónomos do Estado.

Assim sendo, num modelo de descentralização, cabe aos órgãos “regionais” ou “locais”, não dependentes hierarquicamente da administração central do Estado, com autonomia administrativa e financeira, a tomada de decisão e competências próprias.

Para Ferrer (cit. por Fernandes 2005, p. 64) existem três modalidades de descentralização: “o federalismo”, “o localismo” e “o liberalismo”. A primeira modalidade refere-se ao poder político e administrativo quando este se estabelece em entidades territoriais inferiores ao Estado (regiões e províncias). Neste tipo de modalidade de descentralização existe um vasto poder no domínio da educação constituindo “tantos sistemas educativos quantas as regiões ou estado”. Já, “o localismo” é visto como o poder político e administrativo que os municípios ou entidades estruturadas à parte destes dispõem. Habitualmente, a autonomia destes é de menor intensidade. Finalmente, “o liberalismo” corresponde ao poder político e administrativo que múltiplas associações possuem, na medida em que a sociedade passa a garantir a educação através das redes de escolas privadas. Porém, por ser um serviço prestado à comunidade, o Estado comparticipa a educação.

Reguzzoni (cit. por Fernandes 2005, p. 65) indica duas modalidades de descentralização educativa que designa de “autonomia de sistema” e “autonomia de comportamento”. Na primeira modalidade, a gestão das escolas efetua-se mais ou menos independentemente do Estado visto que

continua a depender dessa autoridade e define segundo ela o seu grau de independência. Na segunda modalidade, as escolas possuem vários poderes de decisão nomeadamente ao nível financeiro, pedagógico, organizativo e de gestão (elaboração do projeto educativo).

Segundo Formosinho (2005, p. 27), no âmbito da administração pública, a descentralização assume várias formas: “a descentralização funcional”, “a descentralização funcional plena”, “a descentralização territorial”, “a descentralização territorial limitada” e a “descentralização cooperante”.

A “descentralização funcional” corresponde às organizações diferenciadas do Estado ao nível social, jurídico e autónomo mas subordinadas, no entanto, aos poderes de direção e tutela do Estado. É uma forma de administração indireta do Estado.

A “descentralização funcional plena” refere-se a organizações sob tutela do Estado mas não submetidas aos poderes de direção sendo estas autoadministradas.

A “descentralização territorial” consiste num conjunto de pessoas localizadas num determinado território representadas através de pessoas coletivas públicas tendo uma administração autónoma.

A “descentralização territorial limitada” diz respeito aos serviços que dependem de órgãos administrativos estatais, representados centralmente ou localmente de forma limitada, em que os beneficiários desses serviços têm algum poder de decisão. Este modelo retrata uma administração estatal participada.

Por fim, a “descentralização cooperante” corresponde à união do Estado com organizações privadas, cooperativas ou municipais dando lugar à conceção de organizações mistas. É um tipo de administração mista.

Para o autor supramencionado, a “descentralização funcional” e a “descentralização territorial” podem entrar em oposição na medida em que, se operar o controlo do município sobre as escolas está-se a promover uma descentralização de tipo territorial mas com uma certa centralização funcional em que existe outro centro de poder, não favorecendo assim, a autonomia da escola.

Barroso (1996, p. 113) define a descentralização como um processo de partilha de poderes de decisão entre entidades autónomas realçando a dimensão política e não apenas administrativa, em que a palavra desconcentração se adequa.

Contudo, Fernandes (2005) menciona a importância da distinção do conceito de autonomia, anteriormente referido, de descentralização, na medida em que, a descentralização atua com

transferência ou restituição de poderes para a periferia, enquanto a autonomia presume capacidades para movimentar ações políticas fora do centro político e administrativo.

Porém, o que estes dois conceitos têm em comum é a forma como os órgãos de um agrupamento de escolas detém o poder de definir a sua ordem interna e as suas atividades. O mesmo autor ainda acrescenta que o conceito de “autonomia de sistema” corresponde aos três modelos de descentralização que foram referidos por Ferrer “a descentralização federal, local e liberal”.

Relativamente ao conceito de desconcentração, Fernandes (2005) define-o como uma forma de centralização mas mais amenizada, visto que, são mantidas as características substanciais da centralização. Assim, são transferidas determinadas competências para os serviços regionais e locais do Estado mas mantendo a decisão no próprio Estado. É um processo que ocorre quando o poder central tem o poder de decisão mas a coordenação e avaliação da execução são concedidas ao poder regional ou local, que por sua vez, terá a função de informar o poder central.

Formosinho (2005, p. 27) indica que a desconcentração de poderes pode assumir dois tipos.

A “desconcentração territorial” manifesta-se quando os serviços estão distribuídos pelo território - Direções Regionais da Educação (DREC) e Delegações Regionais da Inspeção - e possuem competências de carácter geral ou “polivalente” (no caso da DREC) ou “monovalente” recaindo em determinadas funções (Delegações Regionais da Inspeção). O mesmo autor acrescenta ainda que este tipo de desconcentração corresponde a uma determinada hierarquia de decisões em que o topo pertence ao poder central e os graus intermédios e inferiores ao poder regional (DREC) e local (escolas). Este modelo revela ser uma administração direta do Estado visto que as decisões podem ser anuladas ou alteradas pelo poder central.

Na “desconcentração técnica ou funcional”, os serviços não têm uma limitação territorial podendo alargar-se ao nível nacional. Assim, as competências detidas por estes tipos de órgãos desconcentrados abrangem um conjunto limitado de competências e funções (Instituto Português do livro e das Bibliotecas). É considerada uma administração direta do Estado (Departamentos especializados da Administração Central).

Para este mesmo autor, se a desconcentração territorial se centra, particularmente, em motivos de eficácia, por sua vez, a descentralização territorial acumula, ainda, às características anteriormente referidas para a desconcentração territorial, uma representação e realização dos interesses da comunidade regional ou local.

No entanto para (Formosinho, 2005, p. 25), ambos processos de desconcentração e descentralização baseiam-se em motivos funcionais (criação de serviços distintos de atendimento que requerem especialização técnica) e territoriais (criação de serviços inerentes à comunidade que servem).

Em suma, Amaro (1996, p. 22) aponta a necessidade de não confundirmos o termo de descentralização com desconcentração na medida em que, a desconcentração é conciliável com a centralização. Com efeito, na desconcentração existe uma transferência de competências e de responsabilidades que o Estado já não quer possuir, mas as hierarquias são mantidas resultando numa subsidiariedade a partir de cima. A descentralização corresponde ao aparecimento de novos serviços regionais ou locais, situados a nível periférico tendo uma hierarquia contrária (que parte de baixo) em que o Estado atua somente no que não pôde ser feito pelos níveis abaixo.

### **3.2. Caracterização**

Segundo Formosinho (2005), Portugal adotou desde o século XIX, um sistema administrativo centralizado, seguindo a tradição francesa, designado por “modelo Napoleónico”.

A centralização necessita da presença de uma hierarquia dos órgãos e serviços sendo que os inferiores estão diretamente dependentes dos superiores. Nesta hierarquia, as escolas ou outras repartições locais são denominadas de “administração periférica do Estado” (Caupers & Ferrer cit. por Fernandes, 2005, p. 55), ou de “serviço local do Estado” (Formosinho cit. por Fernandes, 2005, p. 55). Para Fernandes (2005) as escolas ou as repartições locais são consideradas unicamente o prosseguimento da administração central não beneficiando de autonomia administrativa própria. Este mesmo autor acrescenta que o modelo de centralização nas políticas educativas assenta no pressuposto de que a administração central detém a responsabilidade e o poder de decisão enquanto os serviços locais têm como função executar essas mesmas decisões.

Para Formosinho (2000), embora o sistema educativo português possua características dos sistemas centralizados, tem vindo a aumentar o interesse do Estado pela autonomia da escola e pela participação dos municípios, de outros agentes locais e da sociedade civil. Efetivamente, este mesmo autor (2000) refere que na década de 70, houve uma construção massiva de escolas pós-primárias de frequência obrigatória. Assim sendo, as escolas alteraram-se e o sistema centralizado, que até a altura tinha funcionado bem, passou a ser um sistema incapaz de dirigir a panóplia de escolas, alunos e professores que a partir daí passaram a existir.

Segundo Barreto (1995), até 1974, a administração escolar era centralizada, envolvendo o recrutamento dos professores, as construções escolares e a gestão dos estabelecimentos. Portanto, as autarquias e comunidades locais não possuíam competências nem desempenhavam funções educativas.

Porém, progressivamente, após o 25 de Abril, viveram-se mudanças que alteraram o quadro “hipercentralizado, unificado e integrado” (Barreto, 1995, p. 170), na medida em que, foram geradas várias universidades e escolas superiores privadas, a DREC e promulgadas a autonomia de universidades e institutos superiores politécnicos.

Na opinião de Pinhal (1997) as tendências descentralizadoras dos sistemas educativos tradicionalmente centralizados tal como Portugal devem-se a inúmeros fatores relacionados com as capacidades de exigência, a reivindicação e intervenção por parte das pessoas resultantes do fácil acesso à informação; a dificuldade por parte do poder central em intervir eficazmente face a crescente complexidade dos subsistemas sociais e com o entendimento de uma maior participação por parte do poder local, tendo em conta, a gestão e mobilização apropriada dos seus recursos.

Barreto (1995) acrescenta ainda que algumas das responsabilidades foram transferidas para os municípios e estas modificações vieram introduzir no Sistema Educativo alguns mecanismos de “descentralização funcional”, anteriormente explicada. Todavia, as características principais do Sistema Educativo, no que diz respeito à “integração, unificação e centralidade” mantiveram-se, beneficiando apenas de algumas mudanças de intensidade (Barreto, 1995, p. 170).

O processo acima retratado por Barreto (1995) traduz-se, na opinião de Fernandes (2005), pela afirmação gradualmente em vários ramos da administração pública, nomeadamente na administração educativa, da desconcentração visto que esta se tornou mais complexa e a desconcentração apareceu aqui como resposta, mais eficaz e adequada, a um sistema centralizado e burocratizado. O mesmo autor (2005) anota ainda a administração autárquica como exemplo deste modelo de desconcentração, com uma relação dependente pelo superior, em que a transmissão de poderes do Presidente da Câmara para o Vereador pode ser alterada quando este o desejar.

Para Formosinho (2005), as tentativas de descentralização e de desconcentração da administração e gestão das escolas estão referenciadas na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE): *“Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das*



*populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes” (artigo 3º, alínea g).*

Ao analisarmos a LBSE, deparamo-nos com um conjunto de princípios normativos que referencia a descentralização do Sistema Educativo e o exercício da autonomia pelas escolas. No capítulo VI, (artigo 43º, n.º 2 e 3) faz-se alusão à descentralização e desconcentração de serviços, que será feita através da participação de vários responsáveis no processo educativo. Do mesmo modo, o artigo 45º (administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino) faz referência ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino em que é orientado segundo uma perspectiva de integração comunitária. A sua administração e gestão são regidas por princípios de democraticidade e participação de todos os implicados no processo educativo e assegurada pelos órgãos próprios.

Este diploma atribuiu ainda competências em vários domínios à escola, nomeadamente nas atividades de ocupação de tempos livres, atividades de complemento curricular e acompanhamento e apoio aos alunos.

Já para Formosinho & Machado (2005), a escola encontra-se entre três tendências que são a desconcentração, a descentralização e a intervenção da sociedade civil visto que por um lado, continua a depender de hierarquias baseadas num sistema desconcentrado e por outro, tende a ligar-se intimamente com os municípios que têm vindo a intervir crescentemente em matérias educativas encaminhando-nos para uma eventual descentralização.

Por isso ao falarmos de descentralização, desconcentração e participação do poder local, apenas tem sentido em relação ao município. É neste âmbito que vamos referir as competências educativas por parte dos municípios e pelos poderes locais.

#### **4. Transferência de competências entre poder central e local**

Desde o 25 de Abril de 1974, que existem vários normativos, ao nível municipal e que aplicam transferências de competências educativas e poderes para os municípios. Fernandes (1996, p. 114) refere três etapas principais, em que os normativos influenciam as decisões municipais.

A primeira etapa, em 1977, diz respeito à criação do Fundo de Equilíbrio Financeiro instituído por Lei da Assembleia da República (Lei n.º1/77, de 6 de janeiro) que atribuiu aos municípios uma parcela do orçamento do Estado. Nesta sequência, os municípios passam a estar

envolvidos na construção, recuperação e expansão do parque escolar do ensino primário, na educação de adultos e no âmbito das atividades extraescolares.

A segunda etapa ocorre em 1984, quando são aplicadas diversas medidas legislativas (Decreto-Lei n.º100/84 e Decreto-Lei n.º77/84) que enunciam as competências municipais na educação referentes à coordenação e atuação da administração central, regional e local em matérias de investimento público. Na opinião de Fernandes (1996, p. 114), este Decreto-Lei “limita-se a legalizar uma atuação já assumida pelos municípios”.

A terceira etapa surge com a promulgação da LBSE, em 1986, expondo uma abertura da administração educativa à descentralização e participação. Assim, passam a estar legisladas as competências atribuídas aos municípios no domínio da educação (pré-escolar, educação especial e formação profissional).

Desde a década de 80, tem-se vindo a observar que em vários países há uma transformação importante do papel do Estado no que diz respeito à tomada de decisão política e de administração da educação. Para Barroso (1999), essa transformação consiste na transferência de poderes e funções do poder central para o poder local. Este autor acrescenta ainda, que estas transformações têm vindo a atingir vários países com sistemas políticos bastante diferenciados e com um reforço relevante da autonomia da escola.

Na opinião do autor supramencionado (1999), a aprovação da LBSE em 1986, anteriormente referida, aplica um tipo de administração da educação com uma descentralização de certa forma limitada e atribui às escolas um relativo alargamento da autonomia.

O mesmo autor (1999) menciona as várias medidas tomadas pelo Sistema Educativo no sentido de reforçar a dimensão local da educação. Destacamos apenas as medidas de desconcentração territorial e funcional de serviços da administração central de criação das Direções Regionais de Educação<sup>1</sup>, o regime de autonomia, administração e gestão <sup>2</sup>, a criação de Conselhos Municipais de Educação<sup>3</sup>, o quadro de transferência de atribuições de competências para os municípios<sup>4</sup>, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais<sup>5</sup>, o quadro de transferência de competências para os municípios em matérias de educação<sup>6</sup> e o regime jurídico do associativismo municipal<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> O Decreto-Lei n.º3/87; Decreto-Lei n.º361/89 e Decreto-Lei n.º133/93

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º115/A/98 alterado pelo Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de abril

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 de janeiro

<sup>4</sup> Lei n.º159/99 de 14 de setembro

<sup>5</sup> Lei n.º11/2003 de 13 de maio

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º144/2008 de 28 de julho

<sup>7</sup> Lei n.º45/2008 de 27 de agosto

Todas estas medidas contribuíram para o desenvolvimento de um sistema de gestão local da educação.

De acordo com Barroso (1999), estas medidas devem ser alteradas ao nível da sua estrutura, política e prática centrando-se nos *poderes locais fortes*, melhorando a articulação da autonomia das escolas com o processo de transferência de competências para os municípios no âmbito alargado da territorialização das políticas educativas, nas *escolas fortes*, aperfeiçoando a conceção da autonomia das escolas no âmbito pedagógico, socio-organizacional e político, nos *cidadãos participativos*, colocando a participação e liderança como elementos fundamentais da regulação dos diferentes interesses e da elaboração do compromisso indispensável ao funcionamento da escola e no *Estado atento e interveniente*, identificando o papel crucial do Estado na normalização da educação, transformando o poder de desconcentração da administração central e regional.

## **5. O município e a sua ação educativa**

Para Fernandes (2005, p. 201), a importância do município na educação é associada às políticas educativas municipais visto que o município deixa, de certa forma, de assumir um papel tradicional de simples executor local da política educativa estatal passando progressivamente a intervir autonomamente.

Fernandes (1999) distingue três fases da evolução normativa em que revela um reconhecimento crescente do papel do município na educação. A primeira fase situa-se de 1974 a 1986 em que o município contribui apenas para as despesas públicas com a educação. De seguida, de 1986 a 1996, o município adquire competências educativas de cariz privado ganhando o estatuto de parceiro social. Finalmente, a partir de 1996, a intervenção municipal na educação é reconhecida.

Assim sendo, segundo Castro (2007) com a aprovação da Constituição de 1976, os municípios puderam afirmar a sua real autonomia enquanto pessoas coletivas públicas, através de órgãos próprios, eleitos pelos munícipes, realizando atribuições igualmente exclusivas. Porém, no que diz respeito ao domínio da educação, esta autonomia e execução das suas funções educativas teve um vagaroso progresso, na medida, em que, na fase inicial, os municípios detinham principalmente, atribuições referentes aos encargos financeiros (Decreto-Lei n.º77/84, de 8 de março em matéria de encargos com investimentos na educação, o Decreto-Lei n.º299/84, de 5 de setembro, com os transportes escolares e Decreto-Lei n.º399/A/84 de 28 de dezembro com a ação

social). Neste seguimento, a Lei de Bases do Sistema Educativo, (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) define o papel do município no âmbito da educação pré-escolar, profissional, especial e de educação de adultos assim como nas atividades extraescolares).

Em 1998, com o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, surgem as competências concretas dos municípios em matérias educativas. Efetivamente, os municípios passam a ter uma participação (artigo 2º) nos órgãos de gestão e administração da escola (assembleia).

Esta legislação estabelece ainda os contractos de autonomia (artigo 48º) que consiste no acordo entre a escola, o Ministério da Educação, a administração municipal e outros parceiros interessados para o desenvolvimento do projeto educativo apresentado pela escola. Para Castro (2007) a autonomia tende a ampliar-se visto que, nos contractos de autonomia estão fixados os objetivos e esclarecidas as condições que determinam o projeto educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola. De facto, os contratos de autonomia devem possuir as atribuições e competências a transferir para os eventuais parceiros.

Posteriormente, a legislação que confere atribuições de competências aos municípios é referida, pela lei n.º159/99 de 14 de setembro. Porém, esta legislação conferiu aos municípios, competências a um nível apenas “instrumental”. O artigo 19º dessa mesma lei define mais especificamente as competências no domínio da educação dos municípios no que se refere à participação no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos, à elaboração da carta escolar e criação dos Conselhos locais de educação, ao asseguramento dos transportes escolares e refeições, ao apoio do desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa, à participação no apoio à educação extraescolar e na ação social das crianças do pré-escolar e ensino básico bem como na gerência do pessoal não docente do pré-escolar e 1.º Ciclo.

Esta legislação concede ainda o princípio da subsidiariedade na medida em que tudo o que o município pode fazer de forma mais eficaz não deve ser feito pelo Estado (Castro, 2007).

Em 2003, o Decreto-Lei n.º7, de 15 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º41/2003, de 22 de agosto regulamenta a criação dos Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração de Carta Educativa, transferindo, mais uma vez, competências para os municípios. Estes Conselhos Municipais de Educação são nomeados por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pelo município (artigo 3º) contribuindo assim para o reforço da descentralização. No artigo 4º desse mesmo Decreto-Lei estão referenciadas as competências dos Conselhos Municipais de Educação no que toca à coordenação e articulação da política educativa

com outras políticas sociais, à elaboração da carta educativa, ao desenvolvimento dos projetos educativos, ao apoio de crianças com necessidades educativas, à organização de atividades de complemento curricular e intervenções no parque escolar.

No que concerne a elaboração da carta educativa (artigo 10º e 11º do respetivo Decreto-Lei), Castro (2007) considera-a como um documento complementar que orienta, regula, planeia e integra o ordenamento do território municipal.

Em 2008, o Decreto-Lei n.º75 fortalece a participação, intervenção e contribuição no que diz respeito à constituição dos agrupamentos de escolas e conceção das orientações dos estabelecimentos de ensino bem como à celebração e avaliação de contractos de autonomia das escolas.

Assim sendo, na opinião de Castro (2008), o município tem uma participação e intervenção incontestáveis no processo educativo visto que possui um vasto conjunto de competências que dizem respeito apenas à concretização da política educativa definida pelo Estado acrescentando ainda que, estando a atribuir competências na área da educação aos municípios, estamos, igualmente, a contribuir para a territorialização da educação, fomentando a relação íntima entre a escola e o seu meio que lhe é inerente e próprio (comunidade local).



# **CAPÍTULO 2**

## **A inclusão do Extraescolar: O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular**

---

## **1. A implementação do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular**

Nos últimos anos, os municípios têm tido uma intervenção crescente no domínio da educação. Já há muito que asseguravam a ocupação de tempos livres das crianças e jovens, através de várias atividades propostas em função das realidades locais.

Em 2005, o Governo central cria um novo projeto “de ocupação” para o 1.º Ciclo do Ensino Básico denominado de programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), após a atividade letiva (a partir das 15h45), isto, através da aplicação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos de escolaridade ao abrigo do Despacho n.º14753/2005, de 26 de abril. Este projeto cresce com a vontade de ajudar as famílias na gestão dos horários e dotar as crianças de competências básicas, começando por incluir o ensino do Inglês nos 3º e 4º anos de escolaridade. Com a implementação das AEC, os municípios surgem como principais responsáveis pelas atividades. Posto isto, os municípios adquirem um papel relevante, na medida em que passam a gerir e administrar este tipo de projeto.

No relatório da CAP (Comissão de Acompanhamento do Programa) em 2006 é referido que até à implementação do Programa das AEC, no ano letivo 2005/2006, somente um quarto das crianças matriculadas no 1.º Ciclo do Ensino Básico usufruía após o terminar das atividades curriculares, de uma panóplia de atividades que enriqueciam as suas aprendizagens e proporcionavam-lhes um acompanhamento educativo favorável. Este facto só era possível graças ao investimento financeiro das famílias e com recurso a entidades privadas para o efeito. Já, as crianças que não eram contempladas pelos benefícios anteriormente referidos acabavam por durante todo o período em que não estavam na escola estarem privados de atividades consideradas benéficas para o seu desenvolvimento.

Até à data, este Programa tem vindo a ser alterado ao longo dos tempos consoante as necessidades sentidas e avaliações efetuadas ao próprio Programa.

### **1.1. Administração e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular**

#### **1.1.1. Em 2005: o início**

Segundo o Despacho n.º14753/2005, de 26 de abril de 2005 pretende-se melhorar a formação e qualificação apostando no desenvolvimento do Ensino Básico através da aquisição de competências no domínio do ensino do Inglês desde o 1.º Ciclo. Com efeito, o ensino do Inglês é considerado fundamental visto que permite construir uma consciência plurilingue e pluricultural,



promover a cidadania e igualdade de oportunidades na medida em que, é uma oferta educativa gratuita e melhora a competitividade da economia portuguesa. Esta iniciativa, segundo o Despacho anteriormente referido, consiste em desenvolver um processo de descentralização através do reforço do envolvimento das escolas, agrupamentos, municípios, associações de pais e entre outros agentes.

Apesar de tudo, com a criação deste Programa, o ensino do Inglês ocorre em regime de complemento educativo no 1.º Ciclo do ensino Básico abrangendo somente os 3.º e 4.º anos de escolaridade e funcionando com uma duração semanal entre, um tempo letivo (noventa e cinco minutos), excecionalmente em casos de dificuldade de disponibilização de espaços, e um tempo e meio letivo (cento e trinta e cinco minutos).

No ano letivo 2005/2006, o apoio financeiro atribuído às entidades promotoras do Programa é fixado em cem euros por aluno. O pedido de apoio financeiro por parte de cada entidade que preencha os requisitos necessários deve ser apresentado junto da respetiva Direção Regional de Educação que encaminhará posteriormente à COAP (Comissão de Operacionalização e Acompanhamento do Programa de generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do Ensino Básico Público) para sua apreciação e concessão.

Podem ser beneficiários deste apoio bem como promotores desta iniciativa, os municípios, as associações de professores, as associações de pais e os institutos de línguas bem como outras entidades que reúnam os requisitos necessários à apresentação de projetos revelando experiência comprovada no âmbito do ensino precoce e da divulgação da língua inglesa. Cada uma destas entidades promotoras deve agir em conjunto com as escolas ou agrupamentos de escolas criando, assim, uma parceria entre os vários atores envolvidos no processo. Seguidamente, atuando em parceria, as respetivas entidades devem celebrar protocolos com as escolas ou agrupamentos de escolas em que sejam estabelecidos o número de alunos previstos, o horário semanal, o local de funcionamento e a identificação do número de turmas a constituir. No entanto, as carências e modalidades de recrutamento de professores de inglês dizem respeito exclusivamente às respetivas entidades promotoras desta iniciativa. As entidades promotoras é que fixam os critérios de seleção dos professores e estabelecem a seriação dos candidatos.

Neste mesmo ano letivo de 2005/2006, a CAP (2006, p. 5) acrescenta que aproximadamente 76% do total das escolas prolongam o seu horário de funcionamento (31% alargou o seu horário todos os dias da semana e 45% apenas em alguns dias), o que representa

uma adesão importante ao programa das AEC e uma cobertura da quase totalidade de alunos que frequentavam o ensino do Inglês aos 3.º e 4.º anos.

No final deste primeiro ano de funcionamento do Programa, fica a promessa de ser constituída uma avaliação do programa de forma a verificar o alcance dos objetivos previstos.

### **1.1.2. Entre 2006 e 2008: algumas alterações são instituídas**

A partir de 2006, surgem novas orientações relativas às chamadas AEC com o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular, na publicação do Despacho n.º12 591, de 16 de junho, em que continua a caber aos municípios, às associações de pais e de encarregados de educação, às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e aos agrupamentos de escolas, a promoção destas atividades.

No ano letivo 2006/2007, as AEC devem constar no plano anual de atividades consoante os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento das escolas. Com este novo Despacho passam a existir outras atividades para além da obrigatoriedade das atividades de Apoio ao Estudo e ensino de Inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade, isto é, o ensino de outras línguas estrangeiras, a Atividade Física e Desportiva, o ensino da Música e o ensino de outras expressões artísticas bem como de outras atividades que incidam nos domínios científicos, tecnológico e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e de dimensão europeia da educação.

A planificação das AEC é constituída pelos agrupamentos de escolas em parceria com a respetiva entidade promotora através de um acordo de colaboração.

No que diz respeito ao apoio financeiro, o cálculo é executado de acordo com o custo anual por aluno, isto é, a comparticipação depende do número e tipos de modalidades promovidas. No caso de ser uma modalidade de três atividades (ensino de Inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridades, ensino da Música e Atividade Física e Desportiva) são concedidos 250 euros. No entanto, se este mesmo conjunto de três atividades não possuir a Atividade Física e Desportiva mas outra AEC qualquer ou o ensino da Música ser substituído por outra AEC, a comparticipação financeira diminui para 180 euros. No caso de estas três modalidades se referirem apenas ao ensino do Inglês para os 3.º e 4.º anos e outras duas AEC que não sejam ensino da Música e Atividade Física e Desportiva, a comparticipação passa para 160 euros. Já quando se trata de duas modalidades sendo o ensino do Inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e o ensino da Música

ou a Atividade Física e Desportiva, a comparticipação é de 130 euros. Finalmente, quando se trata apenas do ensino do Inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade o apoio é de 100 euros.

No que concerne aos alunos do 1.º e 2.º anos de escolaridade, como estes não têm a atividade do ensino de Inglês, na comparticipação financeira anteriormente referida de 100 euros, pode ser substituído o ensino de Inglês para os alunos do 3.º e 4.º ano por outra atividade de enriquecimento curricular qualquer, sem que haja duplicação de outra já proposta.

Nas atas do XVII do Congresso Nacional da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), em 2007, é referido que a proposta mais frequente é a modalidade de três AEC (ensino de Inglês, ensino da Música e Atividade Física e Desportiva).

No que diz respeito ao procedimento de candidaturas pelas entidades ao respetivo programa, este mantém-se como no Despacho n.º14753/2005, de 26 de abril e a duração semanal das atividades é de cento e trinta e cinco minutos para o ensino de Inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, Atividade Física e Desportiva e ensino da Música e de noventa minutos por semana para as outras atividades de enriquecimento curricular.

Neto-Mendes & Simões (2007) realçam que, numa análise ao Relatório Intercalar elaborado pela Comissão de Acompanhamento, os resultados obtidos superaram os objetivos previstos visto que, os municípios adquiriram um papel ativo na aplicação do Programa e são os principais parceiros educativos, sendo estes, 89% das entidades promotoras e apenas 4,1% dos Agrupamentos de Escolas, 4,6% das Associações de Pais e 2,3% das IPSS, o são.

Estes autores comentam ainda que os relatórios intercalares de acompanhamento das AEC, de janeiro 2007, pela Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) indicavam como principais lacunas, na aplicação do Programa, por parte dos municípios “o fraco investimento realizado pelas autarquias ao nível das escolas do 1.º Ciclo”, “a falta de experiência na planificação das atividades” e a “falta de articulação entre parceiros” (Neto-Mendes & Simões, 2007, p 8).

Nessa sequência, ao longo do ano letivo de 2006/2007, a CONFAP (2008, p. 2) acrescenta que a inclusão do ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos provoca uma discrepância de conhecimentos por parte dos alunos. Pois, as AEC são de frequência facultativa e isto acaba por condicionar a entrada dos alunos do 5.º ano visto que, as orientações do programa do 2.º Ciclo não estão devidamente ajustadas às modificações realizadas.

No ano letivo seguinte (2007/2008), em julho de 2008, a CAP elabora um novo relatório final de acompanhamento relativo ao ano letivo em questão, em que realça alguns aspetos importantes e disponibiliza novos dados estatísticos acerca do desenvolvimento deste projeto. Efetivamente, a

CAP (2008) concluía que no segundo ano de implementação das AEC, 88,2% dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico eram abrangidos por este Programa com a frequência de pelo menos uma AEC e 99,5% dos estabelecimentos do 1.º Ciclo ofereciam este tipo de atividades. A CAP (2008) mencionava ainda um acréscimo de 10% em relação à taxa de cobertura apurada em 2006/2007 e de 7,4% à taxa de adesão. Pois, na área do ensino de Inglês aos 1.º e 2.º anos verificava-se uma taxa de cobertura de 51,7% e de 37,1% de adesão e aos 3.º e 4.º anos confirmava-se uma adesão profundamente elevada tanto quanto a sua taxa de cobertura de 99,2%. A evolução de 95,8% em 2005/2006 para 99,2% em 2007/2008 demonstrou a consolidação do ensino do Inglês que se foi tornando progressivamente uma oferta quase genérica.

No que diz respeito ao ensino da Música, a CAP (2008) referia a dificuldade do recrutamento de professores habilitados assim como a articulação horizontal e vertical nas escolas e agrupamentos. Já a sua taxa de cobertura e adesão foi sofrendo um ligeiro acréscimo pelo que apenas na Direção Regional de Educação do Norte apresentava “uma taxa de cobertura de 85,0% em 2006/7 para 83,3% em 2007/8” e uma taxa de adesão de “65,3% em 2006/7 para 64,1% em 2007/8, pelo que se pode considerar que continua alto o interesse dos pais e alunos por esta atividade” (CAP, 2008, p. 12).

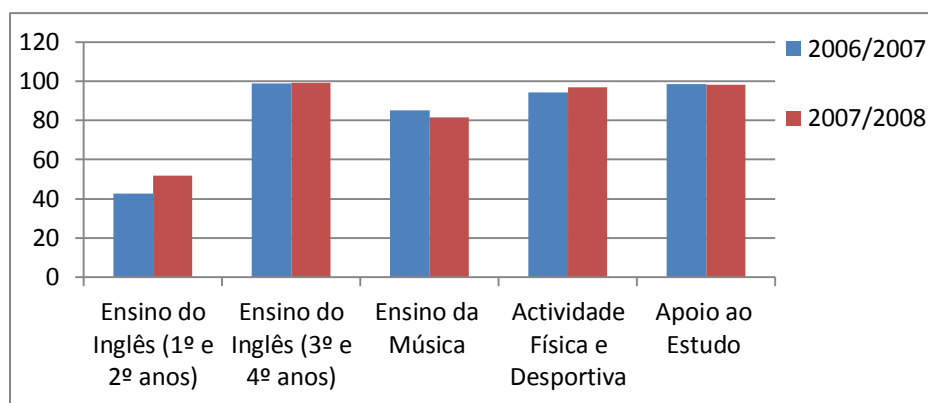
No que se refere à Atividade Física e Desportiva, esta apresentava taxas de cobertura e adesão elevadas (a taxa de cobertura era de 97,3% e a taxa de adesão era de 79,3%).

De seguida, as Outras Atividades ostentavam “uma taxa de cobertura de 68,1% e uma taxa de adesão de 52,2%, verificando-se grandes diferenças entre as regiões. Parece que quanto maior é a oferta da música, menor é a de “outras atividades”, que aparecem muitas vezes como a alternativa possível, face aos recursos humanos disponíveis nas AEC mais apoiadas” (CAP, 2008, p. 12).

O Apoio ao Estudo que é de carácter obrigatório e sem qualquer financiamento tem níveis elevados de cobertura (98,7%) e adesão (83,0%), observando-se igualmente um acréscimo em todas as Direções Regionais de Educação de 2006/2007 para 2007/2008.

Para representar de forma simplificada os dados disponibilizados no relatório da CAP (2008), apresentamos um gráfico referente à percentagem de estabelecimentos com AEC, por atividades nos anos letivos 2006/2007 e 2007/2008.

**Gráfico 1 – Percentagem de Estabelecimentos com AEC, por atividade, no ano 2006/2007 e 2007/2008**

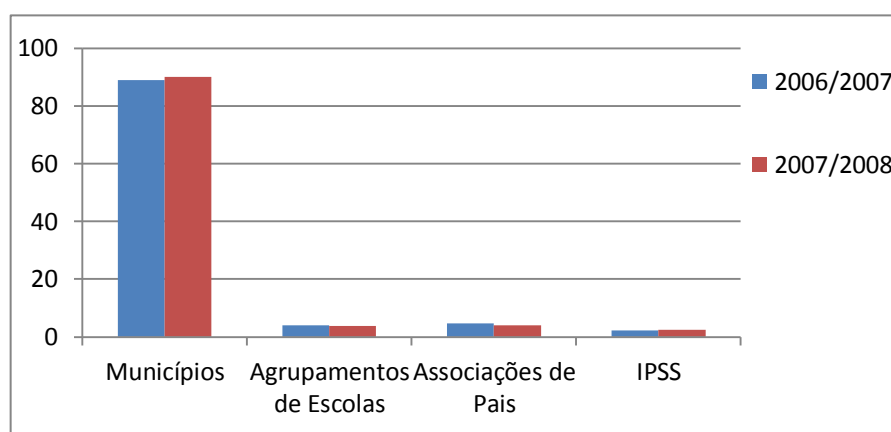


Fonte: CAP (2008)

No ano letivo 2007/2008 comparativamente ao ano letivo 2006/2007, verificou-se o respetivo acréscimo na atividade do ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, a ligeira subida das Atividades Física Desportiva e a ligeira descida no ensino da Música que provavelmente será devido à dificuldade de recrutamento de professores qualificados. O ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos e o Apoio ao Estudo mantém os mesmos valores de percentagens de taxa de cobertura.

A CAP acrescenta igualmente, alguns dados acerca do tipo de entidades promotoras do Programa das AEC, que iremos visualizar no gráfico representado abaixo, demonstrando comparativamente os anos letivos 2006/2007 e 2007/2008.

**Gráfico 2 – Percentagens da distribuição de entidades promotoras em 2006/2007 e 2007/2008**



Fonte: CAP (2008) e CAP (2006)

Numa maioria indiscutível (90,1%), os municípios permanecem os grandes promotores das AEC, deixando para trás os agrupamentos de escolas com 3,7%, as associações de Pais com 3,9% e as IPSS com 2,4%. Com efeito, os municípios apresentam um ligeiro acréscimo perante o ano

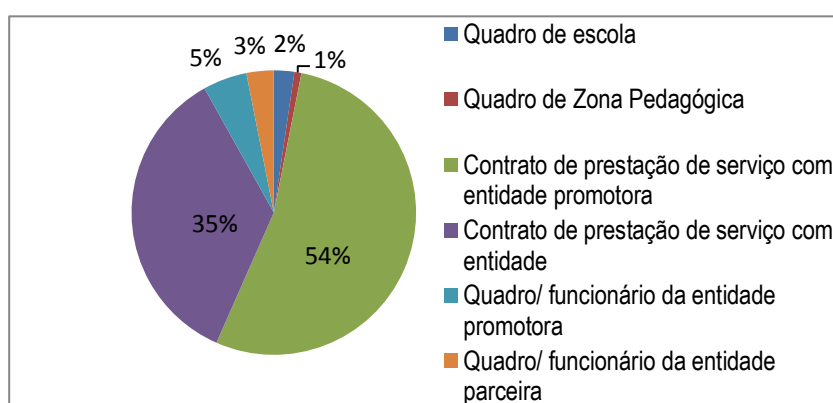
letivo 2006/2007 enquanto as associações de pais e os agrupamentos ostentam uma ligeira descida no ano letivo 2007/2008. Nesta análise, a CAP (2008) indica ainda que os municípios detêm um maior envolvimento na Região Norte do país, enquanto as Associações de Pais revelam maior peso na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

No que se refere às parcerias estabelecidas, o Ensino da Música apresenta um maior número de parcerias de 2006/2007 para 2007/2008, sendo as mais significativas com as Escolas de Música. Já no ensino do Inglês nos 3º e 4º anos, as entidades parceiras mais significativas são os Institutos de Línguas e na Atividade Física Desportiva, as Associações Desportivas.

Relativamente aos professores das AEC, o estudo da CAP (2008, p.13) realça “uma maior juventude em relação aos Professores Titulares de Turma, o que permite a combinação da experiência com o refrescamento geracional dos docentes presentes nas escolas” e esclarece igualmente que a maioria dos professores das AEC (87%) possuem habilitações elevadas (licenciatura ou Mestrado) e que é no ensino da Música que se destacam as habilitações quer académicas quer profissionais mais baixas. Consequentemente, a CAP (2008, p.57) concluía que para os docentes das AEC este tipo de iniciativa constituía o seu primeiro emprego qualificado.

No que diz respeito ao vínculo profissional dos professores das AEC, verifica-se ainda que os professores das AEC trabalham maioritariamente com contracto de prestação de serviço com entidades promotoras (54%) e com entidades parceiras (35%) (CAP, 2008). Com efeito, podemos deduzir a situação precária de trabalho em que os professores das AEC estão induzidos.

**Gráfico 3 – Situação profissional dos professores das AEC**

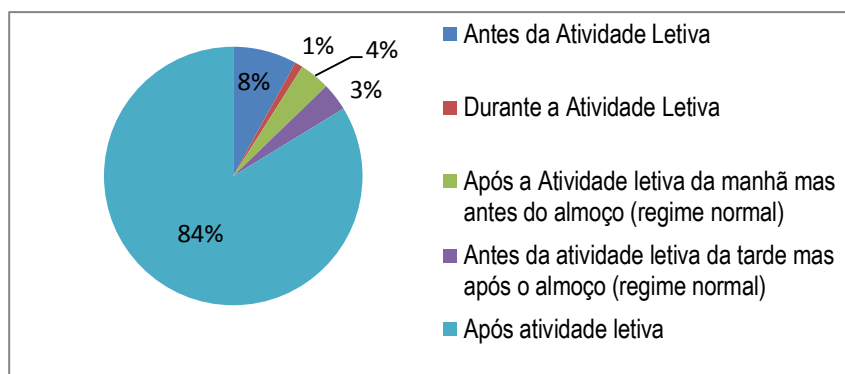


Fonte: CAP (2008)

Para além disso, a CAP (2008, p. 12) acrescentava que se verificava nesse mesmo ano letivo (2007/2008) que as AEC, na sua grande maioria (84%), funcionavam após atividades curriculares (15h30) tal

como sucedia com o Apoio ao Estudo, apesar de existir flexibilização de horários de acordo com as necessidades e ajustamentos às condições locais.

**Gráfico 4 – Percentagens de turmas, por AEC, em função dos tempos das atividades letivas**



Fonte: CAP (2008)

### **1.1.3. Entre 2008 e 2011: mudanças e aperfeiçoamentos do Programa**

Em 2008, o Programa das AEC passa a ser regulamentado por um novo despacho da Ministra da Educação n.º 14460, de 26 de maio. Com efeito, devido ao sucesso alcançado com a implementação do Programa de Generalização do ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em 2005, e o lançamento em 2006 do programa de generalização do ensino do Inglês e de outras Atividades de Enriquecimento Curricular, o governo visa aperfeiçoar as condições de ensino/aprendizagem no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Para além disso, com a implementação deste projeto surge também o conceito de Escola a Tempo Inteiro permitindo aos alunos estarem na escola com atividades educativas ao longo de todo o tempo escolar diário. Neste novo Despacho, persiste a necessidade de fortalecer e ampliar as atribuições e competências dos municípios ao nível do 1.º Ciclo. Para além disso, surgem algumas alterações e reorganizações. Com efeito, uma delas diz respeito à flexibilização dos horários, em que os agrupamentos de escola podem, se for necessário, adaptar o horário da atividade curricular em função das AEC, respeitando e não interferindo na qualidade pedagógica.

Surge, igualmente, uma nova Componente de Apoio à Família (CAF) no 1.º Ciclo prestada pelas mesmas entidades promotoras das AEC, que se dispõem a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou após as AEC, sendo esta, e/ou durante os períodos de interrupção das atividades letivas, desde que as necessidades das famílias o justifiquem. Importa ainda mencionar que relativamente a CAF, o relatório da CAP (2008) apresenta dados posteriores à sua implementação, pois no ano letivo 2007/2008 é referida uma taxa de cobertura de 34,1%

apresentando nas Direções Regionais de Educação, valores também muito diferenciados. (CAP, 2008, p. 13).

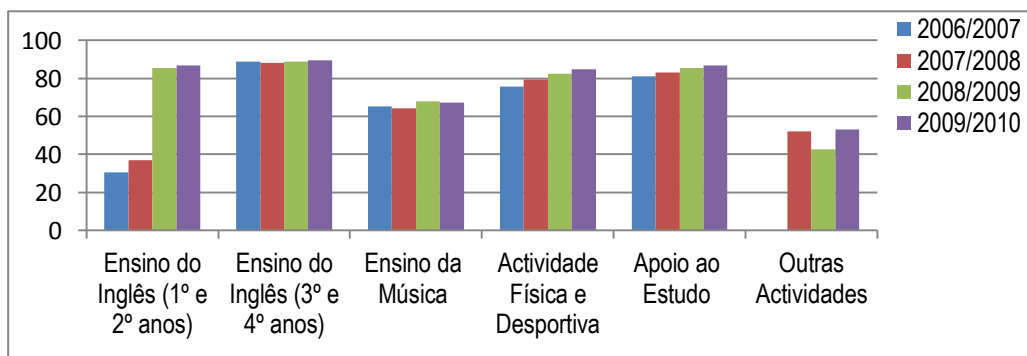
O ensino do Inglês passa a abranger os 1.º e 2.º anos de escolaridade em que a duração semanal é de noventa e cinco minutos, mantendo-se. No entanto realçamos igualmente que no relatório da CAP em 2008, nos anos letivos 2006/2007 e 2007/2008, já existiam dados referentes ao ensino do Inglês aos 1º e 2º anos de escolaridade que demonstravam valores mais baixos do que as restantes atividades.

No que diz respeito à comparticipação financeira, esta sofre um estreito acréscimo, na medida em que, à escolha de três modalidades (ensino do Inglês, ensino da Música e Atividade Física e Desportiva) é atribuído 262,5 euros. Já a modalidade do ensino de Inglês e mais duas AEC é de 190 euros. Finalmente, o ensino do Inglês e mais uma AEC é de 135 euros sendo apenas o ensino do Inglês de 100 euros.

No relatório da CONFAP (2010, p. 2) efetuado no ano letivo 2008/2009, são apontadas várias críticas que se depreendem com a flexibilização dos horários e a gestão dos horários por parte das entidades promotoras. Efetivamente, a CONFAP anota que as entidades promotoras flexibilizam os horários para poder resolver possíveis constrangimentos que possam surgir na contratação de professores das AEC dando-lhes assim, o maior número de horas para a contagem de tempo de serviço docente, não tendo em linha de conta os reais interesses e necessidades das crianças, sendo que, tal medida induz também, a obrigatoriedade a adesão às AEC, considerada uma atividade facultativa.

Em suma, podemos verificar que desde a implementação das AEC, progressivamente, o Programa tem vindo a consolidar-se e a aperfeiçoar-se. Um exemplo disso é o aumento da percentagem de alunos com AEC até ao ano letivo 2009/2010, como podemos verificar no gráfico abaixo.

**Gráfico 5 – Evolução da percentagem de alunos com as AEC**



Fonte: GEPE (2010)



No que se refere à distribuição das entidades promotoras do programa das AEC, de acordo com o relatório da GEPE, continua-se a verificar no ano letivo 2009/2010, uma elevada percentagem de municípios (85,6%) sendo estes maioritariamente, os principais promotores do Programa enquanto que 5,3% dos Agrupamentos de Escolas, 5,2% das Associações de Pais e 3,8% das IPSS, o são, apresentando, no entanto, um ligeiro acréscimo perante os anos 2006/2007 e 2007/2008.

#### **1.1.4. No ano letivo 2011/2012**

Neste ano letivo surgiu novas linhas de orientação ao programa com o Despacho n.º8683/2011 de 28 de junho. Este Despacho vem determinar algumas alterações ao Despacho anterior. Relativamente à flexibilização curricular dos horários, o presente Despacho vem estabelecer certas condições, permitindo que esta ocorra até dois dias por semana não colocando a qualidade pedagógica em causa.

Para além disso, surge uma nova atividade denominada de atividade Lúdico-Expressiva que integra uma ou mais formas de expressão artística, isto é, a expressão plástica e visual, a expressão musical, a dança, o multimédia, o movimento e drama/teatro, percursos culturais e de exploração do meio, atividades lúdicas e de animação. Esta atividade tem uma duração prevista entre cento e trinta e cinco minutos e duzentos e setenta minutos semanais, possuindo um carácter rotativo entre as atividades enunciadas anteriormente. Já no que diz respeito à comparticipação financeira, esta mantém-se igual à que está definida no Despacho anterior.

Como temos vindo a observar, com a operacionalização das AEC, os municípios foram adquirindo progressivamente uma posição cada vez mais importante no domínio da educação através das competências delegadas pelo poder central, ocupando, assim, um lugar de que antes estavam afastados.

## **2. As Vantagens e Desvantagens do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular**

Na sequência de implementação das AEC, vários autores pronunciam-se acerca das vantagens e desvantagens do Programa. Matthews et al (2009, p. 59) sintetizam algumas das vantagens do Programa das AEC, designadamente o estabelecimento de parcerias que favorecem o sucesso do Programa; a promoção de uma maior sociabilidade entre alunos e professores; a fomentação de boas relações de interação entre professores das AEC e os restantes professores; a

atribuição de uma maior autonomia de gestão aos agrupamentos de escola, na medida em que são transferidas responsabilidades e recursos para os níveis locais e mais particularmente para a escola; a constituição de uma oportunidade da aprendizagem do Inglês que estava anteriormente destinado apenas a quem tivesse maiores poderes económicos, potenciando um maior desenvolvimento de atividades e o favorecimento do contacto das crianças com mais do que um professor podendo ser profícuo (apoio e espírito de interajuda entre professores das AEC e restantes professores).

Carolino (cit. Abrantes et. al., 2009, p. 15) indica igualmente os benefícios da colaboração dos professores das AEC com o Professor Titular de Turma, que tem vindo, progressivamente, a consolidar-se permitindo assim, o acesso a uma panóplia de atividades, conhecimentos e de enriquecimento escolar dos alunos.

No que diz respeito às desvantagens do Programa, Matthews et. al. (2009, p. 60-61) reparam em “dificuldades na coordenação da conceção, do planeamento e da avaliação dos programas” tal como o facto de certas atividades curriculares nucleares se sobreporem com as AEC, vindo-se na obrigação de lecionar as atividades curriculares nos tempos letivos direcionados para as AEC, apontando assim para uma gestão ineficaz da carga horária. Porém relativamente a este último aspeto referido, estes mesmos autores revelam que esta vulnerabilidade pode se tornar numa vantagem visto que os professores das atividades curriculares podem utilizar os intervalos para cumprirem os seus compromissos letivos e os usarem para combater o isolamento dos professores, na medida em que favorece o contacto e fomenta boas relações.

Relativamente ao pagamento dos professores das AEC, os autores supramencionados anotam a falta de condições contratuais infligidas aos docentes das AEC, tal como, a falta de prontidão no pagamento, visto que os municípios beneficiam do financiamento no fim de cada período letivo, isto, em vez de mensalmente. Assim, o pagamento não chega a tempo e torna-se demoroso.

Abrantes et. al. (2009, p. 17) reforçam a mesma ideia, numa análise ao relatório da APEM em 2008, referindo que as condições de trabalho contribuem para a qualidade do trabalho que cada professor desenvolve. Assim sendo, as baixas remunerações, os horários dispersos e as longas distâncias diariamente percorridas entre as escolas provoca uma importante rotatividade dos professores das AEC, comprometendo a continuidade do trabalho desenvolvido.

Estes mesmos autores alertam ainda para o facto da impossibilidade de progressão na carreira impedindo assim o acesso a um percurso profissional sustentável, por parte dos

professores das AEC. Matthews et. al. (2009, p. 61) também apresenta outro ponto fraco relacionado com a contratação dos professores das AEC realizada pelos municípios na medida em que “não são funcionários, não usufruindo de muitos benefícios adicionais”. Com efeito, os professores das AEC, geralmente, possuem qualificações altas mas usufruem de um baixo estatuto contribuindo para um sentimento de alienação e exploração e isto verifica-se mais propriamente no recrutamento de professores das AEC por parte de empresas privadas ou associações de pais.

A implementação do programa das AEC surge com a supervisão da CAP, da CONFAP, da APPI (Associação Portuguesa de Professores de inglês), da APEM (Associação Portuguesa de Educação Musical), e da CNAPEF (Conselho Nacional das Associações de professores e Profissionais de Educação Física) e com os seus relatórios anuais, estes avaliam e observam as dificuldades de implementação do Programa encontradas no terreno e na prática. Com efeito são vários os relatórios de acompanhamento ao Programa para cada ano letivo, bem como as recomendações e sugestões de melhoria às condições de ensino-aprendizagem e ao decorrer das atividades. A este propósito, verificamos que no relatório da CAP em 2008 salientam-se outros inconvenientes que se prendem com “ a dimensão e heterogeneidade das turmas; o cansaço, a indisciplina, a assiduidade dos alunos e o horário de lecionação; a inexistência de materiais e espaços adequados à lecionação das AEC; a fraca articulação com professores titulares de turma e Departamentos” (CAP, 2008, p. 84).

Abrantes et. al. (2009, p. 16) mencionam igualmente a falta de articulação entre professores titulares de turma e professores das AEC, incluindo a falta de articulação com os outros ciclos de ensino, em que persiste um impedimento à promoção do aluno bem como à formalização de respostas ajustadas às necessidades dos alunos que depois de corrigida poderá melhorar a qualidade do ensino.

Para além disso, aparentemente, existem determinadas situações que apontam para uma descredibilização das AEC pelos encarregados de educação, em que estes tendem a confundir o carácter lúdico com a qualidade da aprendizagem, revelando-se outra desvantagem do programa das AEC.

Outro aspeto negativo posto em causa é a formação profissional dos professores das AEC na medida em que “nem sempre revela estar nos parâmetros da qualidade profissional”. Consequentemente, em alguns casos, segundo uma análise efetuada ao relatório da APPI por Abrantes et. al. (2009, p 17) confirma-se, ainda, “a necessidade de reforçar a formação destes professores no âmbito de metodologias, métodos e estratégias pedagógicas direcionadas ao 1.º

ciclo”. Com efeito, a CAP (2008, p. 84) também sugeria recomendações ao nível das instituições de ensino superior para que fossem ultrapassadas as lacunas existentes na formação inicial dos professores das AEC que não se encontravam devidamente preparados para lecionar no 1.º Ciclo.

Já na avaliação das atividades, Abrantes et. al. (2009) realça a necessidade da avaliação destas atividades através de um instrumento de avaliação semelhante em todas as instituições.

Estes mesmos autores (2009, p. 17) observam ainda outro constrangimento relacionado com o espaço onde são dinamizadas as atividades porque as atividades realizam-se na maioria dos casos na sala de aula o que pode causar “ alguma sobrecarga nos alunos e nos próprios espaços, dificultando (embora não impedindo) a organização de atividades com um carácter mais criativo, relacional, lúdico e com sentido e significado para as crianças”.

Pires (2007, p. 5) critica este Programa pela introdução de uma “lógica mercantil”, na medida em que os municípios sendo promotores do Programa, optam pela escolha das AEC que lhes dão mais proveito e vantagens em termos financeiros

Este autor acrescenta ainda outro aspeto negativo ao considerar que a implementação e aplicação do Programa tiveram como consequência, a perda de crianças, por parte dos ATL (Centro de Atividades de tempos livres), conduzindo, em muitas vezes para a sua extinção.

No início do ano letivo 2011/2012, deparámo-nos com outro tipo de realidade em que o Programa apresenta a sua maior vulnerabilidade, na medida em que pela alegada dívida ao Ministério da Educação os municípios veem-se na obrigação, em certos casos “de cortar” nas AEC que habitualmente ocupam as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico das 15h30 às 17h30, na grande maioria dos casos. Esta situação aponta para que no futuro, os municípios deixem de promover tal programa e de ter a possibilidade de suportar os encargos em matérias de educação delegados por transferências de competências aos poderes locais.

Assim, o arranque do ano letivo anteriormente referido deu-se com estas incertezas e dificuldades levando, conseqüentemente, ao início tardio das atividades.

# CAPÍTULO 3

## Metodologia de Investigação

---

## 1. Método de Investigação

Com este estudo pretende-se conhecer o modo como os municípios implementam, administram e gerem o programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, procedendo, de igual modo, à discussão do processo de desconcentração da administração em Educação em Portugal. Queremos igualmente compreender a execução das AEC como uma possível tentativa de futura descentralização da educação de acordo com a transferência de competências para o município nomeadamente na contratação de professores do 1.º Ciclo.

A investigação caracteriza-se como um processo que requer rigor e sistematização na explicação ou compreensão da realidade, exigindo o conhecimento profundo dos métodos e técnicas que possibilitem o seu desenvolvimento (Fernandes, 1991).

Atendendo ao objeto de estudo, a metodologia da investigação a adotar será de caráter qualitativo. Chizzotti (2003) anota que esta metodologia visa apreender os significados observáveis e ocultos das interações sociais, os quais o investigador, posteriormente, irá decifrar, interpretar e traduzir.

Para Fernandes (1991) o objetivo da investigação qualitativa é o entendimento aprofundado dos problemas, isto é, a procura dos significados ocultos de determinadas condutas, posições ou persuasões. Este mesmo autor acrescenta que o investigador é o próprio meio indispensável ao processo de recolha de dados visto que a qualidade dos dados recolhidos está subordinada às características do investigador (à sua suscetibilidade, sua imparcialidade e seu conhecimento da realidade).

Neves (1996) afirma que a investigação qualitativa admite uma pluralidade de sentidos na área das Ciências Sociais, na medida em que esta expressão abrange uma variedade de técnicas interpretativas que têm por objetivo descrever e decifrar os elementos de um sistema complexo de significados. Para este mesmo autor, os investigadores que aplicam os métodos qualitativos, procuram conhecer o contexto e incluir o objeto de estudo para um melhor entendimento do fenómeno.

Bodgan & Biklen (1994) enunciam cinco particularidades da investigação qualitativa. A primeira particularidade diz respeito ao facto de a fonte direta de dados ser o ambiente natural e o investigador, o elemento essencial à investigação. Outra das particularidades reporta-se ao facto de os dados recolhidos serem descritivos bem como o principal interesse do investigador incidir nos processos e não apenas nos resultados obtidos. Finalmente, em última instância, na investigação

qualitativa, o investigador analisa os dados de forma indutiva revelando um particular interesse pela compreensão do significado que os participantes concedem às suas experiências.

Optámos pelo método qualitativo visto ser o mais adequado ao nosso trabalho, na medida em que queremos proceder à compreensão em profundidade do nosso objeto de estudo.

## **2. Técnicas de recolha de dados**

De acordo com Bruyne et al. (cit. por Lessard-Hébert et. al., 2005, p. 168), a escolha do método de investigação permite delinear o quadro instrumental da recolha de dados e necessita, concludentemente, de se compatibilizar com as técnicas da sua recolha.

Utilizámos a entrevista semiestruturada como suporte de recolha de dados, tendo a mesma sido efetuada aos Vereadores do Departamento de Educação e Presidentes de três municípios distintos (designações utilizadas para a nossa investigação): “Município Beirão” (MB), “Município dos Montes” (MM) e “Município dos Rios” (MR). Seguidamente efetuou-se igualmente este tipo de entrevista aos Diretores dos agrupamentos de escolas ou na sua ausência, aos Coordenadores do 1.º Ciclo de cada agrupamento pertencente ao “Município Beirão”, “Município dos Montes” e “Município dos Rios” tendo sido denominados respetivamente de “Agrupamento Beirão” (AB), “Agrupamento dos Rios” (AR), “Primeiro Agrupamento dos Montes” (1.º AM), “Segundo Agrupamento dos Montes” (2.º AM), “Terceiro Agrupamento dos Montes” (3.º AM) e “Quarto Agrupamento dos Montes” (4.º AM). Por fim, realizámos igualmente, a entrevista ao Diretor Pedagógico do “Conservatório de Música” (CM).

Martins (2006) considera a entrevista, uma técnica de recolha de dados que visa alcançar e apreender o significado das questões e situações que os entrevistados conferem a cada uma delas. Para Quivy & Campenhoudt (1998, p.192) a entrevista possibilita “ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”, apresentando como características principais, “o contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores” e “uma fraca directividade por parte daquele”. As suas vantagens primordiais serão o “grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos” e “a flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referências – a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 194).

Os autores supramencionados (1998) consideram a existência de dois tipos de entrevistas: “a entrevista semidirectiva ou semidirigida” e “a entrevista centrada”.

A entrevista “semidirectiva” ou “semidirigida” é a mais usual na investigação social e não é plenamente aberta nem orientada por perguntas precisas, visto que genericamente, “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192). As perguntas não são colocadas forçosamente pela ordem estipulada no guião visto que o entrevistado pode falar abertamente e empregar os termos e palavras que desejar e isto pela ordem que achar mais cómoda. O papel do investigador assenta na reorientação da entrevista para os objetivos fixados previamente sempre que o entrevistado se afastar deles.

No que diz respeito à entrevista centrada, igualmente denominada por estes autores de “focused interview”, esta pretende “analisar o impacto de um acontecimento ou de uma expressão precisa sobre aqueles que a eles assistiram ou que neles participaram; daí o seu nome” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 193). Neste tipo de entrevista não existem perguntas predeterminadas. Existe uma lista de tópicos consoante o tema abordado que serão forçosamente tratados de forma livre e conforme o decorrer e a fluência da comunicação entre investigador e interlocutor durante a entrevista. Embora seja uma entrevista de carácter flexível, o interlocutor terá de responder a numerosas perguntas.

Martins (2006) acrescenta ainda que a entrevista estruturada é conduzida por um guião de perguntas previamente estabelecido e posto em prática a todos os entrevistados enquanto na entrevista não estruturada ou semiestruturada, o investigador procura adquirir dados, conhecimentos e opiniões conversando livremente com o entrevistado sem seguir copiosamente um guião de perguntas predefinido.

Optámos pela entrevista semiestruturada para obter uma opinião suficientemente aprofundada. Não podia ser totalmente livre porque se queria que os agentes se manifestassem sobre os tópicos previamente pensados, daí a construção de guiões, com perguntas abertas mas limitadas pelos objetivos de investigação.

### **3. Técnicas de tratamento de informação**

De acordo com Quivy & Campenhoudt (1998) de uma forma geral, na investigação social, as entrevistas, enquanto processo de recolha de dados estão constantemente ligadas à análise de conteúdo. Com efeito, as entrevistas permitem recolher “o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que



corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 195).”

Assim sendo, as informações recolhidas através das entrevistas semiestruturadas foram tratadas recorrendo à análise de conteúdo.

Para Moraes (1999), a análise de conteúdo serve para analisar, descrever e interpretar o teor de todo o tipo de documento escrito na medida em que, essa análise possibilita adquirir a compreensão dos significados latentes e dissimulados existentes numa determinada mensagem.

Martins (2006) distingue três fases no processo de análise de conteúdo. A primeira fase é denominada de “pré-análise” na medida em que diz respeito à recolha e organização do material estudado. A segunda fase, a “descrição analítica” é associada à exploração do material e “escolha das unidades de análise [...] essas unidades são juntadas segundo algum critério e definem as categorias” (Martins, 2006, p.35). Finalmente na última fase denominada de “interpretação inferencial” ocorre uma interpretação dos dados e “quadros de referência em que os conteúdos (manifesto e latente) são revelados em função dos propósitos do estudo” (Martins, 2006, p.35). Este mesmo autor acrescenta ainda que a análise de conteúdo ganha importância através do recurso a um referencial teórico, especialmente para a construção das categorias de análises e menciona a categorização como “um processo de tipo estruturalista que envolve duas etapas: o inventário (isolamento das unidades de análises, palavras, temas frases etc...) e a classificação das unidades comuns, revelando as categorias (colocação em gavetas)” (Martins, 2006, p.35).

De uma forma ainda mais específica, Moraes (1999) distingue cinco etapas no processo de análise de conteúdo: “a preparação das informações”, “a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades”, “a categorização ou classificação das unidades em categorias”, a “descrição” e a “interpretação”. Estas fases, a seguir descritas com pormenor, correspondem aos procedimentos utilizados no estudo aqui apresentado.

A primeira etapa consiste, depois de recolhida toda a informação, na leitura de todo o material recolhido e na identificação das informações a serem analisadas de acordo com os objetivos de análise.

Na segunda etapa é definida a unidade de análise de um grupo de dados brutos que será posteriormente classificada. Estas unidades de análise necessitam estar isoladas de modo a serem reescritas e entendidas no contexto exterior onde anteriormente estavam. Este processo de transformação dos dados brutos em unidades de análise é delicado visto que estas devem poder ser interpretadas sem recurso a informação adicional.

Posteriormente, na terceira fase, depois de todas as unidades de análise serem identificadas, segue-se a categorização que consiste no agrupamento de dados tendo em conta o que têm em comum e de semelhante entre eles. Assim sendo, a categorização é considerada um procedimento de classificação dos elementos existentes numa determinada mensagem obedecendo a certos critérios.

Na penúltima fase, é criada uma síntese que expressa o conjunto de significados existentes nas diversas unidades de análise e no sistema de categorias construído durante a análise. É de certo modo, a altura em que são representados os significados captados e pressentidos nas mensagens analisadas.

Finalmente na última fase denominada pelo autor de “interpretação”, o analista produz um esforço de compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens nos quais a interpretação incide não só nos conteúdos patentes pelos autores mas também sobre os latentes, dissimulados consciente ou inconscientemente pelos entrevistados.

## **4. Contextos analisados**

### **4.1 Fundamentação da escolha**

As motivações subjacentes à escolha dos três municípios onde foi realizado o estudo prenderam-se com razões de diferentes ordens. Por um lado, os três municípios estão numa área geográfica de proximidade e de nosso conhecimento prévio, o que facilitava a deslocação a cada uma das instituições. Por outro lado, é do nosso conhecimento que nestes três concelhos tem havido adesão ao programa das AEC e estes três municípios têm vindo a ser os promotores até à data, embora com formas de administração e gestão do programa dissemelhantes, que merecem interesse para a nossa investigação enquanto processos distintos de administração e gestão.

Para além disso, considera-se importante salientar o facto de a investigadora estar envolvida como professora das AEC num destes municípios bem como, no ano passado, ter sido contratada por uma instituição em que eram delegadas a gestão e administração do programa por parte de um outro destes municípios. Por este envolvimento e pelo conhecimento dos contextos, nesta sequência, parece-nos termos reunido as condições necessárias para se efetuar a investigação referente à temática que nos propusemos abordar, centrada no estudo das formas de administrar e gerir as AEC pelos municípios.

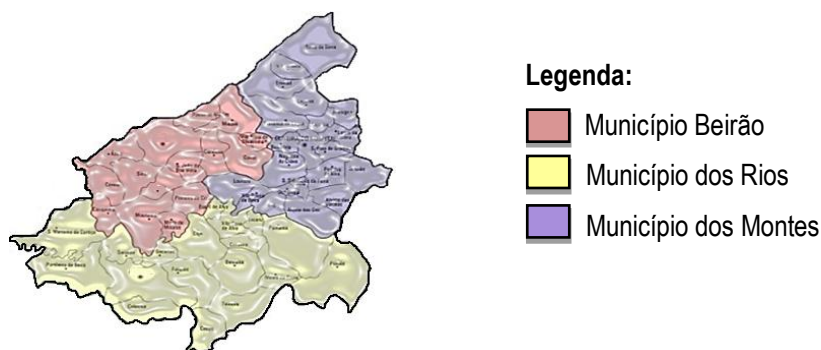
Optámos por caracterizar o meio onde estão situadas as instituições que nos propusemos a investigar de forma a situar o leitor nos contextos específicos da investigação.

## 4.2. Caracterização

### 4.2.1. O Município Beirão

O MB está situado na região Centro e sub-região do Pinhal Interior Norte e ocupa uma área de cerca de 199,8 km<sup>2</sup>. Este concelho subdivide-se em quinze freguesias e é ainda limitado por diversos municípios sendo relevante salientar que é limitado a leste pelo MM e a sul pelo MR.

**Figura 1: Localização dos Municípios Beirão, dos Rios e dos Montes**



**Fonte:** Adaptado do hiperlink: <http://adiber.cidadevirtual.pt/proder.htm>

Este concelho tinha 12 071 em 2011 (INE, Censos 2011). No que diz respeito à atividade económica, o setor de atividade dominante é o secundário, sendo as indústrias de cerâmica, de fiação de tecidos, de móveis, de extração de resina e de produção de azeite as mais consideráveis na economia local. O setor terciário não é muito expressivo, e a atividade agrícola ainda tem grande peso especialmente na produção do milho, vinho, azeite, castanha e cortiça. A pecuária é igualmente de grande valor para a economia local.

No que concerne à rede educativa do concelho, esta tem sido alvo de investimentos nos equipamentos escolares, o que permite proporcionar vários serviços: um serviço de refeições e uma rede de transportes para todas as crianças que dele queiram usufruir, atividades de enriquecimento curricular, atividades de tempos livres e ainda uma rede de bibliotecas implantadas na maioria das escolas tendo como núcleo principal a biblioteca Municipal.

#### 4.2.1.1. O Agrupamento Beirão

No MB existe apenas um agrupamento de escolas (o AB) que agrega todas as escolas existentes no concelho. Com efeito, no presente ano letivo (2011/2012), a rede escolar sofreu modificações ao nível dos agrupamentos de escolas, isto é, existiam dois agrupamentos no concelho mas houve uma junção entre eles, o que permitiu a criação de um só agrupamento. Todas

as escolas do 1.º Ciclo nas freguesias circundantes foram encerradas, à exceção de uma. Assim sendo, o AB é composto por três escolas do 1.º Ciclo, isto é, um Centro Educativo do 1.º Ciclo, que reúne todos os alunos das escolas encerradas nas freguesias envolventes, deixando apenas uma escola a funcionar numa destas freguesias, e uma escola do 1.º Ciclo agrupada com uma das EB 2/3.º Ciclos. Existem, então, ao todo, duas EB 2/3.º Ciclos, uma escola secundária e onze jardins de infância. A sede do agrupamento é a escola secundária.

No que diz respeito à população escolar, o total de alunos matriculados nos vários graus de ensino é de 1613 alunos dos quais 450 alunos no 1.º Ciclo.

#### **4.2.1.2. O Conservatório de Música**

O CM está localizado no município limítrofe a noroeste do MB. Este foi criado em 2009 pela empresa Alfa<sup>8</sup> com ligações ao ensino da Música, com o intuito de implementar o ensino da Música em regime escolar no próprio concelho onde está sediado e nos concelhos da área envolvente, de acordo com a estrutura do Ensino Vocacional Artístico, definida pelo Ministério da Educação. O CM executa a integração do ensino vocacional de música no percurso educativo das crianças e jovens da região, bem como possibilita a formação de músicos instrumentistas através de cursos de iniciação, básicos e complementares de instrumento. Esta instituição desenvolve igualmente um trabalho considerável nas AEC de música, no MB, em parceria com a empresa Alfa e em estreita colaboração com o AB. No CM existem 24 professores, tendo sido, adicionalmente contratados 16, para fazer face às necessidades das AEC nos três concelhos.

#### **4.2.2. Município dos Montes**

O MM está situado na região Centro e sub-região do Pinhal Interior Norte e ocupa uma área de cerca de 234,55 km<sup>2</sup>. Este concelho subdivide-se em vinte e uma freguesias, apresentando 20 841 habitantes (INE, Censos de 2011).

No que diz respeito à atividade económica principal do MM, a agricultura e a indústria têxtil são as mais dominantes. O setor industrial tem um peso importante na economia local (madeiras, materiais de construção e confeções). O Setor secundário emprega cerca de metade da população do concelho (indústrias alimentar, metalúrgica, têxtil e da madeira). No que se refere ao setor terciário, que apresenta um importante domínio (comércios por grosso e retalho, reparações, alojamento e restauração). Finalmente, a agricultura e pecuária ainda têm alguma expressão,

---

<sup>8</sup> Designação alterada para manter o anonimato da instituição e dos participantes.

devido à existência de rebanhos de ovelhas produtoras de leite para o fabrico de queijo, praticadas pelas famílias como complemento de outra atividade profissional.

No que concerne à rede escolar do MM, esta é organizada em quatro agrupamentos verticais. A escola secundária existente no concelho não pertence a nenhum destes quatros agrupamentos. Aparentemente, os autarcas até à data têm resistido à constituição de um mega agrupamento e portanto, ainda não houve qualquer tipo de agregação no ano lectivo 2012/2013, o que poderá vir a acontecer apenas em 2013.

O 1.º Ciclo é ministrado em cerca de 17 estabelecimentos com 781 alunos inscritos. O maior número de estabelecimentos escolares e número de alunos localiza-se no Primeiro Agrupamento dos Montes (22 estabelecimentos nos vários graus de ensino e 1295 alunos matriculados no ano lectivo 2011/2012) enquanto nos três outros agrupamentos, o número de estabelecimentos é equivalente ou menor.

**Figura 2: Localização dos quatro Agrupamentos de Escolas no Município dos Montes**



**Fonte:** Adaptado do hiperlink: [portugal.veraki.pt](http://portugal.veraki.pt)

#### **4.2.2.1. Primeiro Agrupamento dos Montes**

O 1.º AM está localizado na Sede do Concelho do MM. Tem como escola sede uma EB 2/3.º Ciclo e abrange doze jardins de infância, nove escolas do 1.º Ciclo, das quais oito estão localizadas nas freguesias envolventes e a outra escola na sede do concelho.

Segundo o Projeto Educativo do agrupamento, em 1999 é criado o 1.º AM, que foi progressivamente assumindo uma dimensão mais vasta abrangendo a escola do 2.º e 3.º Ciclos (escola-sede), as escolas do 1.º Ciclo e jardins de infância situados no centro e na periferia do concelho.

A sede do agrupamento, ou seja a escola básica com 2.º e 3.º Ciclos é contígua à Escola Secundaria do Concelho, com a qual partilha espaços e recursos e proporciona horários normais

em todas as suas escolas do 1.º Ciclo. Devido à sobrelotação da escola do 1.º Ciclo situada no centro do concelho, no ano letivo 2007/2008 determinou-se que fossem transferidas três turmas do 4.º ano para a escola sede (Escola Básica com 2.º e 3.º Ciclos).

No que diz respeito à população escolar, no ano lectivo 2012/2013 estavam matriculados neste agrupamento cerca de 1295 alunos nos vários graus de ensino destacando-se 466 alunos no 1.º Ciclo.

#### **4.2.2.2. Segundo Agrupamento dos Montes**

O 2.º AM está localizado na parte sul do MM abrangendo oito freguesias do concelho. Este agrupamento é constituído por três jardins de infância, duas escolas do 1.º Ciclo sendo uma, a da sede do agrupamento e a outra situada numa das freguesias envolventes e uma escola EB 2/3.º Ciclo, sendo uma Escola Básica Integrada. Com efeito, podemos verificar que as escolas existentes nas freguesias foram progressivamente encerrando, transferindo os alunos para a escola sede do agrupamento.

Este agrupamento foi instituído no ano letivo 2002/2003 com a abertura de uma nova Escola Básica Integrada da sede do agrupamento.

No que diz respeito à população escolar, no ano lectivo 2011/2012 estavam matriculados ao todo, nos vários graus de ensino, cerca de 294 alunos dos quais 109, no 1.º Ciclo.

#### **4.2.2.3. Terceiro Agrupamento dos Montes**

O 3.º AM está situado na extremidade a Norte do MM. Este agrupamento abrange apenas três freguesias e é constituído por 4 jardins de infância incluindo o da Sede do Agrupamento, 2 escolas do 1.º Ciclo, uma Escola Básica Integrada (1.º, 2.º e 3.º Ciclos). A Escola Básica Integrada, sede deste agrupamento, começou a funcionar no ano letivo de 1993, sendo apenas instituído o 3.º AM, no ano de 1999.

No que diz respeito à população escolar, neste ano letivo estão matriculados ao todo, nos vários graus de ensino, cerca de 352 alunos dos quais no 1.º Ciclo estão a frequentar 105 crianças.

#### **4.2.2.4. Quarto Agrupamento dos Montes**

O 4.º AM está localizado na zona Centro-Norte do MM, abrangendo apenas três freguesias. Este é constituído por três jardins de infância, incluindo o jardim de infância presente na escola sede do agrupamento, duas escolas do 1.º Ciclo e uma Escola Básica Integrada (com 1.º, 2.º e 3.º Ciclos),

que é a sede do agrupamento. A escola Básica Integrada foi inaugurada em 1993 e constituída escola sede do agrupamento no ano letivo 2000/2001.

No ano lectivo 2011/2012, este 4.º AM tinha cerca de 263 alunos matriculados nos vários graus de ensino dos quais 101, no 1.º Ciclo.

#### **4.2.3. O Município dos Rios**

O MR está integrado na Região Centro e Sub-região do Pinhal Interior Norte e ocupa cerca de 332,13 km² de área. Do ponto de vista administrativo, o MR subdivide-se em dezoito freguesias. A taxa populacional, em 2011, é de 12 060 habitantes (INE, Censos 2011).

Do ponto de vista económico, a atividade dominante é a do setor secundário e terciário através de uma crescente presença de indústrias seguindo-se o setor primário praticado pela população mais idosa. Com efeito, a agricultura, a pecuária e a exploração florestal ainda subsistem no concelho. A falta de um forte dinamismo económico tem contribuído para a desertificação concelhia. Contudo, tem-se assistido a um crescimento das atividades económicas tal como a indústria de cerâmica, de moagem, de serração, resina; os têxteis; o comércio; a distribuição e os serviços. O turismo ocupa um lugar importante na atividade económica devido as potencialidades do município em termos de riqueza do património natural e histórico.

No que concerne à rede educativa do concelho, esta tem sido alvo de investimentos nos equipamentos escolares e tem sofrido transformações no ordenamento da rede escolar, como iremos perceber mais à frente. O MR possui um único mega agrupamento de escolas (AR).

##### **4.2.3.1. O Agrupamento dos Rios**

O AR abrange a totalidade das freguesias do Concelho e possui seis jardins de infância, seis escolas do 1.º Ciclo, duas escolas com 2.º e 3.º Ciclo e uma escola secundária, que é a sede do agrupamento. Nos últimos anos têm vindo progressivamente a encerrar diversas escolas de 1.º Ciclo de pequena dimensão e com poucos alunos, situadas nas freguesias mais distantes do concelho.

Este agrupamento foi criado em junho de 2010, resultando da agregação entre dois agrupamentos e a escola secundária.

No que diz respeito à população discente, esta tem um total de 1690 alunos inscritos nos vários graus de ensino com cerca de 405 alunos no 1.º Ciclo.

## 5. O Processo de Investigação

Numa primeira fase, decidiu-se auscultar as entidades que estão a implementar as AEC nestes três concelhos. Deparámo-nos com a particularidade, nestes três concelhos, de uma das entidade promotora do programa ser um agrupamento de escolas. Logo, considerámos pertinente recolher dados, em cada um destes três concelhos, quer aos responsáveis políticos dos municípios (maioritariamente entidades promotoras do programa), quer aos agentes escolares (Diretores de escola ou Coordenadores do 1.º Ciclo, indicados em certas ocasiões como os indivíduos mais informados acerca do assunto), visto que, a prática e a execução das AEC, é apenas visível no terreno e a aplicação dos procedimentos delineados pelas entidades, verificável nas escolas. Procedeu-se à elaboração de dois guiões de entrevista, com questões em função dos objetivos da investigação<sup>9</sup>.

O primeiro guião dirigido aos responsáveis políticos dos municípios teve como principal objetivo, compreender e analisar o processo de implementação, administração e gestão das AEC, tendo em linha de conta, as posições dos agentes envolvidos acerca do Programa e da transferência de competências educativas. O segundo guião centrou-se especialmente, na identificação das relações estabelecidas entre a escola e a entidade promotora do Programa, bem como, na análise da sua execução e dos seus resultados.

Numa segunda fase, procedemos aos contactos para a realização das entrevistas semiestruturadas aos responsáveis políticos destes três municípios. Depois de um curto período de espera, o MB e o MM acertaram uma data e horário para a realização das entrevistas. Os responsáveis do MR mostraram-se ocupados e com dificuldades em acertar uma hora e data para a realização das entrevistas. Após variadas tentativas de contacto, a demora começou a ser notável e com receio do não cumprimento dos prazos estipulados para realização das entrevistas, o município sugeriu responder por escrito às perguntas colocadas no guião reenviando as respostas via internet. Ao mesmo tempo davam-se os contactos telefónicos com os agrupamentos para solicitar as entrevistas aos Diretores de agrupamento. Nesse mesmo contacto telefónico, alguns Diretores recomendaram a realização das entrevistas aos Coordenadores do 1.º Ciclo (às exceções do 3.º AM e 4.º AM em que foi o próprio do Diretor a ser entrevistado), indicando-os como os agentes escolares mais elucidados sobre o assunto.

Numa terceira e última fase, deu-se a aplicação das entrevistas semiestruturadas. Deslocámo-nos a cada uma das instituições, tendo solicitado autorização para gravação áudio de

---

<sup>9</sup> Os guiões de entrevistas efetuados a todos os participantes da investigação podem ser consultados no Anexo 1.



cada entrevista. Cada entrevista teve uma duração média de cerca de 45 minutos, à exceção das entrevistas efetuadas aos Presidentes dos municípios, que foram de cerca de 10 minutos (colocámos apenas três questões), visto que estes delegavam no Vereador do Departamento de Educação a responsabilidade de responder a todas as questões de ordem política, administrativa e de gestão e indicavam-os como os mais elucidados sobre o assunto. No caso do MR, decidimos, igualmente, colocar apenas essas mesmas três questões, às quais o participante respondeu por escrito. No MB, segundo o que nos foi dito relativamente à existência de uma entidade privada promotora do ensino da Música no concelho, decidimos entrevistar, também, o responsável dessa entidade, de forma a completar, identificar e articular, na análise e discussão de resultados (4.º Capítulo), todo o processo de administração e gestão do Programa no município em questão.

Tendo por base o processo de investigação elaborámos o quadro abaixo apresentado, representativo das diversas entrevistas realizadas aos agentes envolvidos na nossa investigação.

**Quadro 1: Realização das entrevistas aos municípios, agrupamentos e outras entidades**

	<b>Município Beirão</b>	<b>Município dos Montes</b>	<b>Município dos Rios</b>
<b>Agrupamentos</b>	Entrevista semiestruturada à Coordenadora do 1.º Ciclo no Agrupamento Beirão	Entrevista semiestruturada à Coordenadora do 1.º Ciclo no Primeiro Agrupamento dos Montes	Entrevista semiestruturada à Coordenadora do 1.º Ciclo no Agrupamento dos Rios
		Entrevista semiestruturada à Coordenadora do 1.º Ciclo no Segundo Agrupamento dos Montes	
		Entrevista semiestruturada ao Diretor no Terceiro Agrupamento dos Montes	
		Entrevista semiestruturada ao Diretor no Quarto Agrupamento dos Montes	
<b>Câmaras municipais</b>	Entrevista semiestruturada à Vereadora do Departamento de Educação	Entrevista semiestruturada à Vereadora do Departamento de Educação	Entrevista semiestruturada à Vereadora do Departamento de Educação
	Entrevista semiestruturada ao Presidente da Câmara	Entrevista semiestruturada ao Presidente da Câmara	Entrevista semiestruturada ao Presidente da Câmara
<b>Outras entidades</b>	Entrevista semiestruturada ao Diretor Pedagógico no Conservatório de Música		

Depois de realizadas as entrevistas, procedemos à análise de conteúdo, respeitando os procedimentos indicados por Moraes (1999), que define cinco etapas no processo da análise de conteúdo. Desta forma, elaborámos grelhas de análise de conteúdo<sup>10</sup> para cada entrevista, a partir das quais nos propusemos a analisar e discutir os resultados obtidos, no capítulo a seguir.

<sup>10</sup> As grelhas de análise de conteúdo podem ser consultadas no Anexo 2.



# CAPÍTULO 4

## **Análise e discussão de resultados**

---

Neste capítulo, iremos proceder a uma análise detalhada dos seguintes temas:

- ❖ O município e as AEC – Implementação
- ❖ Modalidades de gestão das AEC
- ❖ Atividades
- ❖ Operacionalização das AEC
- ❖ Gestão financeira das AEC
- ❖ Políticas Locais de Educação
- ❖ Balanço do Programa das AEC no Concelho
- ❖ A importância das AEC
- ❖ Descentralização de competências no domínio da Educação

## 1. O Município Beirão

### 1.1. O município e as AEC – Implementação

Globalmente, os diversos entrevistados parecem concordar sobre a responsabilidade e **recetividade do município relativamente às AEC**. Com efeito:

*“Logo nesse primeiro ano abraçámos o projeto, achámos que o projeto era uma mais-valia para os alunos do 1.º ciclo e portanto, desde essa altura nunca interrompemos.”*

(Entrevistada A – Anexo 2, Grelha 1)

*“[...] a escola nunca foi a entidade promotora foi sempre a Câmara Municipal porque desde início a Câmara Municipal se disponibilizou [...]”* (Entrevistada C – Anexo 2, Grelha 3)

No entanto, a Vereadora do Departamento de Educação reforça a ideia de que **a adesão ao Programa das AEC é devida à transferência de competências por parte do Ministério de Educação** e na altura em que aderiram ao Programa tiveram dificuldades em fazer perceber esse facto às IPSS que detinham a tutela dos ATL. Transparece aqui uma certa imposição de competências ao município relativamente à implementação do Programa, sem que os agentes municipais pudessem contestar ou pronunciar-se sobre essa transferência de competências:

*“[...] acabam-se com os ATL, houve um investimento muito grande por parte das IPSS nos ATL, mas não houve o diálogo necessário na altura e criamos ali algumas inimizades porque foi a Câmara que avançou com as AEC e muitas dessas IPSS não perceberam que não foi a Câmara que tomou a iniciativa, foi o Ministério que nos mandou essa transferência de competências [...]”*

(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Assim, verificamos que o início da implementação das AEC não foi consensual, mas antes de alguma conturbação e descontentamento por parte dos agentes envolvidos nesse processo.

## **1.2. Modalidades de gestão das AEC**

Este município apresenta várias alterações no modelo de gestão das AEC desde a sua implementação, devido aos resultados obtidos e aos constrangimentos suportados. Verificamos que existiu alguma dificuldade em encontrar soluções adequadas para a execução das AEC, na medida em que, logo de início, não existia grande experiência nesse campo.

**Inicialmente, o município é responsável pela execução das AEC** promovendo a Atividade Física em que já possuíam experiência no 1.º Ciclo e contratando três professores de Inglês para o ensino do Inglês aos 3.º e 4.º anos:

*“No primeiro ano nem sequer apareceram empresas. Era tudo muito novo e muito incipiente e nós contratamos na altura, os professores de Educação Física, nós até já tínhamos [...] iniciamos o Inglês contratando professores de Inglês, três professores na altura.”*

(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

A partir desta altura, o percurso percorrido pelo município sofreu avanços e recuos. Com efeito, com o aparecimento de empresas privadas para executarem as AEC, o município optou pela **entrega da execução das AEC de Música e de Inglês a uma entidade privada:**

*“Logo no ano seguinte, as coisas foram extensíveis à Música e nós contratamos uma empresa, contratualizávamos com as aulas de Inglês e de Música e eles contratavam por sua vez os professores. Foram dois anos.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Contudo, mais tarde houve uma **desistência da entrega da execução das AEC às entidades privadas devido aos resultados negativos obtidos:**

*“O primeiro ano não correu bem, o segundo ano, eu na expectativa que pudesse correr melhor, não correu bem também.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

No ano seguinte, o MB volta a optar pela **entrega da execução das AEC de Música e Inglês a outras duas empresas privadas distintas:**

*“No quarto ano, voltámos a contratar uma empresa para contratar professores de Inglês e outra empresa para contratar os professores de Música.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Posteriormente surge uma nova **desistência da execução da AEC de Inglês à empresa privada devido à insatisfação mas é mantida a AEC de Música entregue à mesma entidade privada de acordo com o sucesso alcançado:**

*“ [...] no quarto ano, talvez em 2009, optámos por entregar a música ao Conservatório de Música... e contratámos uma empresa do concelho x<sup>11</sup> para o ensino do Inglês, também não fiquei muito satisfeita com o ensino” (Entrevistada A – Anexo 2, Grelha 1)*

**Finalmente, atualmente o município é responsável pela gestão das AEC de Educação Física e Inglês e entrega a execução da AEC de Música à mesma entidade privada anteriormente contratada a saber, o Conservatório de Música:**

*“Então partimos nós para a contratação de professores de Inglês... e a Música continua entregue ao Conservatório de Música” (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)*

**O Diretor Pedagógico do CM manifesta uma certa satisfação em ser ter sido contratado para a promoção do ensino da Música depois de várias tentativas:**

*“ [...] nós tínhamos apresentado duas vezes o projeto ao Município Beirão<sup>12</sup> oferecendo os serviços do Conservatório mas só que por motivos vários não tínhamos ainda... iniciado a nossa relação mas depois o Município Beirão<sup>13</sup> tomou a iniciativa de nos convidar para sermos os promotores das AEC de Música no Concelho Beirão<sup>14</sup> [...]” (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)*

### **1.3. Atividades**

**No município em questão, optou-se pela escolha de três atividades, a saber, o ensino do Inglês, o ensino da Música e a Educação Física, mas também é proporcionada a oferta de outras atividades com a denominação de Oficinas.**

**As atividades abrangem a totalidade dos estabelecimentos escolares do 1.º Ciclo bem como o pré-escolar (iniciação ao ensino do Inglês com um projeto-piloto).** Salienta-se o facto de o pré-escolar usufruir de Educação-Física. No entanto, o ensino do Inglês encontra-se em experimentação com duas turmas-piloto para que, caso se revele uma experiência positiva, depois de ser avaliado devidamente, o pré-escolar também disponha no futuro desta atividade:

*“Três pólos ... o Centro Escolar y<sup>15</sup>, a Básica Integrada w<sup>16</sup> e é a EB1 z<sup>17</sup> que se mantém abertas [...] as AEC também abrangem o pré-escolar com o Inglês num projeto-piloto este ano só são dois jardins e no final como as coisas resultarem... a Educação Musical.”*

*(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)*

---

<sup>11</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

<sup>12</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

<sup>13</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

<sup>14</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

<sup>15</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

<sup>16</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

<sup>17</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

Já no que se refere à Educação Musical, o Diretor Pedagógico do CM realça **que a “não-abrangência” do pré-escolar é devida à falta de comparticipação financeira pelo Estado** manifestando, no entanto, vontade e capacidade para o fazer:

*“ [...] também achamos que podemos fazer um bom trabalho porque somos especialistas nessas áreas e nessas idades... mas pronto... como não são financiadas pelo Ministério da Educação [...] só trabalhamos com o 1.º Ciclo.”* (Entrevista D – Anexo 2, Grelha 4)

No que se reporta à **adesão** ao Programa das AEC, todos os intervenientes a caracterizam como **elevada**, na medida em que apenas um ou outro aluno não as frequenta. A Coordenadora do 1.º Ciclo do AB aponta duas razões para essa adesão elevada. A primeira razão **relaciona-se com a necessidade dos pais**, visto que hoje em dia, devido aos horários de trabalho, muitos pais não têm com quem deixar os seus filhos:

*“Os pais também querem ter os filhos na escola e infelizmente, aqui também é uma opinião pessoal, mas é um facto que constatamos [...]”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

A segunda razão diz respeito **ao interesse** por parte dos pais suscitado por uma determinada AEC, que consideram relevante para o desenvolvimento do seu educando.

*“ [...] há os pais que selecionam a atividade porque acham que esta ou aquela atividade é mais interessante [...]”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

A gestão dos horários das AEC é feita no início do ano conjuntamente entre os responsáveis do agrupamento e do município, acordando que as AEC decorram, preferencialmente, após a atividade letiva e que **a flexibilização dos horários ocorra apenas no caso de duas turmas**:

*“Há pouca flexibilidade... é tudo a partir das 3h. Há apenas duas turmas que flexibilizam à sexta-feira”.* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Na opinião da Coordenadora do 1.º Ciclo é fundamental que as AEC ocorram depois das atividades letivas, **não concordando com a flexibilização dos horários**:

*“A primeira preocupação é colocar após as 3h30. Há quem defenda outra posição mas nós pensamos se for possível ter a componente letiva primeiro, uma vez que nós avaliamos o que é currículo... é a componente letiva [...]”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

Já para o Diretor pedagógico do CM, **a não flexibilização dos horários tem aspetos negativos relacionados com a contratação dos professores das AEC** e consequentemente com a carga horária de que estes dispõem (dez horas semanais). Assim sendo, parece que o

entrevistado se preocupa mais com os professores do que com os interesses dos alunos e a qualidade pedagógica:

*“ [...] cada um dos professores ficará... sempre à volta de 10 horas de horário e pretendíamos também... se conseguíssemos durante o período da manhã [...] enriquecer um pouco o horário de cada professor e ... que seria bom para os professores um horário à volta das 15 horas [...] a única coisa que tem é que os professores trabalham poucas horas porque não podem trabalhar mais [...].”*  
(Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

#### 1.4. Operacionalização das AEC

O MB procede ao recrutamento e à seleção dos professores das AEC no que diz respeito à Atividade Física, ao ensino do Inglês e às Oficinas. É referido na entrevista à responsável pelo pelouro da Educação que foram contratados cinco professores de Inglês, oito professores de Educação Física e duas técnicas especializadas, uma licenciada em teatro e outra em Designer, para lecionar as Oficinas de Expressões Plásticas, de Teatro e de Expressão Dramática.

No que diz respeito ao modo de contratação que é estabelecido pelo município, realça-se que os **professores das AEC** têm um **contrato de Técnico Superior**. Para além disso, estes têm um horário de trabalho completo. Assim sendo, não são pagos à hora e beneficiam de um vencimento mensal na categoria de Técnico Superior, tendo um contrato a tempo determinado de três anos que irá ser renovado para contrato indeterminado, no próximo ano letivo, no que toca aos técnicos do ensino do Inglês e alguns professores de Educação Física. Parte dos técnicos de Atividade Física bem como as técnicas de Teatro e Designer, já possuem um contrato a tempo indeterminado com o MB:

*“O facto de serem nossos funcionários também, nossos técnicos dá-lhes a eles outra motivação, têm um horário a tempo inteiro e não pagamos a hora. Têm um contrato de técnico superior [...].”*  
(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

No que se reporta ao Ensino da Música, o CM é que procede à seleção e ao recrutamento dos professores de Música estabelecendo critérios e requisitos. Para tal, um dos requisitos fundamentais que é referido pelo entrevistado é que seja professor do 1.º Ciclo. **O modo de contratação** é consoante a escolha do professor, na medida em que, efetuam **contratos a termo certo** (começando no primeiro dia de aulas e terminando no último dia de aulas) ou **em regime de prestação de serviço** (recibos verdes) pagando o valor de doze euros por hora. A cada professor é paga uma hora semanal de formação para que toda a planificação das atividades seja feita em



conjunto com o Coordenador. Estão cerca de 7 professores contratados pelo CM no município Beirão e ao todo 16 professores nos três concelhos envolventes<sup>18</sup>.

*“ [...] são pagos à hora... 12 euros [...] nove meses completos mais uma hora de formação por semana que é paga para fazer toda a planificação e programação das aulas com o Coordenador [...]”* (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

Na fase da operacionalização das AEC, **o município supervisiona as atividades no seio do AB** através de reuniões frequentes entre os coordenadores de cada AEC e o Coordenador do 1.º Ciclo, resultando na procura e identificação de problemas que possam existir e que futuramente possam vir a ser solucionados.

*“ [...] há um Coordenador que vai regularmente ao agrupamento reunir com os Coordenadores de estabelecimento e com o Coordenador do 1.º Ciclo. Fazem essa articulação, conversam e trazem as questões que realmente precisam melhorar.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Já o AB **supervisiona as atividades através dos Professores Titulares de Turma** das reuniões com os Coordenadores das AEC:

*“A supervisão é feita pelos professores titulares de cada turma em reuniões informais entre eles. Depois também há reuniões do Conselho de docentes onde participam os coordenadores das AEC e há também mensalmente uma reunião de articulação e de supervisão só com os com os Coordenadores [...]”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

A supervisão também é efetuada pelo CM e é **realizada pelo Coordenador das AEC do CM** durante as reuniões semanais de formação. A equipa pedagógica do CM parece estar atenta a qualquer problema ou questão que precise ser solucionada.

*“A supervisão dos professores é feita pelo Coordenador das AEC [...] e durante as reuniões semanais de formação... todos os pequenos problemas que possam aparecer são debatidos e tentam ser corrigidos [...]”* (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

Quanto à **articulação entre os intervenientes**, globalmente todos os entrevistados, a saber o município, a escola e a entidade privada contratada para o ensino da Música (CM) manifestam ter uma articulação **boa e eficiente** através das várias reuniões realizadas entre os vários participantes:

*“ [...] há reuniões com frequência com o Conservatório de Música [...] o sucesso deve-se à boa articulação entre o município e o agrupamento e conseqüentemente com a empresa que contratamos, o Conservatório de Música.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

---

<sup>18</sup> O Conservatório de Música é entidade promotora nos três concelhos da área envolvente (referido na Metodologia da Investigação)

*“Geralmente há reuniões mensais [...] sempre que for necessário o nosso Coordenador reúne com a pessoa responsável no município [...]” (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)*

*“Da minha experiência há uma boa relação entre a escola e a autarquia. As coisas são sempre conversadas e articuladas em termos de preparação de atividades e marcação de datas e todas as questões relacionadas com as AEC ou com outras questões [...]”*

*(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)*

Finalmente, a Coordenadora do 1.º Ciclo e a Responsável pelo pelouro da Educação referem a execução da **avaliação** do Programa das AEC no MB **através de reuniões com todo o corpo docente envolvido**:

*“Depois há os momentos de avaliação em que vão todos os técnicos, têm uma reunião onde estão também os Professores Titulares de Turma.” (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)*

*“Trimestralmente é feita uma avaliação escrita onde há uma participação de todos os Professores Titulares e das AEC que fazem o balanço do trimestre, da forma como decorreram as atividades e como decorreram as atividades em si [...]” (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)*

Na opinião do Diretor Pedagógico do CM, **a avaliação do ensino da Música é efetuada através de inquéritos** propostos a toda a comunidade educativa e a todos os intervenientes envolvidos no Programa das AEC (pais, alunos e Professores Titulares). O entrevistado realça de igual modo, a avaliação externa efetuada através de inspeções em que os resultados obtidos foram favoráveis (classificação de “Muito bom”).

*“A avaliação é feita através de inquéritos aos pais... aos Professores Titulares... aos alunos e sobretudo também por inspeções externas promovidas pela DREC que avaliam o trabalho e neste caso sempre que houve inspeções, o resultado das inspeções foi uma classificação de muito bom para as AEC de Música.” (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)*

### **1.5. Gestão financeira das AEC**

O município gere o Programa das AEC com o apoio financeiro vindo de duas instituições. Por um lado recebe uma **verba de 30.000 euros disponibilizada pela Gulbenkian para a atividade de Oficinas**, na sequência de uma candidatura efetuada pelo município, por um período de dois anos:

*“Acabamos por candidatar este projeto das oficinas de leitura à Gulbenkian e obtivemos algum êxito porque tivemos uma candidatura para dois anos de 30.000 euros o que foi um suspiro neste período conturbado que estamos a viver.” (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)*

Por outro lado, também beneficiam de uma **verba de 128.000 euros atribuída pela DREC**, na medida em que pela escolha da modalidade das atividades das AEC a DREC estabelece uma quantia por aluno. Verificamos uma descida da verba atribuída devido à diminuição de alunos.

*“[...] a DREC não paga à hora, este ano a nossa candidatura é de 128.000 euros. No ano passado recebemos 132.000 euros das AEC, este ano diminuiu face ao decréscimo de alunos [...].”*

(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Contudo, o município possui um orçamento elevado para a educação que auxilia, de igual modo, o Programa das AEC. **O município disponibiliza uma verba de 1.500.000 euros:**

*“[...] temos um orçamento da autarquia para a educação que é muito elevado. É disponibilizado para a educação... 1.500.000 euros.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

No que se refere à verba auferida pelo CM, o Diretor Pedagógico menciona que cerca de **110 euros por aluno é anualmente transferido pelo MB:**

*“Acho que são 110 euros por aluno... É uma parte do que o município recebe e que nos é devido para o ensino da Música.”* (Entrevistada D – Anexo 2, Grelha 4)

Apesar de tudo, no que diz respeito ao balanço financeiro deste Programa, **as verbas transferidas não chegam para fazer face às despesas do Programa:**

*“Gasta-se muito mais do que aquilo que é transferido. As receitas não cobrem as despesas. Se fosse pago à hora até dava mas assim não dá [...] mas as despesas foram à volta de 200.000 euros.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Já na opinião do Diretor Pedagógico do CM, **a verba transferida pelo MB chega para fazer face às despesas**, na medida em que consideram justo o que lhes é atribuído e lhes proporciona algum lucro:

*“[...] nós gostaríamos de ser melhor recompensados... mas achamos que é justo o que nós propusemos e que a Câmara aceita [...] e aquilo que achamos justo para pagar aos professores e para que nós próprios termos algum lucro enquanto empresa [...].”*

(Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

Porém, este município encontra soluções para fazer face às questões financeiras e opta pela **rentabilização dos custos em função do trabalho dos técnicos das AEC**. Com efeito, os técnicos possuem um horário completo mas não estão na sua totalidade com a lecionação das AEC visto que também desenvolvem e dinamizam outros tipos de atividades na Biblioteca Municipal.

*“Então não os ponho a 100% nas AEC e fazem trabalho para além das AEC.”*

(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Finalmente, a Vereadora do Departamento de Educação aponta **benefícios no investimento financeiro do Programa das AEC**, na medida em que contribui para o desenvolvimento dos alunos do concelho, dotando-os de competências básicas para que no futuro se tornem pessoas responsáveis, instruídas e bons cidadãos.

*“Mas vale a pena o investimento na educação [...] Não é uma perda mas um ganho, e o retorno disto é que nós tenhamos cada vez mais e melhores cidadãos, melhores alunos e melhores pessoas, pessoas saudáveis.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

O Presidente do MB também partilha a mesma opinião, e coloca **a Educação no centro das prioridades do município**.

*“Nestas coisas não podemos olhar muito às despesas porque é uma coisa tão necessária e importante e é preferível não fazermos outras coisas e concretizarmos estes pontos. A Educação é o mais importante que pode haver”.* (Entrevistado B - Anexo 2, Grelha 2)

## **1.6. Políticas Locais de Educação**

No entender da Responsável pelo Pelouro da Educação, há a **existência de um Projeto Educativo Local articulado com o Projeto Educativo do agrupamento que proporciona uma diversidade de atividades e objetivos** às crianças e jovens do concelho, na medida em que o município integra o seu projeto no próprio Projeto Educativo do AB.

*“ [...] reunimos em setembro com a escola e quando ela está a fazer o projeto nós englobamos o nosso [...] Este projeto não é nosso é um projeto do concelho e tentamos integrar no nosso projeto as atividades deles. Articulamos com uma serie de atividades e de preocupações para atingir determinados objetivos.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Para além disso, **as atividades propostas no Projeto Educativo Local são articuladas com o Programa das AEC**, na medida em que várias atividades englobam as AEC e os alunos do 1.º Ciclo, suscitando a participação dos técnicos das AEC na dinamização das atividades.

*“Estas iniciativas estão ligadas intrinsecamente às AEC [...] tudo isto engloba os alunos das AEC. Portanto, são atividades completamente direcionadas para escola.”*

(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Paralelamente, a Coordenadora do 1.º Ciclo do AB menciona uma **boa articulação dos Projetos Locais com as AEC e atividades no 1.º Ciclo e Pré-escolar**, na medida em que existe uma forte cooperação entre o município e as escolas:

*“O município colabora com o agrupamento sobretudo no 1.º Ciclo e pré-escolar que é aquele nível de ensino que o município é responsável no fundo. Todas as atividades que nós fazemos sobretudo atividades que têm a ver com o plano anual de atividades ou questões sociais pedimos colaboração ao município. O município está sempre disponível para colaborar connosco [...].”*

(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

De igual modo, o Diretor Pedagógico do CM menciona a **boa articulação das AEC com projetos do município e instituições concelhias**:

*“Fazemos muitas atividades com a biblioteca e outras instituições concelhias... e sobretudo colaboramos sempre que há um pedido para uma representação institucional... em inúmeras atividades que vão surgindo ao longo do ano... que nos solicitam [...].”*

(Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

A Vereadora do Departamento de Educação anota também a **existência de um Conselho Municipal de Educação** onde são **abordados assuntos relacionados com as AEC** nas suas reuniões:

*“Sim e reúne duas vezes no ano, uma no final do primeiro período e outra no final do ano letivo [...] Pois tentamos debater em cada um deles, na ordem de trabalhos, passamos os transportes a alimentação, as AEC [...].”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Contudo, esta aponta igualmente **desvantagens ao Conselho Municipal de Educação relacionadas com o seu funcionamento**:

*“Na minha ótica não funciona. Somos um Conselho consultivo mas não passamos disso. [...] Estes conselhos podiam ir mais além e fazer outro tipo de trabalho.”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

Finalmente observa-se a **existência da Carta Educativa** no município, embora esteja desatualizada e necessite de ser revista. Este facto contribuiu para que não tivéssemos acesso à Carta Educativa e aos dados atuais<sup>19</sup>.

### **1.7. Balanço do Programa das AEC no Concelho**

De acordo com todos os entrevistados, houve uma evolução positiva do Programa devido aos **resultados positivos obtidos**. Por um lado a Coordenadora do 1.º Ciclo aponta os ganhos em termos de aprendizagem por parte dos alunos.

---

<sup>19</sup> Ao nosso pedido de acesso à Carta Educativa, foi dito que estava em revisão, não se encontrando disponível.

*“ [...] com o desenvolvimento das atividades ao longo dos anos e com os resultados que os pais foram vendo em termos de aprendizagens, os alunos mostram que aprenderam e aprendem coisas apesar de não ser componente letiva [...]. ”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

Por outro lado, a Vereadora também faz referência aos **resultados positivos** sem especificar, de forma clara, quais são eles:

*“O resultado das AEC para mim tem sido fabuloso, acho que temos crescido imenso, há sempre muitas coisas a aperfeiçoar e estamos cá para isso, no próximo ano letivo [...] Tem sido, julgo eu, um bom projeto, o retorno em termos de alunos, acho que tem sido muito bom [...] É uma avaliação positiva em que também há arestas a limar e o que pretendo é que haja continuidade.”*

(Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

A Coordenadora do 1.º Ciclo do AB acrescenta ainda o **aperfeiçoamento das estratégias por parte do município** sendo que, no seu entender, os resultados melhoraram quando o MB decidiu não entregar as AEC a outras entidades privadas.

*“Da minha experiência, ao longo destes anos aprendemos sempre muito, nós escola e autarquia também, o trabalho tem vindo a melhorar a olhos vistos em termos de oferta, qualidade e organização [...] A partir do momento em que a autarquia apostou em ser ela a entidade promotora e também quem contrata os docentes à exceção dos de música que é o Conservatório de Música mas que fazem um trabalho exemplar e que funcionam muito bem tanto connosco agrupamento como com a autarquia, as coisas passaram a funcionar muito melhor e a haver uma evolução positiva [...]”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

Já para o Diretor Pedagógico do CM, os **resultados positivos traduzem-se nos benefícios para a instituição**, visto que, muitos dos alunos provenientes do ensino da Música nas AEC prosseguem os seus estudos no CM.

*“Na área da Música e nestes concelhos e nesta relação com o Conservatório temos centenas de alunos a aprender Música... muitos já a nível profissional [...] porque nós temos outra vantagem em relação às outras instituições... Geralmente os alunos com mais aptidão e com mais vontade prosseguem os seus estudos no Conservatório através de uma turma de ensino artístico.”*

(Entrevistado D - Anexo 2, Grelha 4)

### **1.8. A importância das AEC**

Já na recolha de opiniões de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades do Programa das AEC, a Vereadora e o Presidente do município enunciam vantagens relacionadas com os **benefícios das aprendizagens dos alunos**:

*“Os alunos saem com uma melhor preparação e saem mais enriquecidos. Não há qualquer tipo de inconveniente, só vejo vantagens na medida em que valorizamos o aluno. Aprendem o inglês que é fundamental e a Educação Física que é um contributo para a saúde”.*

*(Entrevistado B - Anexo 2, Grelha 2)*

*“No que respeita à Atividade Física e Desportiva é muito ir ao encontro de uma vida saudável e qualidade de vida melhor [...] Ao nível da Música, lancei um projeto para criar uma orquestra pedagógica em que tive uma ótima adesão de alunos maioritariamente saídos das AEC [...] Ao nível das Expressões, temos vários ateliers de Teatro e de Expressões, origami... e é a atividade que mais gostam.” (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)*

De igual modo, a Coordenadora do 1.º Ciclo do AB e o Diretor Pedagógico do CM apontam igualmente uma vantagem **relacionada com o carácter gratuito das AEC**, na medida em que consideram estas atividades uma oportunidade de acesso a conhecimentos que outrora só estavam ao alcance de alguns:

*“É bom para os alunos porque permite a montes deles que nunca tinham a possibilidade de ter estas atividades [...] permite que todos, desde que os pais assim o entendam, possam ter acesso a essas atividades e é um enriquecimento muito grande para eles.”*

*(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)*

*“Têm disciplinas que não teriam... o caso do Inglês, da Música e da Educação Física... não teriam se não fossem as AEC.” (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)*

Os mesmos entrevistados admitem outra vantagem **relacionada com os pais**, visto que, estes já têm onde deixar os filhos.

*“A ocupação plena dos tempos... é muito bom... é bom para os pais que trabalham.”*

*(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)*

*“Sei que é uma medida que veio trazer muita satisfação a algumas famílias... porque como os pais trabalham não tinham onde deixar os filhos ... e têm mais disponibilidade para exercer as suas funções profissionais.” (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)*

Já no que diz respeito às desvantagens, a Vereadora pronuncia uma desvantagem **relacionada com o carácter “pseudo-facultativo” das AEC**. Com efeito, na sua opinião, as AEC acabam por ser obrigatórias, devido ao facto de que, na maior parte dos casos, os pais não podem ir buscar os filhos à escola após a atividade letiva. Consequentemente, há crianças que frequentam as AEC não porque querem ou gostam, mas porque é necessário em termos de organização familiar, acabando assim por perturbar e desestabilizar as AEC, no seu ponto de vista.

*“A outra questão é que se pretendia que estas AEC fossem facultativas e não obrigatórias mas passou a ser obrigatório porque os alunos não tinham para onde ir [...] aqueles que não querem acabam por desestabilizar os que querem e para mim este é o grande aspeto negativo das AEC [...]”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

No entender da entrevistada, outra desvantagem está **relacionada com o ensino do Inglês**, na medida em que os alunos acabam por chegar ao 5.º ano com níveis diferentes.

*“No Inglês, há uma queixa muito grande da parte do 5.º ano em que não estão todos no mesmo nível [...]”* (Entrevistada A - Anexo 2, Grelha 1)

A Coordenadora do 1.º Ciclo do AB indica três desvantagens ao Programa das AEC. A primeira desvantagem relaciona-se com **o tipo de atividades propostas** em que esta assemelha o tipo de atividades das AEC ao das atividades efetuadas no âmbito curricular. A entrevistada reforça esta ideia pelo facto das AEC serem numa sala de aula e nos mesmos moldes que as atividades propostas ao longo do dia nas aulas curriculares:

*“ [...] nós dizemos que é uma atividade de enriquecimento curricular mas acaba por ser um pouco mais... uma atividade curricular... ainda que não chamamos assim, em que eles estão ocupados com atividades dentro de uma sala [...] com alguém que lhes está a propor atividades para eles fazerem, que são aquelas que lhes são apresentadas e não outras, das 9h às 17h30.”*

(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

A segunda desvantagem relaciona-se **com a falta de tempo livre** e é partilhada também pelo Diretor Pedagógico do CM, visto que na sua opinião, os alunos acabam por chegar demasiado tarde a casa e não usufruem de tempo livre suficiente para brincar:

*“Isto sobretudo no inverno, os meninos saem da escola é de noite e vão para casa. Os que moram no Concelho Beirão<sup>20</sup> chegam a casa às 18h e tal e não têm tempo para brincar.”*

(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

*“ [...] é o demasiado tempo que as crianças passam na escola que muitas vezes já não permite às crianças terem frescura suficiente para suportar e conseguirem estar concentrados... e aquelas horas todas na escola.”* (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4).

Finalmente, a **indisciplina** é citada como sendo uma das desvantagens do Programa das AEC. Com efeito, na opinião da entrevistada, os alunos ficam cansados no final do dia, o que suscita problemas de comportamento. Salientamos o facto de que há um dia por semana em que

---

<sup>20</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.



devido aos ajustes dos horários, os alunos têm aulas curriculares até às 17h30 o que também faz com que os Professores Titulares se queixem do mesmo:

*“Sentimos muitas vezes na escola que há mais problemas de comportamento e mais agitação sobretudo no final do dia e todos os colegas dizem que [...] os miúdos estão cansados [...]”*  
(Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

O Diretor Pedagógico do CM expressa outra desvantagem relacionada com a **organização das AEC** em que, segundo o entrevistado carece de orientações e normas comuns a toda a operacionalização das AEC. As questões pedagógicas são tratadas duvidosamente pelas instituições e no seu ponto de vista, estas não possuem capacidades e recursos pedagógicos para executar as competências transferidas no âmbito das AEC. Consequentemente, o entrevistado acrescenta que a qualidade do ensino e das atividades no âmbito do Programa é polémica e contestável.

*“ [...] uma Câmara Municipal não tem competências pedagógicas e como foram as Câmaras municipais que quase todas quiseram ser promotoras... acho que pedagogicamente o projeto sofreu muito e sofre em muitos lados... a qualidade poderia ser muito melhor e o tempo que as crianças passam na escola poderia ser muito melhor aproveitado e com muito mais eficácia pedagógica.”*  
(Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

O mesmo entrevistado realça ainda a **falta de formação dos professores das AEC**. Com efeito, o entrevistado considera fundamental que os professores das AEC possuam uma formação inicial apropriada. As questões das metodologias por parte dos professores são postas em causa devido às disciplinas serem orientadas para o 2.º Ciclo mas estar a tratar-se de alunos do 1.º Ciclo:

*“Reforço aqui que lançaram-se estas disciplinas e estas medidas e não se acautelou a formação de professores para estes níveis etários... todos os professores de Expressões... de Inglês... de Educação Física são formados para trabalhar com alunos do 2.º e 3.º Ciclos [...] porque trabalhar com o 1.º Ciclo não tem nada a ver com o 2.º Ciclo... As metodologias são completamente diferentes [...]”* (Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

Em última instância, o entrevistado realça o **caráter extracurricular das AEC** na medida em que, no seu entender, as atividades deveriam fazer parte do currículo:

*“Mas eu preferia que estas atividades fossem curriculares... dentro da área curricular [...]”*  
(Entrevistado D – Anexo 2, Grelha 4)

### 1.9. Descentralização de competências no domínio da Educação

O tema da descentralização de competências é abordado com o Presidente do MB, de forma a procurar saber se o município seria capaz de abranger outros tipos de competências educativas para além daquelas que já possui. Uma das competências diz respeito à contratação de professores do 1.º Ciclo pelos municípios. O Presidente do município demonstra os limites e os riscos da tutela dessas competências. Com efeito, este anota as **dificuldades em abranger outras competências educativas** por parte dos municípios, na medida em que financeiramente teriam de existir contrapartidas a esse respeito. Acresce ainda que, na sua opinião, os municípios também deveriam estar adequadamente estruturados, preparados e organizados para tal. Por outro lado, o entrevistado refere que os professores poderiam considerar a sua contratação por parte do município despropositada:

*“ [...] mas também se começamos a alargar e a ficar com muitas funções do Ministério da Educação... pode correr mal. E nem sei se os professores gostariam muito disso [...] mas teria que ser com o devido acompanhamento financeiro e uma vez que as Câmaras estariam bem estruturadas para isso.”* (Entrevistado B - Anexo 2, Grelha 2)

Para além disso, acrescenta ainda que esta municipalização da Educação, apontando para uma futura privatização da educação, é um dos assuntos discutidos e atuais. Com efeito, as **Comunidades Intermunicipais e associações de municípios abordam assuntos relacionados com uma futura municipalização da Educação.**

*“Fala-se nisso mas ao nível das associações de municípios e agora há as comunidades intermunicipais em que a educação ou outros assuntos são discutidos nas comunidades intermunicipais.”* (Entrevistado B - Anexo 2, Grelha 2)

Na opinião da Coordenadora do 1.º Ciclo do AB transparece a afirmação do **desacordo com a delegação de competências referentes à contratação de professores do 1.º Ciclo nos municípios**, visto que considera que tal facto poderia originar injustiças na forma de contratação segundo diferentes critérios e requisitos exigidos, confirmando, de alguma forma, a perspetiva do Presidente da Câmara.

*“ [...] isto a nível da contratação há sempre uma proximidade e temos tendência para proteger alguns grupos. Se for com as regras das autarquias e cada uma tem os seus critérios... depois cada uma tem as suas e corremos o risco de haver mais injustiças.”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

No entanto, afirma uma **aceitação da delegação de competências no domínio da gestão e das infraestruturas escolares nos municípios**, defendendo uma certa uniformização dos procedimentos de todos os municípios, para não criar qualquer forma de injustiça.

*“Em termos de gestão e de urbanização... Penso que sim [...] em que houvesse umas linhas mestras que são iguais em todo o lado porque podia haver autonomia sim... mas sempre com um pilar base para funcionarmos todos de forma semelhante [...]”* (Entrevistada C - Anexo 2, Grelha 3)

## **2. O Município dos Montes**

### **2.1. O município e as AEC – Implementação**

Relativamente à implementação das AEC, globalmente, todos os agentes envolvidos na nossa investigação (Coordenadoras do 1.º Ciclo do 1.º e 2.º AM e diretores do 3.º e 4.º AM, incluindo a Responsável pelo Pelouro da Educação) aparentam concordar sobre a **recetividade do projeto das AEC por parte do município**:

*“Sempre tivemos AEC desde que elas surgiram e desde sempre que a Câmara agarrou este projeto e nunca o entregou a entidades.”* (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

*“[...] tem sido sempre a Câmara.”* (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

*“Este agrupamento nunca foi entidade promotora sendo sempre a Câmara Municipal [...]”* (Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)

*“[...] a única entidade parceira é a Câmara Municipal”* (Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)

*“[...] mas o agrupamento nunca foi entidade promotora do Programa sendo o município sempre a entidade promotora [...]”* (Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

Todavia, a Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM, salienta que surgiram **dificuldades na implementação do projeto** visto que não existia experiência neste ramo e que a aceitação por parte dos Encarregados de Educação foi problemática devido à questão da flexibilização dos horários:

*“Quando foi a implementação disto das AEC foi um ano extremamente difícil porque também era uma coisa nova e na questão dos horários tivemos que flexibilizar logo desde o início e foi muito controverso até ao nível dos Encarregados de Educação [...]”* (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

Já o Diretor do 4.º AM realça **os benefícios da responsabilização das AEC pelo MM** porque no seu entender, o MM já possuía responsabilidades ao nível do 1.º Ciclo e do pré-escolar e assim sendo permitiu um melhor conhecimento da realidade:

*“ [...] para nós é preferível que seja o município porque têm outras responsabilidades a nível do 1.º Ciclo e pré-escolar com a alimentação e com apoios da ação social escolar [...].”*

(Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

## **2.2. Modalidades de gestão das AEC**

Este município revela ter sido, desde a implementação do Programa das AEC no concelho, a única entidade promotora até agora. Logo, **o município foi sempre o responsável pela gestão e administração das AEC** no concelho. No entanto, na opinião da Vereadora do MM, a contratualização de empresas teria facilitado o trabalho do município mas no entanto, o MM nunca optou por delegar estas competências visto que, assim sendo, estaria a proteger os docentes das AEC:

*“Claro que para nós seria mais tranquilo se fosse uma empresa a gerir tudo isto mas cria-se um distanciamento e esse distanciamento faz com que não haja a proteção ao docente da AEC [...].”*

(Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

## **2.3. Atividades**

Na opinião da Vereadora do Departamento de Educação do MM, a escolha das atividades no âmbito do Programa das AEC recaiu sobre a opção de cinco actividades diferentes. Assim sendo, existe **uma diversidade de atividades propostas**: ensino da Música, ensino do Inglês, Atividade Física e Desportiva, Atividades lúdico-Expressivas e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Porém, estas atividades não são as mesmas em todos os agrupamentos e **diferem** de agrupamento para agrupamento e de igual modo, **no seio do 1.º AM**. No entender da Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM, foram propostas nos primeiros anos TIC em todas as escolas do agrupamento mas acabaram por optar, no ano letivo em análise, por colocar as TIC unicamente na escola da sede do agrupamento. As restantes escolas do agrupamento situadas na periferia do agrupamento usufruem das Atividades Lúdico-Expressivas devido a não ter salas e recursos pedagógicos para o efeito. A mesma entrevistada referencia a falta de professores para as AEC de Música que solucionam através da substituição em algumas escolas pela atividade de Expressões.

*“ [...] tivemos nos primeiros anos TIC em todas as escolas do agrupamento e quando começou a haver [...] falta de professores de Música e que não havia candidatos para os horários todos, tivemos que substituir o ensino de Música em algumas escolas pelas Expressões. Este ano letivo,*

*nós optámos só por TIC ao nível desta escola e nas outras escolas da periferia pelas Expressões. [...] mas nós sabemos que as escolas do 1.º Ciclo não estão apetrechadas como deve ser ao nível de meios, de computadores [...] optámos então por não dar TIC às escolas da periferia [...].”*

(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

O mesmo se verifica no 2.º AM, em que a Coordenadora do 1.º Ciclo anota a **ausência da AEC de Expressões no agrupamento** e observa que uma das escolas possui Educação Moral e Religiosa Católica devido à dificuldade de gestão dos horários:

*“As atividades são o ensino da Música, TIC, Inglês e Atividade Física e Desportiva não havendo expressões. [...] Mas também temos aqui Educação Moral e Religiosa Católica que não sei se podemos aqui considerar uma AEC porque é assim a escola da freguesia dos Montes<sup>21</sup> tem um horário alargado e diferente do nosso aqui, há necessidade de preenchimento desse tempo.”*

(Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)

De igual modo, o Diretor do 3.º AM realça a **inexistência das Expressões e de TIC no agrupamento**.

*“Atividade de Inglês, Música e Educação física.”* (Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)

Por fim, no que concerne o 4.º AM, o Diretor aponta a **ausência de TIC**.

*“Atividade Física, Inglês, Música e Expressões.”* (Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

No que se reporta à adesão ao Programa das AEC, globalmente, todos os intervenientes na nossa investigação, quer responsáveis pelo MM quer responsáveis pelos quatros AM parecem concordar sobre a **adesão quase total** por parte dos alunos não abrangendo apenas um ao outro aluno, o que constitui raras exceções.

No que diz respeito à **flexibilização dos horários**, segundo a Responsável pelo Pelouro da Educação, esta é **efetuada de acordo com a legislação**. Assim, na sua opinião, os interesses dos alunos não são postos em causa tentando sempre não prejudicar o bom funcionamento das turmas, sendo, no entanto imprescindível, devido à necessidade dos professores das AEC, para que estes tenham horários maiores e mais atrativos:

*“Dentro daquilo que é a legislação há alguma flexibilização [...] fazemos um esforço até para que não haja flexibilização, embora nós, para que possamos ter horários com carga horária apelativa para os professores das AEC, procuramos juntar horários, até entre agrupamentos [...].”*

(Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

---

<sup>21</sup> Designação alterada para manter o anonimato dos municípios e dos participantes.

A Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM confirma o mesmo motivo anteriormente mencionada pelo Vereador relativamente à existência de alguma **flexibilização dos horários** pelo facto de haver **falta de professores que aceitem horários de carga reduzida**. A mesma entrevistada, acrescenta ainda que os professores do 1.º Ciclo não concordam com a flexibilização dos horários.

*“ [...] ao nível dos titulares de turma foi difícil de aceitar porque a opinião generalizada de todos os professores do 1.º Ciclo era que essas atividades realmente devem ser após as atividades letivas, das 15h30 às 17h30 só que ao longo destes anos detetámos que quanto menor for a carga horária de um professor da AEC, menos possibilidades temos que esse professor aceite o horário [...]”*  
(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

#### **2.4. Operacionalização das AEC**

O MM procede ao recrutamento e à seleção dos professores das AEC. Esse **recrutamento é realizado através de concurso**. Estão contratados trinta e um professores nas diversas áreas com **um contrato a termo certo e são pagos à hora** (não acabando no último dia de aulas possibilitando-os participar nas reuniões de avaliação final). Acerca desses procedimentos, a Vereadora transmitiu-nos que o recrutamento implica procedimentos burocráticos e complexos, na medida em que existem muitos candidatos opositores ao concurso.

*“ [...] é bastante complexo porque temos cerca de 31 horários a concurso e é um processo complexo porque fazer uma entrevista por horário, estamos a falar de muita gente. Sei que no último concurso concorreram cerca de centena e meia e é muito burocrático.”*  
(Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

Contudo, a Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM anota que durante cerca de um ou dois anos **o agrupamento permitiu a um dos seus professores de Educação Física com horário incompleto lecionar as AEC para que assim completasse o seu horário no agrupamento**.

*“Já houve um ou dois anos em que tivemos um professor ao nível da Educação Física do agrupamento que como não tinham horário completo, completamos depois com as horas das AEC.”*  
(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

Em matérias de supervisão das AEC, a Vereadora anota que desde a sua tomada de posse foram **elaborados** um conjunto de documentos nomeadamente o **relatório trimestral para o processo de supervisão**. A entrevistada realça o facto de estes documentos existirem noutras

áreas mas ainda ninguém se ter lembrado de os adaptar igualmente às AEC. A par disto são feitas reuniões em cada período no município com os professores das AEC:

*“Faço aqui reuniões trimestralmente com os professores das AEC. Elaborei com eles, quando vim para aqui [...] um conjunto de documentos [...] para ter esse feedback [...] nas outras áreas disciplinares dentro dos agrupamentos, existem estes documentos mas não estavam era adaptados aquilo que se chama AEC [...].”* (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

Em termos de avaliação do Programa, a mesma entrevistada menciona na elaboração dos documentos anteriormente referidos, a criação **de um documento de avaliação do Programa das AEC**. É um documento uniforme para todos os agrupamentos definido com normas e regras:

*“Criamos também um conjunto de documentos que achávamos importantes que fossem uniformizados ao nível dos agrupamentos nomeadamente a avaliação com parâmetros e critérios.”* (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

De acordo com cada entrevistado dos quatro AM, no que concerne à supervisão e avaliação, todos parecem concordar sobre o facto que estas sejam **efetuadas pelos Professores Titulares de Turma**:

*“Há uma supervisão por parte dos Titulares de Turma [...].”* (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

*“Cada Titular de Turma tem uma hora semanal para a supervisão [...].”*

(Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)

*“[...] Em primeiro lugar há reuniões frequentes com o responsável da direção com os professores das AEC. Depois existe uma supervisão por parte dos Professores Titulares com os professores das AEC [...].”* (Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)

*“A supervisão é feita pelos Professores Titulares de Turma, a avaliação também [...].”*

(Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

Finalmente é abordada a **articulação entre todos os intervenientes** implicados neste processo (escola, Professores das AEC, Professores Titulares de Turma e o MM). Todos os entrevistados partilham a mesma opinião relativamente à **boa articulação entre agrupamentos e o MM**:

*“É da melhor forma possível [...] os agrupamentos propõem os horários, entretanto há uma reunião com os vários responsáveis de cada agrupamento, nomeadamente os professores do 1.º Ciclo, onde fazemos a análise dos horários [...].”* (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

*“Sempre tivemos muito boas relações ao nível das Vereadoras [...].”*

(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

*“Até agora não temos verificado nenhum constrangimento [...]”.*

*(Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)*

*“Existe uma parceria bastante positiva ao nível das AEC, não há constrangimentos nem dificuldades absolutamente nenhuma.” (Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)*

*“Não há constrangimentos nem problemas que afetem de alguma forma a articulação.”*

*(Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)*

## **2.5. Gestão financeira das AEC**

De acordo com a Vereadora da Educação, o MM gere o Programa com a **verba disponibilizada pela DREC** em que se prevê o orçamento de 250.000 euros para esse efeito. A entrevistada reforça a importância do apoio que é dado para suportar todas as despesas inerentes ao Programa das AEC visto que o orçamento do município não chegaria para fazer face a todos os gastos.

*“Nós temos cerca de 250.000 euros previstos para este projeto. Se não tivermos apoio do Ministério da Educação e pela Direção Regional da Educação, nenhuma Câmara pode dizer que este projeto é viável em termos de o suportar economicamente sem ajudas. [...]”*

*(Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)*

No entanto, no início do ano, segundo a entrevistada, houve bastantes **receios** no que diz respeito **ao financiamento do Programa das AEC** e à transferência de verbas para esse efeito. Com efeito, o MM contratou os professores não sabendo ainda se iriam ter dinheiro para lhes pagar e de acordo com as notícias, no início do ano, o governo não estava a disponibilizar o dinheiro para esse efeito. O município correu o risco mas a DREC cumpriu os seus compromissos.

*“ [...] em setembro já tínhamos os professores das AEC e corremos esse risco [...] em relação às contas por parte da DREC temos tudo pago. Nós aqui arriscamos um pouco mas estamos satisfeitos e espero que continue até ao final do ano letivo.” (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)*

Já na opinião do Presidente do MM, **a verba que é transferida pela DREC cobre apenas o pagamento dos Professores das AEC** visto que todas as despesas relacionadas com transportes e de outra ordem advêm do orçamento do município. O entrevistado menciona os cortes orçamentais que dificultam a gestão financeira do Programa:

*“ [...] a Câmara, em relação às AEC suporta um conjunto de despesas que são diferentes do pagamento porque os pagamentos dos professores... são pagos pela DREC. [...] Há um conjunto de despesas que são da responsabilidade da Câmara Municipal mas quando nós entramos no*



*projeto devemos saber os custos e neste momento [...] esta autarquia tem menos de três milhões de euros, o que é significativo e isso baralha às vezes algumas coisas.”*

(Entrevistado F – Anexo 2, Grelha 6)

## **2.6. Políticas Locais de Educação**

Na opinião da Responsável pelo Pelouro da Educação do MM, existem **Políticas Educativas diversas no município** na medida em que o município oferece atividades e garante os transportes escolares em todos os graus de ensino:

*“As diferentes Políticas Educativas que aqui praticamos são várias na medida em que asseguramos o transporte escolar dos alunos do pré-escolar até ao 12.º ano... proporcionamos várias atividades que abrangem os vários graus de ensino”* (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

Por outro lado, regista-se a ausência de Projeto Educativo Local em que segundo a mesma entrevistada está em fase de elaboração. A sua elaboração é indissociável da **revisão da Carta educativa** à qual não tivemos acesso por estar desatualizada<sup>22</sup>.

A mesma entrevistada anota ainda a **existência do Conselho Municipal de Educação** no qual são discutidos assuntos relacionados com as AEC.

Finalmente, no ponto de vista da da mesma entrevistada, **as AEC são integradas e articuladas com as atividades desenvolvidas pelo município e pelos agrupamentos:**

*“Nós realizamos algumas atividades [...] os professores das AEC [...] participam no plano anual de atividades de cada escola e participam também, digamos assim, no plano anual de atividades da Câmara [...]”* (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

O mesmo se verifica no discurso dos entrevistados de cada AM em que é apontada **a existência de articulação das AEC com os Projetos Educativos Locais do MM:**

*“Há uma grande cooperação entre o agrupamento e a Câmara a todos os níveis.”*

(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

*“ [...] nestas atividades, muitas vezes é até a Câmara Municipal que canaliza as AEC nessa altura para terem uma ação ainda mais efetiva na dinamização das atividades [...] ”*

(Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)

*“ [...] há todo um conjunto de atividades que são organizadas pelo município no qual a escola participa ativamente [...] ”* (Entrevistado I - Anexo 2, Grelha 9)

---

<sup>22</sup> Ao nosso pedido de acesso à carta educativa, foi dito que estava em revisão, não se encontrando disponível.

*“ [...] a participação do município nas atividades tem a ver com apoios a diversos níveis principalmente financeiro.” (Entrevistado J - Anexo 2, Grelha 10)*

## **2.7. Balanço do Programa das AEC no Concelho**

Quanto ao balanço do Programa das AEC, a Vereadora da Educação observa que **a relação entre Professores Titulares de Turma e Professores das AEC não evoluiu significativamente** bem como a aceitação do Programa das AEC apesar de ser efetuado um esforço nesse sentido:

*“Eu desde que vim para aqui tenho feito um esforço... em que os professores das AEC tinham muitas queixas sobre a forma como os outros professores nomeadamente do 1.º Ciclo viam os professores das AEC e as próprias AEC. Em relação à forma como veem as AEC acho que isso ainda não mudou muito.” (Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)*

Já no que se refere ao balanço das AEC efetuado por cada entrevistado dos AM em cada agrupamento, os entrevistados do 2.º e 3.º AM manifestam uma **evolução positiva** do Programa, desde a sua implementação no agrupamento, no que concerne os objetivos, a articulação das atividades e a visão que os Encarregados de Educação e alunos possuíam acerca das AEC.

*“Portanto a imagem das AEC tem sido alterada [...] têm conseguido com os anos [...] uma importância maior, também pelos dinamizadores, pela forma articulada como as atividades decorrem, têm conseguido atingir objetivos que no seu início era mais difícil atingir [...]” (Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)*

*“Tem havido uma evolução muito positiva [...] os alunos e Encarregados de Educação dão uma importância bastante positiva às Atividades de Enriquecimento Curricular [...]” (Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)*

Já a Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM destaca **aspetos a melhorar nas estratégias utilizadas, por parte da entidade promotora, relativamente às faltas dos professores das AEC**. A mesma entrevistada sugere que haja uma bolsa de professores para o efeito:

*“Acho que devia ser dado mais recursos, ao nível de recrutamento [...] havia de haver [...] uma bolsa de professores porque nós muitas vezes sentimos dificuldades em assegurar as ausências [...]” (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)*

No que concerne o 4.º AM, o entrevistado evidencia os **mesmos resultados obtidos que no início da implementação das AEC** não fazendo sobressair qualquer evolução ao Programa.

*“Aqui sempre participaram todos... às vezes excecionalmente há algum que por algum motivo sai, mas de uma forma geral participaram sempre todos.”*

(Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

Quando é abordado **o alargamento do projeto para o jardim de infância**, visto que em muitos municípios isso acontece, a Vereadora manifesta o **seu desacordo devido às limitações económicas**. A entrevistada anota também a existência da Componente de Apoio à Família que existe para esse efeito e para o prolongamento do horário.

*“Não há necessidade, nós temos a CAF. [...] Se não tivéssemos problemas financeiros eu diria que sim. Agora os problemas financeiros são muitos tenho que dizer que não.”*

(Entrevistada E – Anexo 2, Grelha 5)

## **2.8. A importância das AEC**

Na recolha de opiniões de acordo com as vantagens e desvantagens do Programa das AEC, a Responsável pelo Pelouro da Educação destaca como primeira vantagem, o facto de **os professores das AEC serem contratados pelo MM**. A entrevistada valoriza o modelo adotado pelo MM em que não contratualiza com nenhuma entidade privada fazendo com que os docentes se sintam mais protegidos e tratados enquanto professores. Acresce ainda que os professores optam preferencialmente por um município que uma empresa privada na medida em que este último concede-lhes direitos:

*“[...] os Presidentes da Câmara têm tido essa sensibilidade na medida em que, estes docentes têm tido a sorte de fazer um contrato de 10 meses [...] eles preferem esta Câmara. E digo isso com alguma satisfação na medida em que eles são tratados como docentes e a gestão é feita diretamente pela autarquia e não por uma empresa.”* (Entrevistada E - Anexo 2, Grelha 5)

A segunda vantagem está relacionada, no ponto de vista da mesma entrevistada, **com a satisfação dos professores das AEC** na medida em que refere que apesar do carácter trabalhoso que a gestão e administração das AEC têm, o sucesso e o contentamento dos professores acaba por compensar isso de certa forma:

*“[...] para a Câmara conseguir colocar no terreno os docentes mas também me dá um certo gozo sermos nós a fazê-lo porque os docentes [...] gostam mais que seja a Câmara a fazer este trabalho.”* (Entrevistada E - Anexo 2, Grelha 5)

Outra vantagem enunciada pela entrevistada supramencionada e pela Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM relaciona-se **com as necessidades dos pais**. Nos seus pontos de vista, a escola a

tempo inteiro é fundamental nos dias de hoje para que os pais consigam trabalhar e conciliar os horários de trabalho com os horários dos filhos:

*“ [...] às tantas há necessidade de ter a escola a tempo inteiro para que a mulher e o homem consiga trabalhar [...] Se nós terminarmos as AEC não sei muito bem como os Encarregados de Educação vão resolver o assunto.”* (Entrevistada E - Anexo 2, Grelha 5)

*“Está provado que as AEC foram implementadas em função das necessidades dos Encarregados de Educação. As crianças estavam das 9h às 15h30, agora estão até às 17h30 por causa das necessidades das famílias.”* (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

Seguidamente, a Coordenadora do 1º AM e os Diretores do 3.º e 4.º AM concordam acerca da vantagem relacionada com **os alunos**, em que para os entrevistados, as AEC constituem uma oportunidade para ter acesso a atividades que outrora não teriam para além de serem benéficas e enriquecedoras.

*“ [...] é uma mais-valia para as crianças porque nem todas tinham acesso [...] só quem tinha era quem estava em grandes centros urbanos ou que estavam em ATL particulares que davam essas valências.”* (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

*“ [...] como diz o nome é o enriquecimento dos alunos e é a diversos níveis [...].”*

(Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

*“Agora eu considero que as AEC são extremamente importantes e portanto a experiência que nós temos tido nestes anos de implementação deste projeto é bastante positivo.”*

(Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)

O Presidente do MM aponta uma única **vantagem relacionada com a empregabilidade**. Com efeito, na opinião do entrevistado, as AEC possibilitam uma oportunidade de primeiro emprego para os recém-licenciados:

*“ [...] têm uma coisa positiva é que dão trabalho a um conjunto de professores que neste momento estariam desempregados, que não teriam colocação [...].”* (Entrevistado F – Anexo 2, Grelha 6)

Finalmente, a terceira vantagem apontada pela Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM **relaciona-se com os professores do 1.º Ciclo** visto que as AEC, no seu entender, permitem auxiliar os Professores Titulares de Turma que nem sempre têm tempo para abordar tais atividades por terem a obrigatoriedade de cumprir o programa:

*“ [...] eles rentabilizam mais esse tempo para essas áreas que são essenciais, que são a Língua Portuguesa, a Matemática e o Estudo do Meio [...] até se valem das AEC para colmatar essas falhas”* (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)

Já no que toca às desvantagens, a Vereadora pronuncia desvantagens **por parte do município**, afirmando que o MM não deveria ser a entidade promotora porque acarreta preocupações de várias ordens e não possuem os requisitos para **o recrutamento de docentes** (processo complexo):

*“Para o município há mais inconvenientes como é óbvio. A Câmara não tem perfil, digamos assim, para ter afeto ao seu quadro do pessoal, docentes e começa logo por aí. [...] é difícil, num período tão curto de tempo, conseguirmos dar resposta a quase centena e meia de entrevistados [...]”* (Entrevistada E - Anexo 2, Grelha 5)

No entender do Presidente do MM existem dois tipos de desvantagens. A primeira está **relacionada com a organização do Programa das AEC** na medida em que coloca em dúvida o modelo atual das AEC sugerindo o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis para a contratação dos professores das AEC. O Diretor do 3.º AM partilha a mesma opinião. A segunda desvantagem tem a ver **com o isolamento das AEC**, visto que, no seu entender, as AEC funcionam isoladamente e não articulam devidamente com todos os intervenientes:

*“[...] essa competência direta deveria ser dada aos diferentes agrupamentos e cada agrupamento com o seu quadro de professores daria essas AEC e teria muito sentido porque teria uma forte ligação [...] as AEC funcionam às vezes como uma forma de uma ilha dentro de um determinado modelo [...] as AEC tinham que reunir com os Coordenadores dos Departamentos para se discutir toda uma planificação [...] e não acho que seja um modelo de sucesso.”*

(Entrevistado F - Anexo 2, Grelha 6)

*“[...] havia um crédito de horário atribuído a cada agrupamento para atribuir essas horas a professores e ser o próprio agrupamento responsável pela colocação destes professores [...]”* (Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)

De seguida, as Coordenadoras do 1.º Ciclo do 1.º AM e do 2.º AM referem a **indisciplina e a desvalorização das AEC por parte dos pais** como vulnerabilidades do Programa. Assim sendo, para as mesmas entrevistadas, as AEC geram indisciplina e **os Professores Titulares de Turma têm dificuldade em transmitir aos pais, a importância das AEC**. A Coordenadora do 1.º Ciclo acrescenta ainda que a desvalorização diz respeito ao **caráter facultativo** das AEC, sugerindo que estas fizessem parte do currículo:

*“Hoje em dia as crianças são demasiadas irreverentes, rebeldes e indisciplinadas e tomam logo o pulso ao professor [...] eu acho que isso também é influência dos Encarregados de Educação porque não incutem nos filhos que o professor das AEC é igual ao Professor Titular de Turma deles*

*[...] mas as AEC não deveriam ser facultativas porque os pais e as crianças ainda levam isto a brincar [...] acho é que as AEC deviam era fazer parte do currículo normal do aluno.”*

*(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)*

*“ [...] até passar a imagem daquilo que era a sua importância, o seu objetivo até junto dos alunos e Encarregados de Educação. Tornaram-se atividades que às vezes eram potenciadoras de alguma indisciplina [...].” (Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)*

As mesmas entrevistadas salientam igualmente, outra desvantagem relacionada com **os alunos** que permanecem, segundo elas, demasiado tempo na escola:

*“Também sou da opinião que hoje as crianças passam demasiado tempo na escola [...].”*

*(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)*

*“ [...] é uma grande sobrecarga para os alunos porque eles ficam muito tempo nos mesmos espaços [...].” (Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)*

Finalmente, a Coordenadora do 1.º Ciclo do 1.º AM enuncia a última desvantagem relacionada com a **dificuldade de recrutamento dos professores das AEC** na medida em que, devido aos horários reduzidos, o corpo docente torna-se instável:

*“ [...] os professores ficam com os horários das AEC muito reduzidos e depois da maneira como estão as coisas é difícil eles aceitarem [...].” (Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)*

O mesmo acontece com a Coordenadora do 1.º Ciclo do 2.º AM referindo a **importância do envolvimento dos professores das AEC** no sucesso alcançado pelas AEC:

*“ [...] é claro que nalguns casos ou nalgumas atividades, pelo dinamizador em si, pelo que de pessoal lhe dá, ao seu desenvolvimento, nalguns casos funciona melhor, noutros funcionam pior [...].” (Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)*

## **2.9. Descentralização de competências no domínio da Educação**

Em matérias de descentralização de competências, o Presidente do MM considera que os municípios têm capacidade para tal mas refere **as limitações económicas que os impedem de abranger outras competências no domínio da Educação:**

*“O município tem capacidade para abarcar [...] o Estado Central gosta de delegar competências e dar-lhe meios nos primeiros anos e depois retira-lhos e isto cria um desequilíbrio estrutural [...].”*

*(Entrevistado F - Anexo 2, Grelha 6)*

Globalmente, todos os entrevistados dos AM envolvidos na nossa investigação parecem assumir o **desacordo com a transferência de mais competências educativas** para o poder local, nomeadamente competências no domínio do recrutamento dos professores do 1.º Ciclo.

*“ [...] mas não concordo que outras competências, por exemplo no domínio da contratação de professores do 1.º Ciclo e até acho que as AEC deveriam passar todas para os agrupamentos [...].”*

*(Entrevistada G – Anexo 2, Grelha 7)*

*“ [...] pode nos pôr muito em causa a nós. Não sabemos que critérios é que muitas vezes estão subjacentes a determinadas escolhas e eu acho que isso pode ser preocupante [...].”*

*(Entrevistada H – Anexo 2, Grelha 8)*

*“ [...] relativamente a essa questão da competência pedagógica, não... O município não teria... Mas mesmo da seleção deveriam ser por parte do agrupamento escolar.”*

*(Entrevistado I – Anexo 2, Grelha 9)*

*“Todas as que têm são as suficientes, são ao nível do 1.º Ciclo [...] a partir daí entramos num processo de municipalização da educação, acho que em muitos países já deu mau resultado e então é melhor não irmos por aí e acho que assim está bem.”* (Entrevistado J – Anexo 2, Grelha 10)

### **3. O Município dos Rios**

#### **3.1. O município e as AEC – Implementação**

Segundo o Vereador do Departamento de Educação, o MR assume a **responsabilização pelo Programa das AEC** e desempenha o papel de entidade promotora desde início da implementação do Programa.

*“O Município dos Rios desde o lançamento do Programa [...] que abrange os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico assumiu o papel de entidade promotora [...].”* (Entrevistado K - Anexo 2, Grelha 11)

#### **3.2. Modalidades de gestão das AEC**

A Coordenadora do 1.º Ciclo do AR retrata, a nosso pedido, o caminho que o MR foi percorrendo bem como todos os obstáculos que foram surgindo desde a implementação das AEC no concelho. **Inicialmente, o município era responsável pela execução das AEC estabelecendo alguns protocolos com entidades parceiras** em que acabava por ter apenas a tutela de duas escolas e o resto das escolas a cargo das IPSS:

*“ [...] a entidade promotora desde o início foi a Câmara mas ela tinha delegado localmente a certas entidades [...] entretanto a Câmara “chateou-se” e achou que já não conseguia gerir as coisas bem.” (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13).*

Posteriormente, segundo a entrevistada, o município acaba por **entregar a totalidade das escolas com AEC à IPSS**. Eram-lhes delegadas competências de recrutamento e seleção dos professores. Estas também recebiam as contrapartidas financeiras do Programa para a sua administração e gestão:

*“Entretanto a Santa Casa que já era a entidade promotora de algumas escolas e não na sua totalidade... acabou por assumir tudo [...]” (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)*

No ano letivo 2011/2012 surge a **entrega da execução do Programa ao AR**. O motivo da entrega do projeto das AEC é ditado pelas **imperfeições** que apresenta **o modelo das AEC**, o que **impede a continuação da execução do projeto por parte do município**:

*“ [...] o modelo de implementação do mesmo não permitiu assegurar o seu pleno sucesso, tendo sido identificados vários obstáculos ou estrangulamentos.”*

*(Entrevistado K - Anexo 2, Grelha 11)*

Na opinião do Vereador da Educação, essas imperfeições traduzem-se em várias **dificuldades e constrangimentos** relacionados por um lado, **com a flexibilização dos horários e a baixa remuneração dos docentes**, por outro, que acabam por dificultar a estabilidade do corpo docente. No entender do entrevistado, devido a inexistência da flexibilização dos horários, os docentes acabam por ter um horário com poucas horas (horário inferior a 10 horas) e faz com que os docentes não fiquem porque encontram um melhor horário (tornando-se uma tarefa complexa, contratar docentes que aceitem horários reduzidos). Muitas das vezes, segundo ele, os Encarregados de Educação recusam essa opção e contestam essa medida:

*“A prioridade ao regime da não flexibilização dos horários [...] impossibilita que um docente consiga ministrar mais do que dez horas semanais, levando a uma situação precária, não permitindo a estabilização do próprio corpo docente. É certo que existem orientações no sentido de ser permitida a flexibilização de horários, mas registou-se uma forte oposição por parte dos Pais/Encarregados de Educação. [...] a reduzida remuneração aos docentes, consequência da limitada carga letiva e do escasso financiamento [...] dificultaram, igualmente, a estabilidade do corpo docente.”*

*(Entrevistado K - Anexo 2, Grelha 11)*

A Coordenadora do 1.º Ciclo do AR manifesta uma certa **obrigação em ser entidade promotora** do Programa visto que não obtiveram autorização para o estabelecimento de protocolos



com as entidades parceiras do Programa (falta de resposta ao processo de candidatura, envolvendo uma verba superior a 100.000 euros). Assim sendo, digamos que foi o último recurso em ser o agrupamento o promotor desta iniciativa.

*“A escola aderiu ao Programa no ano passado porque não houve autorização governamental e superior para celebrar protocolos ou parcerias com instituições que estavam no momento a executá-las ou promover este tipo de iniciativa [...]”.* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

### 3.3. Atividades

Enquanto entidade promotora, o AR opta pela escolha de **uma diversidade de AEC** em que proporcionam aos alunos o ensino do Inglês, o ensino da Música, a Atividade Física e Desportiva, a atividade Lúdico-expressiva bem como o Apoio ao Estudo.

Quanto à adesão dos alunos às AEC, segundo a Coordenadora do 1.º Ciclo do AR, **a adesão é quase total**. Acresce ainda que a adesão permanece idêntica aos anos anteriores, o que aparenta significar, que apesar de outras formas de administrar e gerir, implicando mudanças das entidades promotoras, a adesão ao Programa das AEC aparenta ser inalterável.

Já no que concerne à flexibilização dos horários das AEC, esta **existe** e ocorre **de acordo com a legislação** ocorrendo até dois dias por semana.

*“Há flexibilização de horários... dois dias por semana em todas as turmas.”*

(Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Porém, na opinião da Coordenadora do 1.º Ciclo do AR, esta decisão em flexibilizar os horários acaba por ser **uma imposição devido à instabilidade dos docentes das AEC**. Com efeito, a flexibilização dos horários possibilita aumentar a carga horária dos professores das AEC, o que diminui a precariedade neste tipo de atividade profissional. Assim, os professores das AEC tendo melhores horários acabam por ficar todo o ano e a estabilidade dos técnicos das AEC é assim mantida.

*“Mas isto foi também uma forma de fazermos maiores horários para os docentes e também para garantir de certa forma que ficassem cá mais tempo [...]”.* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

### 3.4. Operacionalização das AEC

O AR procede ao recrutamento e à seleção dos professores das AEC. De acordo com a Coordenadora do 1.º Ciclo estão catorze professores **contratados pelo agrupamento com contrato** de técnico a termo certo. O contrato inicia no dia em que começam as aulas e acaba no

último dia de aulas. Relativamente a esse facto, são referidas as **limitações económicas** que afetam a **situação precária na contratação dos professores das AEC**. No entender da entrevistada, a falta de dinheiro impossibilita a contratação dos professores por mais uns dias para a realização da avaliação do 3.º período e o acesso à ADSE (seguro de doença). Para além disso, o estatuto de professores é-lhes retirado na medida em que são constituídos técnicos, não usufruindo dos benefícios e proveitos que lhes pertencem por direito:

*“ [...] eles têm um contracto desde o primeiro dia em que começaram a trabalhar até ao último dia porque nós não temos dinheiro para pagar mais [...] para podermos também fazer a avaliação [...] e aplica-se aqui o mesmo regime que se aplica a um contrato normal de um técnico e não de um professor. Houve aí colegas que pediram a ADSE e acabaram por não poder ter porque não há dinheiro.”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

No modo de seleção e recrutamento dos técnicos das AEC por parte do AR transparece **inexperiência na seleção efetuada por concurso** visto que, segundo a Coordenadora do 1.º Ciclo, são referidas reclamações por parte dos candidatos que acabam por ser arquivadas:

*“Tivemos que fazer concursos e a seleção e tivemos alguns problemas porque não tínhamos experiência e nunca tínhamos feito. Houve reclamações para o IGE [...]”*

(Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Já no que diz respeito à **articulação do agrupamento com o município e as AEC**, esta é definida, na opinião da mesma entrevistada, como sendo **boa**. Geralmente, o município colabora com a escola quer nas atividades quer nos custos dos transportes:

*“É um envolvimento que nós consideramos bom [...] há sempre articulação com as AEC e não só [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

No que concerne a supervisão das AEC esta é **efetuada pelos Professores Titulares de Turma**:

*“ [...] a supervisão pedagógica é feita pelos Titulares de Turma e no Departamento [...]”*

(Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Já a avaliação do Programa é efetuada através de **reuniões de avaliação realizadas no final de cada período** com os Professores Titulares de Turma e os Professores das AEC a fim de solucionar possíveis problemas ou dificuldades existentes.

*“No final do período há uma reunião entre eles em que eles discutem as avaliações e depois passam essa informação aos titulares de turma [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

### 3.5. Gestão financeira das AEC

No que diz respeito à gestão financeira, embora o município atualmente não seja entidade promotora do Programa, o Presidente do município fala-nos da sua experiência aquando entidade promotora e pronuncia-se sobre a **escassez da verba transferida para o Programa**. Com efeito, este considera que existem limitações de ordem económica refletindo-se na instabilidade do corpo docente devido às suas baixas remunerações bem como refere ainda, a ausência de verba disponibilizada para cobrir o pagamento aos Auxiliares de Ação Educativa que teriam de apoiar os períodos destinados às AEC.

*“O Programa tem ou tinha limitações de essência económica; reduzida remuneração dos Docentes implicava instabilidade do Corpo Docente e não contemplava a verba para Auxiliares de Ação Educativa a cargo desta autarquia, que prestavam ou prestam apoio no tempo em que decorriam as AEC”.* (Entrevistado L - Anexo 2, Grelha 12)

Já à atual entidade promotora do Programa (o AR), é-lhes atribuído **262 euros por aluno** pela **DREC**. Mas, no ponto de vista da Coordenadora do Ciclo do AR, a verba provinda da **DREC não é suficiente para fazer face às despesas do Programa das AEC**. Esta verba apenas contribui para o pagamento do vencimento dos professores deixando todos os recursos e materiais pedagógicos a cargo da escola. Para esse efeito, a escola conta com ajudas do MR e outras ajudas através de vendas realizadas pelos professores.

*“Com esse dinheiro vamos fazendo face ao vencimento dos professores. Neste momento essa verba só dá mesmo para pagar aos professores [...] a Câmara dá-nos uma ajuda para várias coisas [...]”.* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

### 3.6. Políticas Locais de Educação

No que reporta às Políticas Educativas do município, há a **existência de um Projeto Educativo Local**, tal como a **existência do Conselho Municipal de Educação e Carta Educativa** que se encontra em revisão e atualização<sup>23</sup>.

### 3.7. Balanço do Programa das AEC no Concelho

De acordo com o Vereador da Educação do MR, neste ano letivo, as AEC obtém **resultados positivos** e tem havido um maior aperfeiçoamento e melhoramento do Programa desde que o AR desempenha o papel de entidade promotora. O Vereador reforça a ideia de que não

---

<sup>23</sup> Ao nosso pedido de acesso à Carta Educativa, foi dito que estava em revisão, não se encontrando disponível.

reuniam as condições necessárias para serem os promotores e que deve ser o agrupamento a prosseguir com o projecto:

*“No presente ano letivo, em que o agrupamento assumiu o papel de promotor, o processo tem funcionado com maior estabilidade. O feedback é positivo [...] atualmente o agrupamento é o promotor e assim deve continuar.”* (Entrevistado K – Anexo 2, Grelha 11)

Do ponto de vista da Coordenadora do 1.º Ciclo do AR existem **resultados positivos relacionados com a estabilidade do corpo docente das AEC** visto que as questões das faltas dos professores das AEC são contornadas através de permutas com os Professores Titulares de Turma:

*“Aquilo que tem sido apontado relativamente a este ano e que correu melhor, de facto, em termos de faltas, não houve praticamente. Há uma forma para contornar essa questão da falta [...] fazemos uma permuta [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Para além disso, segundo a mesma entrevistada, devido aos resultados positivos do Programa enquanto entidade promotora, esta manifesta transparecer uma certa **disponibilidade em dar continuação ao Programa das AEC**. Com efeito, na sua opinião, este primeiro ano permitiu-lhes ganhar experiência em diversos campos nomeadamente no da contratação de professores que se revelou ser o mais complexo:

*“Agora que já temos a experiência de contratação e de como fazer concursos e essa parte mais técnica [...] agora já não nos põe qualquer questão [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

### **3.8. A importância das AEC**

Já na recolha de opiniões de acordo com os benefícios e inconvenientes do Programa das AEC, o Vereador enuncia uma única **vantagem relacionada com os alunos**, na medida em que o Programa possibilita o acesso a conhecimentos a todos, sem qualquer exceção:

*“O Programa tem mérito, ao permitir acesso a competências [...] quando tipicamente apenas estava disponível nas cidades para as famílias com capacidade financeira para pagar.”*  
(Entrevistado K - Anexo 2, Grelha 11)

No ponto de vista da Coordenadora do 1.º Ciclo do AR, a entrevistada dita uma primeira vantagem relacionada **com a necessidade dos pais** que acabam por ter a ocupação dos tempos livres dos seus filhos permitindo-lhes não pagar ATL para esse efeito:

*“Eu acho que tem vantagens uma vez que os alunos têm que estar na escola porque as famílias necessitam da ocupação desse espaço de tempo [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

De seguida, outra vantagem apontada relaciona-se com **os alunos** e com os benefícios em termos de conhecimento que as AEC proporcionam:

*“Mas eu vejo vantagens em termos de Música e de Língua Estrangeira acho que há muitos ganhos ... é bom.”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Finalmente, segundo a mesma entrevistada, a última vantagem diz respeito à **contratação dos professores das AEC ser feita pelo agrupamento**, visto que possibilita a integração dos professores das AEC. Acrescenta ainda que a relação Professor Titular de Turma – Professor das AEC é reforçada, o que permite igualmente uma melhor articulação entre estes e qualidade do processo ensino-aprendizagem:

*“[...] os Titulares de Turma sentem-nos mais como colegas digamos e há um maior aproximação, articulação e entrosamento das atividades [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

No que diz respeito às desvantagens, o Vereador enuncia uma desvantagem **relacionada com a estruturação do Programa das AEC**, na medida em que considera o modelo destruturado em que é atribuído aos municípios um papel redutor:

*“Quanto ao modelo, parece-nos desajustado, porquanto reduz os municípios ao papel de passador de cheque.”* (Entrevistado K - Anexo 2, Grelha 11)

No entender do mesmo entrevistado, outra desvantagem está **relacionada com a delegação da execução das AEC nos municípios** em que o Vereador manifesta o seu descontentamento e desacordo com tal medida sugerindo que fosse o Ministério da Educação a tratar e a dirigir tal Programa. As questões pedagógicas são colocadas no ponto fulcral das preocupações para o bom funcionamento do Programa:

*“De resto, não vislumbramos nenhuma razão para estas matérias não serem tratadas pelo Ministério da Educação porquanto existem questões pedagógicas incontornáveis.”*

(Entrevistado K - Anexo 2, Grelha 11)

Já na opinião do Presidente do MR são apontadas somente **desvantagens relacionadas com o município** visto que, na sua opinião, os municípios desempenham um papel meramente participativo nas despesas do Programa. Este acrescenta ainda que não existe qualquer tipo de vantagem para o município em ser a entidade promotora do Programa:

*“O papel dos municípios é absolutamente redutor, apenas participando no recrutamento e pagamento dos professores [...] só existem inconvenientes em ser promotor.”*

(Entrevistado L - Anexo 2, Grelha 12)

De igual modo, a Coordenadora do 1.º Ciclo do AR atribui **desvantagens relacionadas com o modo de contratação dos professores das AEC**. A dúvida permanece no facto de ser estabelecido um contrato enquanto técnico ou de professor:

*“Agora existem alguns constrangimentos que têm a ver com essa questão do recrutamento dos técnicos, que nem sabemos se são técnicos ou professores.”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Finalmente, no entender da entrevistada, **a carga horária é também um inconveniente**, visto que as crianças permanecem muito tempo no mesmo espaço:

*“E depois também há quem diga que é muito tempo dentro do mesmo edifício e do mesmo espaço [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

### **3.9. Descentralização de competências no domínio da Educação**

Em matérias de descentralização de competências, o Presidente anota que o **modelo existente das AEC impede uma futura municipalização da Educação**. Este observa que o modelo das AEC constitui um impedimento para esse processo:

*“Não, nos moldes em que foram implementadas”* (Entrevistado L - Anexo 2, Grelha 12)

Contudo, o entrevistado afirma um certo **desacordo com a delegação de outras competências no domínio da Educação** definindo o modelo de centralização atual da Educação como sendo um modelo eficaz:

*“Não faz qualquer sentido, tanto mais que só geraria ineficácia e ineficiência a um processo que funciona bem.”* (Entrevistado L - Anexo 2, Grelha 12)

Já no entender da Coordenadora do 1.º Ciclo do AR, **a abrangência de outras competências educativas por parte dos municípios causaria alguns receios e desconfianças**. Acrescenta ainda que em termos de ideal seria aliciante que os municípios possuíssem essas competências visto que estes conhecem a realidade do seu concelho:

*“[...] não sei se têm capacidade para isso mas talvez consigam mas tenho algumas dúvidas e receios [...] há sempre aqui certas cores partidárias que podem causar alguns desconfortos. Agora se pensarmos em termos de ideal eu acho que seria o ideal em que é o governo que está no terreno e que sabe as necessidades [...]”* (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)

Finalmente, a entrevistada aponta **a implementação das AEC como a primeira experiência da municipalização da Educação**. No seu ponto de vista, este projeto contribui para averiguar os resultados do funcionamento desta possível municipalização da educação na medida em que cada município passou a deter mais competências educativas:

*“Talvez este projeto tenha sido um começo e uma experiência nesse âmbito, agora houve sítios onde correu bem e outros mal [...] se calhar isto foi uma experiência para ver como isto funciona e podermos estar a ir para uma municipalização.” (Entrevistada M - Anexo 2, Grelha 13)*





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao abordar a última parte do nosso trabalho, iremos apresentar, inicialmente, a síntese das principais conclusões decorrentes da análise e da discussão dos resultados em torno das temáticas nucleares que orientaram a análise. Procuraremos identificar e compreender as várias formas de administrar e gerir o Programa das AEC por parte dos municípios enquanto estratégias distintas, peculiares e singulares atendendo à análise e interpretação das posições dos agentes envolvidos neste processo referentes a uma presumível descentralização de competências para o município. Seguidamente, tendo em conta a síntese efetuada, debruçar-nos-emos sobre os principais contributos do nosso estudo, as limitações encontradas e as sugestões para novas investigações.

### **Síntese**

Ao abordarmos o **município e as AEC – Implementação**, globalmente nos três municípios encontramos indícios de receptividade e aceitação da implementação deste projeto. Contudo, observamos que por parte do MB, a implementação não se tenha feito de modo consensual e unânime, visto que anteriormente existiam instituições e coletividades que tinham por função ocupar os tempos livres das crianças e preencher esses mesmos espaços agora destinados às AEC, pelo que, inicialmente se gerou alguma conflitualidade entre o município e essas instituições. De igual modo, todos os entrevistados dos agrupamentos manifestam a receptividade por parte dos municípios ao projeto, salientando, no entanto, para alguns deles a falta de experiência e as dificuldades com que se depararam na sua implementação bem como a relutância por parte dos Encarregados de Educação relativamente à aceitação do projeto e à distribuição da carga horária (flexibilização dos horários).

A questão relacionada com **as modalidades de gestão do Programa das AEC** deu-nos a possibilidade de reconhecer, no conjunto de municípios investigados, a existência de percursos sinuosos para dois deles e modalidades de gestão diferenciadas.

Por um lado, o MB apresenta um longo caminho percorrido, com dificuldades em encontrar soluções para a gestão adequada das AEC. A entrega a determinadas empresas não produziu os resultados pretendidos e o município andou em constante procura de respostas adequadas à gestão das AEC. Contudo, nos últimos anos, o MB, em função dos resultados obtidos, aparenta ter encontrado o equilíbrio.

O mesmo se verifica com o MR, que depois de ter contratualizado com as IPSS em parte, primeiramente, e posteriormente na totalidade das atividades, acaba por deixar de ser o promotor das AEC, entregando o projeto ao AR. Os responsáveis políticos do MR anotam várias imperfeições

ao modelo das AEC, realçando as questões remuneratórias dos professores das AEC, a dificuldade da flexibilização dos horários e o tipo de modelo e de estruturação deste projeto. Os responsáveis políticos do MR deixam transparecer um total desacordo com a transferência de competências para os municípios no domínio das AEC, manifestando não possuir a estrutura adequada para ter a seu cargo a contratação dos docentes.

Já o MM, desde início, foi sempre a entidade promotora das AEC, evidenciando o caráter trabalhoso deste processo mas ter sido em prol da carreira dos professores.

No que diz respeito às **atividades** proporcionadas, observa-se uma diversidade de AEC promovidas nos três municípios na medida em que todos optam pelo “pacote clássico” das AEC (ensino do Inglês, ensino da Música e Atividade Física) acrescentando, em alguns casos as Oficinas, Atividades Lúdico-Expressivas ou TIC. A escolha destas atividades aparenta ser em função das necessidades e condições físicas das escolas. É de realçar que o MB implementa um projeto pioneiro no âmbito das AEC no pré-escolar de forma a alargar e proporcionar conhecimentos nas diversas áreas contempladas pelas AEC.

No que toca à adesão, por parte dos alunos, ao Programa das AEC, todos os intervenientes na nossa investigação exprimem a adesão quase total.

Todos os agrupamentos apresentam pouca flexibilização de horários ocorrendo apenas consoante o que está definido na legislação. A flexibilização existente é imposta devido à instabilidade do corpo docente das AEC.

No que concerne à **operacionalização** das AEC, optámos por evidenciá-la em quatro eixos de análise. O primeiro diz respeito *ao modo de recrutamento e de contratação* dos professores das AEC por parte das entidades promotoras. Nestes três municípios, o modo de contratação é o contrato a termo certo. Destacamos o modelo do MB, em que os seus docentes são contratados por três anos (passando a duração indeterminada, aumentando, assim a estabilidade do corpo docente), como técnicos superiores e com um horário completo de trabalho. No nosso ponto de vista, tal medida permite a estabilidade do corpo docente e garante condições de trabalho dignas.

O segundo eixo de análise refere-se à *articulação das AEC* entre a escola e o município. Globalmente, segundo os entrevistados, ela é efetuada e caracteriza-se em todos os casos analisados como sendo positiva, o que significa que as relações estabelecidas entre municípios, entidades parceiras do programa e agrupamentos de escola são cordiais. Do mesmo modo, a supervisão das AEC é realizada no seio das entidades promotoras através de reuniões pelos Coordenadores das atividades e nas escolas através do Professor Titular de Turma.

Relativamente ao último eixo de análise, relacionado com a *avaliação das AEC*, esta é cumprida, nos três municípios, através de reuniões entre o conjunto dos professores envolvidos, a fim de solucionar problemas que possam ter surgido durante cada período e no caso do CM, através de inquéritos por questionário para apurar o grau de satisfação dos professores, alunos e pais, tal como para identificar e combater imperfeições nas estratégias utilizadas.

Ficamos, assim, com a sensação de que as questões relacionadas com a supervisão, avaliação e articulação fazem parte das preocupações do dia-à-dia e são-lhes atribuídas grande importância, quer por parte das entidades promotoras, quer por parte dos agrupamentos, levando a um aperfeiçoamento do Programa das AEC.

No que se reporta à **gestão financeira das AEC**, todos os entrevistados manifestam as limitações e as insuficiências da verba transferida pelo Ministério da Educação no âmbito do projeto das AEC. No entanto, cada entidade promotora apresenta formas distintas de gestão financeira, tal como situações económicas diversas.

O MB expõe o orçamento mais elevado no domínio da educação e coloca a educação no centro das suas prioridades rentabilizando os custos (os docentes das AEC exercem funções no município que vão para além das AEC não havendo necessidade para a contratação de mais técnicos).

O CM consegue cobrir os gastos das AEC e também ter proveito ao contratualizar este tipo de serviço.

No MM, a situação financeira do município é complicada devido aos cortes orçamentais. Os entrevistados referem ainda que a verba transferida pela DREC permite apenas cobrir o pagamento dos professores das AEC e revela dificuldade no início do ano em assegurar o projeto devido a esse facto.

O AR realça o facto que a verba transferida pelo Ministério de Educação cobre somente o vencimento dos professores das AEC e todas as outras despesas ficam a cargo do MR, que também referem as limitações económicas.

Já as **Políticas Educativas** destes três municípios não se encontram no mesmo nível de desenvolvimento. Assim sendo, o MB e o MR destacam-se pelo facto de possuir um Projeto Educativo Local, um Conselho Municipal de Educação, bem como uma relação articulada de integração de atividades próprias do município com os agrupamentos no domínio das AEC.

O MM, por sua vez, não possui Projeto Educativo local estando em fase de elaboração mas apresenta uma articulação entre as AEC e as atividades educativas realizadas pelo município.

No que se refere ao **balanço do Programa das AEC**, globalmente, todos as entidades promotoras e agrupamentos demonstram a evolução positiva do Programa, tendo também consciência do que devem melhorar na sua atuação. Com efeito, todos concordam que foram melhorando, aprendendo, aperfeiçoando e progredindo nas formas diversas de administrar e gerir o Programa, o que contribuiu para uma maior qualidade do Programa.

A aceitação do Programa por parte dos Encarregados de Educação (compreensão dos benefícios em termos de aprendizagens) e alunos (maior interesse) também é reforçada. Aachamos pertinentes referir que a aceitação dos professores das AEC por parte dos Professores Titulares de Turma permanece ainda conturbada mas pode ser contornada, na medida em que, no MM é-nos transmitido que a relação entre estes dois grupos não mudou com o passar do tempo e permanecem alheios uns aos outros mas no AR pelo facto de os professores serem contratados pelo agrupamento, essa relação mudou e os profissionais das AEC estão mais bem integrados

Para finalizar a análise desta temática, no geral, as entidades promotoras demonstram disponibilidade em alargar o Programa das AEC para o pré-escolar (já acontece no MB) evidenciando como limitação, o fator económico.

Na temática nuclear seguinte – a **importância das AEC** – resolvemos interpretar os dados segundo três perspetivas: os municípios, os agrupamentos e todos os intervenientes envolvidos na nossa investigação.

No nosso ponto de vista, este tema surge aqui como o núcleo e o ponto fulcral de todo o processo de operacionalização das AEC, visto que dependendo da importância que os agentes envolvidos atribuem a este Programa, diferentes serão os resultados obtidos, as estratégias definidas e a forma de atuação e implementação do Programa.

Analisando as respostas dos responsáveis políticos de cada município, o MB destaca-se com a prevalência de vantagens (4 vantagens contra duas desvantagens, não havendo nenhuma desvantagem apontada ao projeto das AEC por parte do Sr. Presidente). Seguidamente surge o MM manifestando uma equidade entre vantagens e desvantagens (4 vantagens e 4 desvantagens, havendo por parte do Sr. Presidente mais desvantagens). Por fim, no que concerne ao MR, predominam notoriamente desvantagens, não havendo qualquer vantagem por parte do Sr. Presidente.

Assim sendo, no nosso entendimento, a importância dada às AEC reflete-se na operacionalização e no percurso percorrido por cada município.

Com efeito, o MB demonstrou aquando das entrevistas, um sucesso e contentamento por parte dos responsáveis políticos envolvidos na implementação das AEC no concelho, o que acabou por se refletir na importância que atribuíram ao Programa.

O MM demonstra uma certa imparcialidade e neutralidade nas opiniões vantajosas e desvantajosas do Programa. Salientámos, no entanto, o facto de o Sr. Presidente apontar mais desvantagens. Foi-nos igualmente transmitido que no próximo ano letivo o MM iria delegar a operacionalização numa entidade privada. Concluimos assim que os dados recolhidos correspondem ao mesmo tempo, ao sucesso que o Programa foi tendo até à data mas também às dificuldades que estariam a surgir, no ano lectivo em análise, em ser dada continuidade ao projeto.

Por fim, o MR corrobora a ideia anteriormente referida, na medida em que, as opiniões são plenamente desvantajosas traduzindo o insucesso, as dificuldades e constrangimentos manifestados em toda a implementação deste projeto.

Assim, quando é encontrada a forma certa de administrar, gerir e são reunidas as condições para o sucesso deste tipo de iniciativa, a importância das AEC é intensificada pelo entrevistado em questão.

Numa segunda perspetiva, distinguimos os agentes escolares (agrupamentos) numa tentativa de entender a perceção que a “escola” tem acerca do Programa das AEC. O resultado é curioso na medida em que, existem mais desvantagens do que vantagens (10 vantagens contra 14 desvantagens). Este facto revela-se difícil de explicar visto que a globalidade dos entrevistados não apresenta quaisquer dificuldades ou lacunas na supervisão, articulação, administração e gestão por parte dos municípios. A par disto, os agentes escolares não manifestam qualquer tipo de relutância em ver o município como seu parceiro, intervindo desta forma, nas escolas. Logo, no nosso ponto de vista consideramos que as desvantagens das AEC refletir-se-ão na visão como os professores do 1.º Ciclo encaram o projeto, os professores das AEC e o processo de desconcentração de competências para os municípios.

Numa terceira e última perspetiva de análise e interpretação, a recolha de potencialidades e vulnerabilidades das AEC por parte de todos os intervenientes (municípios, agrupamentos e entidade privada) revela um maior indicador de desvantagens (18 vantagens vs. 28 desvantagens).

A vantagem mais referida é o benefício das atividades em termos de aquisição de uma diversidade de conhecimentos em vários domínios. De seguida, com uma grande margem de diferença, surge a vantagem relacionada com os pais visto que lhes facilita o exercício das suas

atividades profissionais. Com a mesma percentagem é salientado o carácter gratuito das AEC permitindo que todos os alunos as frequentem, sem exceção.

Já no que toca às desvantagens, existem três desvantagens que estiveram mais destacadas: a falta de tempo livre para as crianças, a organização e estruturação das AEC, a execução das AEC por parte dos municípios, sugerindo-se que fosse o agrupamento. A indisciplina, o carácter extracurricular das AEC e a carga horária reduzida dos professores das AEC também são contestadas.

Assim concluímos que o Programa necessita de ser revisto e repensado ao nível das desvantagens observadas pelos entrevistados para um melhor funcionamento, na medida em que algumas delas revelam ser consensuais.

Finalmente, a abordagem do **tema da descentralização** de competências educativas sugeriu diversas tomadas de posições, destacando-se aqui, o desacordo com a descentralização de competências educativas para os municípios.

Os Presidentes dos municípios anotam a falta de contrapartidas financeiras para esse efeito, mas também a ineficácia da transferência de mais competências. No nosso ponto de vista, encontramos aqui uma certa tensão entre a vontade de os municípios serem órgãos descentralizados e o acréscimo de responsabilidades que isso representa.

Já os professores que assumem cargos de coordenação, gestão e administração nos agrupamentos demonstram o seu profundo desacordo com o alargamento das competências educativas para outros domínios, nomeadamente no da contratação de professores de 1.º Ciclo.

Já a questão da municipalização da educação, para alguns munícipes, as AEC não contribuem para esse facto devido ao seu modelo de implementação. Contudo, alguns entrevistados observam que as AEC constituem uma primeira experiência e tentativa de municipalização do ensino.

### **Principais contributos do estudo, limitações e pistas para novas investigações**

No nosso ponto de vista, um dos contributos do nosso estudo situa-se na identificação de estratégias utilizadas por cada município na implementação, operacionalização e administração e gestão do Programa das AEC. Para além disso, conseguimos retratar a longo prazo as tendências das modalidades de gestão das AEC nestes três municípios apoiando-nos no caminho percorrido desde a implementação do projeto.

Compreendemos assim o caráter particularizado de cada estratégia (particulares, individuais e personalizadas) correspondendo a diferentes processos de administrar e gerir.

Verificámos que alguns municípios revelaram estruturas e competências suficientes e adequadas para a execução do projeto enquanto outros o rejeitaram e não souberam fazer face às dificuldades, delegando e transferindo a execução do Programa para entidades privadas e agrupamentos de escola.

No entanto, atualmente, em 2012, já muito ocorreu e estamos num novo ponto de viragem, entrando num novo ciclo da operacionalização das AEC, visto que os municípios e escolas já estão mais bem preparados e dotados de mais experiência.

Finalmente, se o caráter desconcentrado de competências, evidenciado no Programa das AEC, leva os municípios a assumir um papel importante no seio da educação e a serem os possíveis futuros protagonistas de uma possível descentralização e municipalização da educação, apercebemo-nos, contudo, de algumas resistências face a essa situação. Por um lado, a classe docente manifesta o seu profundo desacordo e por outro, os responsáveis políticos dos municípios revelam que nos moldes e estruturação do Programa das AEC, essa municipalização seja difícil de se concretizar, não colocando essa hipótese de parte mas tendo consciência no entanto, do desagrado que isso causaria aos professores. Realçamos a visão de um dos nossos entrevistados que considera este Programa uma forma de, apesar de em pequena dimensão, ser um projeto de início da municipalização do ensino constituindo “a primeira experiência” nesse campo.

Desta forma, a presente investigação permitiu conhecer de forma qualitativa e profunda a situação dos municípios face à execução das AEC. Esse conhecimento concreto ajuda-nos a perspetivar o mais conhecimento que possa surgir e a esclarecer o pensamento dos Responsáveis Políticos, na medida em que o nosso estudo corresponde a um retrato da realidade e do que se está a passar em Portugal. Reconhecemos que cada um destes municípios constitui o protótipo e os padrões da implementação, administração e gestão das AEC.

Contudo, temos consciência de que esta investigação apresenta algumas limitações dado que nos cingimos a três municípios e ficámos com a sensação de que se nos tivéssemos centrado apenas num, poderíamos ter um conhecimento mais profundo e detalhado dos processos de administração, gestão e implementação das AEC.

De acordo com estas observações, sugerimos que em futuras investigações, a problemática da descentralização e municipalização no seio das AEC seja aprofundada. Do mesmo modo, julga-se necessário a continuação de estudos qualitativos sobre o Programa das AEC envolvendo mais



agentes isto é, a comunidade educativa (pais e alunos), a comunidade escolar (Professores das AEC, Professores Titulares de Turma, Coordenadores e Diretores) e entidades promotoras (municípios e entidades privadas), no sentido do estabelecimento de um maior e profundo conhecimento das opiniões acerca deste Programa e das estratégias de implementação e operacionalização das AEC.

Ao apresentarmos este trabalho, sentimos uma grande satisfação dado significar o alcançar de mais um objetivo próprio e enriquecimento pessoal e de também podermos contribuir modestamente para o aumento do conhecimento acerca desta temática.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

## **Bibliografia consultada e referenciada:**

ABRANTES, P., CAMPOS, R. & RIBEIRO, A. A. (2009). Atividades de Enriquecimento Curricular: Casos de Inovação e Boas Práticas. CIES-ISCTE. Lisboa.

AFONSO, N. G. (1994). A reforma da administração escolar: A abordagem política em análise organizacional. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

ANMP (2004). Associação Nacional de Municípios Portugueses. Relatório "Organização do Estado e do Poder local" no XIV Congresso. Funchal.

URL: <http://www.anmp.pt/anmp/age/cong/14/rel01.pdf> consultado em 25.11.2011

AMARO, R. R. (1996). Descentralização e Desenvolvimento em Portugal – algumas perspetivas, tendo especialmente em conta a questão da educação. In BARROSO, J.; PINHAL, J. (org.), A Administração da Educação: os caminhos da descentralização. Atas do Seminário do Fórum Português de Administração Educacional. Lisboa: Edições Colibri, pp. 15-24.

APEM (2010). Associação Portuguesa de Educação Musical. Relatório de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico (2009/2010). APEM-CAP: Lisboa.

APPI (2009). Associação Portuguesa de Professores de Inglês. Relatório Final de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico (2008/2009). APPI-CAP: Lisboa.

BAIXINHO, A. F. (2008). Educação e autarquias. Lógicas de ação do poder autárquico face ao poder central e aos micro-poderes locais. Comunicação apresentada no VI Congresso português de Sociologia – Mundos Sociais: saberes e práticas, realizado na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade Ciências Sociais e Humanas, de 25-28 de junho de 2008.

URL: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/510.pdf> consultado em 13.12.2011

BAIXINHO, A. (2009). Os ciclos da descentralização de competências no âmbito da educação. Em Portugal. Uma análise a partir dos debates parlamentares. Revista Ibero- americana de Educação. Edições OEI Nº 50/8.

URL: <http://www.rieoei.org/deloslectores/2977Baixinho.pdf> consultado em 21.12.2011

BARRETO, A. (1995). Centralização e descentralização no sistema educativo. Análise Social, Vol. XXX (1.º), 1995 (n.º 130), pp. 159-173.

URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379482O6yFH6cd0Ob50NG5.pdf> consultado em 24.11.2011

BARROSO, J. (1996). Autonomia e gestão das escolas. Lisboa: Ministério da Educação.

BARROSO, J. (1996). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: J. BARROSO (Org.). O Estudo da Escola. Porto: Porto Editora.

BARROSO, J. & PINHAL, J. (Org.) (1996). A administração da educação - Os caminhos da descentralização. Lisboa: Edições Colibri.

BARROSO, J. (1999). A escola entre o local e o global. Perspetivas para o século XXI. O caso de Portugal. In J. BARROSO (Org.), A escola entre o local e o global. Perspetivas para o século XXI. Lisboa: Educa – Fórum Português de Administração Educacional, pp.129-142.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

BUCHA, A. I. (2004). *Gestão de escolas: gestão adaptada a uma realidade local*. In J. A. COSTA; A. NETO-MENDES; A. VENTURA. *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp.249-254.

BRITO, C. (1991). *Gestão Escolar Participada - na Escola todos somos gestores*. Lisboa: Texto Editora.

CAP (2006). *Comissão de Acompanhamento do Programa (2006)*. *Relatório Intercalar de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular - Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º E 4º Anos e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.

CAP (2007). *Comissão de Acompanhamento do Programa (2006/2007)*. *Relatório Final de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular - Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º E 4º Anos e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.

CAP (2008). *Comissão de Acompanhamento do Programa (2007/2008)*. *Relatório Final de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular - Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º E 4º Anos e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.

CAP (2009). *Comissão de Acompanhamento do Programa (2008/2009)*. *Relatório Final de Acompanhamento das Atividades de Enriquecimento Curricular - Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º e 4º Anos e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º. Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.

CASTRO, C. S. e (2007). *Administração e organização Escolar: o direito administrativo da escola* Porto Editora.

CONFAP (2007). *Confederação Nacional das Associações de Pais. Relatório produzido no âmbito do acompanhamento (2006/2007). Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular*. Coimbra.

CONFAP (2008). *Confederação Nacional das Associações de Pais. Parecer sobre o Despacho n.º14 460/2008*. Coimbra.

CONFAP (2010). *Confederação Nacional das Associações de Pais. Relatório de Acompanhamento (2008/2009) Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular. Análise e contributos*. Coimbra, 14 de maio 2010.

CHIZZOTTI, A. (2003). *A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais: evolução e desafios*. Revista Portuguesa de Educação ano/vol. 16, nº 002. Universidade Minho. Braga, pp. 221-236.

CNAPEF (2009). *Conselho Nacional de Associações Professores e Profissionais de Educação Física. Relatório de Acompanhamento 2008/2009 (Atividade Física e Desportiva)*. Lisboa.

DIAS, M. (2004). *As políticas "locais" de educação e a profissão de professores: novos contextos de trabalho, novas identidades profissionais*. In J. A., COSTA, A., NETO-MENDES e A., VENTURA (Org.). *Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Editorial da Universidade de Aveiro, pp. 255- 267.

ETZIONI, A. (1989). *Organizações Modernas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

GEPE (2010). Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Relatório das Atividades de Enriquecimento Curricular (2009/2010).

HALL, R. (1984). Organizações - Estruturas e Processos. Rio de Janeiro: Prentice Hall.

FERNANDES, A. S. (1996). Os municípios Portugueses e a educação. As normas e as Práticas. In J. BARROSO e J. PINHAL (Org.). A Administração da educação. Os caminhos da Descentralização. Atas do Seminário do Fórum Português de Administração Educacional. Lisboa: Edições Colibri, pp. 113-124.

FERNANDES, A. S. (1999). Os municípios portugueses e a educação: entre as representações do passado e os desafios do presente. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, M. SARMENTO e F. I. FERREIRA. Comunidades Educativas – Novos desafios à Educação Básica. Braga: Livraria Minho

FERNANDES, A. S. (2000 a). Municípios e escolas. Normatização e contratualização da política educativa local. In J. MACHADO, J. FORMOSINHO e A. S. FERNANDES (coord.) Atas do Seminário Autonomia, Contratualização e Municípios. Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.  
URL:<http://www.cfaebragasul.rcts.pt/publica/Autonomia%20Contratualiza%E7%E3o%20Munic%EDpio.pdf#page=33> consultado em 25.11.2011

FERNANDES, A. S. (2003). Descentralização da Administração Educacional. A emergência do município como interventor educativo. In L. L. DINIS & N. AFONSO (Eds.). Atas do 2º Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional “A Escola entre o Estado e o Mercado – O Público e o Privado na Regulação da Educação”. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional, pp. 83-96.

FERNANDES, A. S. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. A. COSTA, A. NETO-MENDES e A. VENTURA (org) Políticas e festão local da Educação. Aveiro. Universidade de Aveiro, pp. 35-43.

FERNANDES, A. S. (2005). Descentralização, desconcentração e autonomia dos Sistemas Educativos: uma panorâmica europeia. In J. FORMOSINHO, A.S. FERNANDES, J. MACHADO e F.I. FERREIRA. Administração da Educação – Lógicas burocráticas e Lógicas de Mediação. Edições Asa, pp. 53-87.

FERNANDES, D. (1991), Notas sobre os paradigmas de investigação em Educação Noesis (18), pp. 64-66.

FORMOSINHO, J. & Machado, J. (2000). A Administração das Escolas no Portugal Democrático. In Políticas educativas e autonomias das Escolas. Porto: Edições ASA, pp. 31-56.

FORMOSINHO, J. (2000). A autonomia das escolas. Lógicas territoriais e lógicas anifitárias. In MACHADO, J., FERNANDES, A.S. e FORMOSINHO, J., Atas do Seminário Autonomia Contratualização e Município. Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga sul, pp. 45- 52.  
URL:<http://www.cfaebragasul.rcts.pt/publica/Autonomia%20Contratualiza%E7%E3o%20Munic%EDpio.pdf> consultado em 03.12.2011

FORMOSINHO, J. (2003). Governação das escolas em Portugal – da “gestão democrática” à governação participada. In Coordenação Vilela, P. Administração e Gestão das escolas: diferentes olhares sobre a mesma problemática. Edição Centro de formação de Associação de Escolas Braga/Sul, pp. 23-36.

FORMOSINHO, J. (2005). Centralização e Descentralização na administração da escola de interesse público. In J. FORMOSINHO, A.S. FERNANDES, J. MACHADO e F.I. FERREIRA, administração da educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação. Edições Asa, pp. 13- 87.

FORMOSINHO, J. & MACHADO, J. (2005). A administração da escola de interesse público em Portugal – Políticas recentes. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, J. MACHADO e F. I. FERREIRA. Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação. Edições Asa, pp. 115-137.

LESSARD-HÉBERT, M., GOYETTE, G. & BOUTIN, G. (2005). Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas. Edição Agence d'Arc.

LIMA, C. (2009). A Gestão Educacional: seus antecedentes históricos e elementos conceituais. BOLETIM REDEM (edição eletrónica).  
URL: <http://www.redem.org/boletin/files/ARTIGO-%20gstao%20educ%20Portugues-Conceicao-1506.pdf>  
consultado em 27.11.2011

LIMA, L. (1995) A administração escolar reflexões em confronto (mesa redonda), In MACEDO, B., A administração escolar reflexões em confronto (mesa redonda), Inovação, 8, pp. 7-40.

LIMA, L. (1992). A escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um Estudo da Escola Secundária em Portugal (1974/1988). Braga: Universidade do Minho/Instituto de Educação.

LOURO & FERNANDES (2004). A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da área Metropolitana de Lisboa, *Análise Psicológica* (2004), 1 (XXII), pp. 273-287.

MACEDO, B. (1991). Projeto educativo de escola: do porquê construí-lo à génese da construção. *Inovação*, 4, pp. 127-139.

MARTINS, M., NAVE, G. & LEITE, F. (2006). As autarquias e a Educação em 2001/2002 na Região Norte. Associação Nacional de Professores.

MATTHEWS, P., KLAVER, E., LANNERT, J., CONLUAIN, G. & VENTURA, A. (2009). Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal (Avaliação Internacional). Gabinete de Estatística e planeamento da Educação (GEPE).

MORAES, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, pp. 7-32.

MACHADO, J. (1982). Participação e Descentralização – Democratização e Neutralidade na Constituição de 76. Coimbra: Almedina.

NETO-MENDES, A. (2007). A participação dos Municípios portugueses na Educação e a reforma do Estado – elementos para uma reflexão. Comunicação apresentada, em painel, a convite da Comissão Organizadora do V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação – Por uma Escola de Qualidade para Todos, realizado em Porto Alegre, Brasil, de 11-14 de Novembro de 2007.  
URL: <http://www.isecure.com.br/anpae/index2.html> consultado em 03.02.2012

NETO-MENDES, A. & SIMÕES, R. (2007). A Participação dos Municípios na Educação: subsídios para o estudo das políticas de descentralização em Portugal. Comunicação apresentada no V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação – Por uma Escola de Qualidade para Todos, realizado em Porto Alegre, Brasil, de 11-14 de Novembro de 2007.  
URL: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/385.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/385.pdf) consultado em 03.02.2012

NEVES, J. L. (1996). PESQUISA QUALITATIVA – Características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. São Paulo, V.1, Nº3.

NÓVOA, A. (1992). As Organizações Escolares em Análise. Lisboa: Publicações D. Quixote.

OLIVEIRA, C. (1995). História dos Municípios e do Poder Local. Lisboa: Círculo dos Leitores.

PINHAL, J. (1997). Os municípios e a descentralização educacional em Portugal. In A. LUÍS, J. BARROSO & J. PINHAL, A administração da educação: investigação, formação e práticas. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional, pp. 177-195.

PINHAL, J. (2011). Construção do sistema educativo local em Portugal: uma história recente. In J. FORMOSINHO & J. MACHADO et. al. Da Autonomia da Escola ao Sucesso Educativo. Edições Cosmos/ESE de Santarém, pp. 109-116.

PIRES, C. (2007). A construção de sentidos em políticas educativas: o caso da escola a tempo inteiro. In Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 04, pp. 77- 86

QUINTANEIRO, A., MENDONÇA, A. & BENTO, A. (2012). A Autonomia das Escolas Básicas do 1.º Ciclo com Pré-Escolar da Região Autónoma da Madeira – Da Teoria à Prática. In VII Simpósio de Organização e Gestão Escolar. Universidade de Aveiro.

URL: <http://www3.uma.pt/alicemendonca/Quintaneiro.pdf> consultado em 20.10.2012

QUIVY & CAMPENHOUDT (1998). Manual de investigação em Ciências Sociais. Gradiva lisboa.

RUIVO, F. (2000). O Estado Labiríntico: O poder relacional entre Poderes Local e Central em Portugal. Porto: Edições Afrontamento.

RUSSELL, B. (1990). O Poder: Uma nova análise social. Lisboa: Fragmentos.

SERGIOVANNI, T. J. (2004). O mundo da liderança. Desenvolver culturas, práticas e responsabilidade pessoal nas escolas. Porto: ASA.

SILVA, F. (2006). A autarquia como promotora da Política Educativa Local. O caso de um Município. Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

VIEIRA, S. (1996). Como escrever uma tese pioneira. Manuais de estudo – São Paulo.

### **Webgrafia:**

Associação Nacional de Municípios Portugueses – <http://www.anmp.pt>.

Instituto Nacional de Estatística. (2001) – [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Instituto Nacional de Estatística. (2011) – [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

### **Pesquisa de imagens:**

[portugal.veraki.pt](http://portugal.veraki.pt)

<http://adiber.cidadevirtual.pt/proder.htm>

### **Legislação:**

Lei n.º1/77, de 6 de Janeiro – Criação do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)

Decreto-Lei n.º100/84, de 29 de Março – Lei das Autarquias Locais



Decreto-Lei n.º77/84 – Estabelece o regime da delimitação da coordenação e actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos. Actualmente revogado pela lei nº159/99.

Lei n.º46/86, de 14 de Outubro – A Lei de Bases do Sistema Educativo

Decreto-Lei n.º133/93, de 26 de Abril – Criação das Direcções Regionais de Educação.

Decreto-Lei n.º115-A/98 – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário, alterado pela lei nº 75/2008 de 22 de Abril.

Lei n.º159/99, de 14 de Setembro – Lei de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Lei n.º11/2003, de 13 de Maio – Estabelece o regime de criação. O quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos

Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro – Alterado pelo Decreto-Lei nº41/2003, de 22 de Agosto, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta concelhia transferindo competências para as autarquias locais.

Despacho n.º14753/2005, de 26 de Abril – Cria o Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade.

Despacho n.º12 590/2006, de 16 de Junho – Cria o Programa da Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular

Lei n.º75/2008, de 22 de Abril – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário.

Despacho da Ministra da Educação n.º14460/2008, de 26 de Maio – Cria o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Decreto-Lei n.º144/2008, de 28 de Julho – Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação.

Lei n.º45/2008, de 27 de Agosto – Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal.

Despacho n.º 8683/2011, de 28 de Junho – Altera o Despacho n.º14460/2008 de 26 de Maio, que define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

#### **Outras fontes:**

Projectos educativos dos Agrupamentos Beirão, dos Montes e dos Rios

Cartas Educativa do município dos Rios de 2007 consultada on-line.



# ANEXOS

---

## **Organização de Anexos**

### **Anexo 1: Guiões de Entrevistas**

Guião de entrevista – Presidente da Câmara Municipal

Guião de entrevista – Vereador do Departamento de Educação

Guião de entrevista – Diretor do Agrupamento de Escolas

Guião de entrevista – Diretor Pedagógico do Conservatório de Música

### **Anexo 2: Grelhas de análise de conteúdo**

Grelha 1 – Vereadora do Departamento de Educação do “Município Beirão”

Grelha 2 – Presidente do “Município Beirão”

Grelha 3 – Coordenadora do 1.º Ciclo do “Agrupamento Beirão”

Grelha 4 – Diretor Pedagógico do “ Conservatório de Música”

Grelha 5 – Vereadora do Departamento de Educação do “Município dos Montes”

Grelha 6 – Presidente do “Município dos Montes”

Grelha 7 – Coordenadora do 1.º Ciclo do “Primeiro Agrupamento dos Montes”

Grelha 8 – Coordenadora do 1.º Ciclo do “Segundo Agrupamento dos Montes”

Grelha 9 – Diretor do “Terceiro Agrupamento dos Montes”

Grelha 10 – Diretor do “Quarto Agrupamento dos Montes”

Grelha 11 – Vereador do Departamento de Educação do “Município dos Rios”

Grelha 12 – Presidente do “Município dos Rios”

Grelha 13 – Coordenadora do 1.º Ciclo do “Agrupamento dos Rios”

## **Anexo 1: Guião de Entrevista**

### **Presidente da Câmara Municipal**

<b>Objetivos de investigação</b>	<b>Questões</b>	<b>Sub-questões</b>
⇒ Contextualizar a implementação das AEC	1. <i><sup>24</sup>Qual a posição do município face às Atividades de Enriquecimento Curricular?</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando é que o município decidiu promover o projeto das AEC?</li> <li>- Quais foram os motivos de adesão ao projeto?</li> <li>- A que entidades entregou o projeto e quais foram os critérios de seleção das entidades?</li> <li>- Estabeleceu algum tipo de acordo ou protocolo com a(s) entidade(s)?</li> <li>- Já alguma vez deixou de entregar o projeto a uma determinada entidade? Porquê?</li> <li>- No caso de não ser promotora deste projeto: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque não o quis ser?</li> <li>• Porque entregou o projeto a outras entidades?</li> <li>• Já alguma vez foi promotora do Programa e entregou o projeto a outras entidades?</li> <li>• Quais foram os motivos?</li> </ul> </li> </ul>
⇒ Identificar os mecanismos de Administração e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular	2. <i>De que forma este município operacionaliza o Programa das AEC?</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De que modo administram e gerem o Programa das AEC?</li> <li>- Quais os principais atores envolvidos neste processo?</li> </ul>
⇒ Analisar a gestão financeira do Programa	3. <i>Qual é o balanço que faz do Programa das AEC? E na situação económica do município?</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As receitas cobrem as despesas do Programa?</li> <li>- Sente alguma dificuldade em dar continuação ao projeto devido à situação económica do município?</li> </ul>
⇒ Discutir o papel dos municípios nas Políticas de Educação	4. <i>Para além das questões relacionadas com as AEC, que temos vindo a abordar, que tipo de intervenção relacionada com a educação tem este município?</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Que papel desempenha o município em termos de territorialização da educação?</li> <li>- Quais as relações ou parcerias que se desenvolvem a nível local?</li> </ul>
⇒ Identificar as relações estabelecidas entre o Programa das AEC e as Políticas Locais de Educação apresentadas pelos municípios.	5. <i>Como caracteriza a articulação entre as AEC e outros projetos socioeducativos que possam ser desenvolvidos pelo município?</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existe articulação?</li> <li>- De que modo é feita?</li> <li>- Terminaram alguns projetos?</li> <li>- Se sim porquê?</li> </ul>
⇒ Recolher opiniões, no que se refere às potencialidades e vulnerabilidades do Programa das AEC	6. <i>Qual a sua opinião sobre o Programa das AEC?</i>  7. <i>Considera que o município era capaz de</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acha que o Programa das AEC veio atribuir um papel importante ao município no domínio da educação?</li> <li>- Considera que o Programa das AEC possui algum tipo de vantagens ou inconvenientes para o município?</li> <li>- Considera o projeto das AEC um contributo para que no futuro haja uma privatização da educação?</li> </ul>

<sup>24</sup> Todas as questões realçadas a itálico, no Guião de entrevista do Presidente da Câmara Municipal, não foram colocadas devido aos constrangimentos explicados no processo da investigação.

	<p>abarcam outro tipo de competências no domínio da educação?</p> <p>8. Gostaria de alargar o Programa das AEC para o jardim de infância?</p>	<p>- Pensa que o município poderia abranger competências educativas, envolvendo-se mais na escola e na contratação dos professores, por exemplo?</p> <p>- Quais são ou foram os motivos?</p> <p>- O governo disponibiliza algum tipo de verba para essa opção?</p>
--	---	--

**Guião de Entrevista**  
**Vereador do Departamento de Educação**

<b>Objetivos de investigação</b>	<b>Questões</b>	<b>Sub-questões</b>
⇒ Contextualizar a implementação das AEC	1. Qual a posição do município face às Atividades Enriquecimento Curricular?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando é que o município decidiu promover o projeto das AEC?</li> <li>- Quais foram os motivos de adesão ao projeto?</li> <li>- A que entidades entregou o projeto e quais foram os critérios de seleção das entidades?</li> <li>- Estabeleceu algum tipo de acordo ou protocolo com a(s) entidade(s)?</li> <li>- Já alguma vez deixou de entregar o projeto a uma determinada entidade? Porquê?</li> <li>- No caso de não ser promotora deste projeto: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque não o quis ser?</li> <li>• Porque entregou o projeto a outras entidades?</li> <li>• Já alguma vez foi promotora do Programa e entregou o projeto a outras entidades?</li> <li>• Quais foram os motivos?</li> </ul> </li> </ul>
⇒ Identificar os procedimentos de articulação entre os parceiros ou entidades com quem estabelecem protocolos/contractos	2. Existe articulação por parte do município com as entidades parceiras do Programa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais as relações que se estabelecem entre os municípios, escolas e entidades parceiras?</li> <li>- Quais os aspetos positivos e principais constrangimentos neste processo?</li> <li>- Tem algum contacto com a Associação de Pais?</li> </ul>
⇒ Identificar os mecanismos de Administração e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular	<p>3. Enquanto entidade promotora das AEC, quais são as atividades que oferecem?</p> <p>4. Neste presente ano letivo, quantos alunos frequentam as AEC?</p> <p>5. Em que horários decorrem as AEC?</p> <p>6. Como é feito o recrutamento dos professores das AEC?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como procederam à seleção das atividades?</li> <li>- As atividades são iguais em todas as escolas do concelho e para cada ano escolar?</li> <li>- O município supervisiona o número de alunos inscritos?</li> <li>- Quando há desistências o município toma alguma medida, qual?</li> <li>- Há alguma preocupação no sentido de propor as AEC apenas enquanto atividades de ocupação dos tempos livres ou no sentido de escolarizar as atividades e de lhes dar mais importância?</li> <li>- Tem em conta a nova medida de flexibilização que consta no presente Despacho que regulamenta o Programa?</li> <li>- Quais são os principais atores envolvidos nesse processo?</li> <li>- Quantos professores das AEC há neste ano letivo?</li> <li>- Qual o valor pago por hora e qual o modo de contratação estabelecido?</li> </ul>
⇒ Analisar a gestão financeira do Programa	7. Qual a verba disponibilizada para o Programa das AEC?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a modalidade de financiamento do Programa?</li> <li>- Que fonte financeira é utilizada para a remuneração dos professores e outras despesas do Programa?</li> </ul>

⇒ Analisar os procedimentos de supervisão e avaliação do Programa das AEC	8. O município supervisiona e avalia o Programa?	- De que modo? - Tem algum feedback do decorrer das AEC neste ano letivo e nos anos anteriores?
⇒ Discutir o papel dos municípios nas Políticas de Educação	9. Para além das questões relacionadas com as AEC, que temos vindo a abordar, quais as iniciativas no domínio da educação desenvolvidas pelo município?	- Existe algum projeto educativo local? - Existe Carta Educativa? - Existe algum Conselho Municipal de Educação? - Como é que o Conselho Municipal de Educação é utilizado pelos atores autárquicos e são abordadas as questões relacionadas com as AEC? - No caso de não haver um conselho municipal de educação, pensa que a institucionalização dos conselhos locais de educação seria uma medida interessante para potenciar o efeito destas colaborações a nível local?
⇒ Identificar as relações estabelecidas entre o programa das AEC e as Políticas Locais de Educação apresentadas pelos municípios.	10. Como caracteriza a articulação entre as AEC e outros projetos socioeducativos que possam ser desenvolvidos pelo município?	- De que modo é feita? - Terminaram alguns projetos? - Se sim porquê? - As AEC fazem parte do plano de atividades do município? - Se não fizer, qual o motivo?
⇒ Recolher opiniões, no que se refere às potencialidades e vulnerabilidades do Programa das AEC	11. Qual a sua opinião sobre o Programa das AEC?  12. Sentiu algumas melhorias na evolução do projeto e na sua aceitação por parte das escolas e outros intervenientes, desde a sua criação?  13. Gostaria de alargar o Programa das AEC para o jardim de infância?	- Acha que o Programa das AEC veio atribuir um papel importante ao município no domínio da educação? - Considera que o Programa das AEC possui algum tipo de vantagens ou inconvenientes para o município? - Acha que determinadas atividades do Programa das AEC, nomeadamente o ensino do Inglês têm potencial para fazerem parte integrante do currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico?  - O que acha da forma como está a ser desenvolvido o projeto das AEC pelo município? - Quer continuar com o projeto? - No seu entender, qual seria as modificações que faria para o Programa ser um projeto mais viável em termos económicos?  - Quais são ou foram os motivos? - O governo disponibiliza algum tipo de verba para essa opção?



**Guião de Entrevista**  
**Diretor do Agrupamento de Escolas**

<b>Objetivos de Investigação</b>	<b>Questões</b>	<b>Sub-Questões</b>
⇒ Contextualizar a implementação das AEC	1. Qual a posição do agrupamento face às Atividades de Enriquecimento Curricular?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em que altura é que a escola aderiu ao programa das AEC?</li> <li>- Se não, quais foram os motivos e as dificuldades sentidas?</li> <li>- O agrupamento é/já foi promotor deste Programa?</li> <li>- Quais são/foram as razões de adesão ao projeto?</li> <li>- Quando é que o agrupamento decidiu promover o projeto das AEC?</li> <li>- Estabeleceu algum tipo de acordo ou protocolo com o município?</li> <li>- No caso de o agrupamento não ser promotor do Programa das AEC: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque não o quis ser?</li> <li>• Quais são as entidades que promovem o Programa das AEC?</li> </ul> </li> </ul>
⇒ Identificar os procedimentos de articulação entre os parceiros ou entidades com quem estabelecem protocolos/contractos	2. Existe articulação com as entidades parceiras do Programa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais as relações que se estabelecem entre os municípios e outros atores locais?</li> <li>- Quais os aspetos positivos e principais constrangimentos neste processo?</li> <li>- Tem algum contacto com a Associação de Pais?</li> </ul>
⇒ Identificar os mecanismos de Administração e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular	3. De que forma o agrupamento operacionaliza o Programa das AEC?  4. Quais são as atividades propostas nas escolas do agrupamento?  5. Neste presente ano letivo, quantos alunos frequentam as AEC?  6. Em que horários decorrem as AEC?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enquanto entidade promotora, de que modo é administrado e gerido o Programa das AEC?</li> <li>- Quantos professores das AEC há neste ano letivo?</li> <li>- Como é gerido o pessoal docente das AEC e como são remunerados?</li> <li>- As atividades são iguais em todas as escolas do concelho e para cada ano escolar?</li> <li>- Enquanto entidade promotora, como procederam à seleção das atividades?</li> <li>- Houve alguma diferença de adesão de acordo com o tipo de entidades promotoras do Programa?</li> <li>- A entidade promotora supervisiona o número de alunos inscritos?</li> <li>- Quando há desistências a entidade promotora toma alguma medida, qual?</li> <li>- Quais os motivos?</li> <li>- Há alguma preocupação no sentido de propor as AEC apenas enquanto atividades de ocupação dos tempos livres ou no sentido de escolarizar as atividades e de lhes dar mais importância?</li> <li>- Tem em conta a nova medida de flexibilização que consta no presente Despacho que regulamenta o Programa?</li> </ul>
⇒ Analisar a gestão financeira do Programa	7. Enquanto entidade promotora das AEC, qual a verba disponibilizada para o Programa das AEC?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a modalidade de financiamento do Programa?</li> <li>- De que modo é utilizado a verba atribuída e como é gerida neste Programa?</li> </ul>

	8. Enquanto entidade promotora das AEC, qual o balanço que faz do Programa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As receitas cobrem as despesas do Programa?</li> <li>- É possível saber o balanço entre despesas e receitas?</li> <li>- Sente alguma dificuldade em dar continuação ao projeto devido à situação económica do Estado?</li> </ul>
⇒ Analisar os procedimentos de supervisão e avaliação do Programa das AEC	9. Existe algum tipo de supervisão e avaliação das AEC efetuadas pela escola e/ou pelos Professores Titulares de Turma?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De que modo é feita?</li> <li>- Existe algum registo dessa avaliação e supervisão das AEC?</li> <li>- São feitas reuniões de supervisão, articulação e avaliação das AEC?</li> </ul>
⇒ Identificar as relações estabelecidas entre o Programa das AEC e as Políticas Locais de Educação apresentadas pelos municípios.	<p>10. Para além das questões relacionadas com as AEC, que temos vindo a abordar, que tipo de intervenção e envolvimento em matérias educativas tem o município?</p> <p>11. De que modo as AEC se enquadram na Política Educativa do município?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual o envolvimento dos municípios e da sua Política Educativa nas escolas?</li> <li>- Tem conhecimento de algum projeto Educativo local?</li> <li>- Como caracteriza a articulação entre as AEC e outros projetos socioeducativos que possam ser desenvolvidos pelo município?</li> </ul>
⇒ Recolher opiniões, no que se refere às potencialidades e vulnerabilidades do Programa das AEC	<p>12. Qual a sua opinião sobre o Programa das AEC?</p> <p>13. Como caracteriza a aceitação deste Programa por parte dos alunos e dos pais e dos professores?</p> <p>14. No caso de ser entidade promotora, quer continuar com o projeto?</p> <p>15. No caso de não ser entidade promotora, o que acha da forma como o projeto das AEC está a ser desenvolvido pelas entidades promotoras?</p> <p>16. Considera que o município era capaz de abarcar outro tipo de competências no domínio da educação?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a sua importância para os alunos?</li> <li>- Considera que o Programa das AEC possui algum tipo de vantagens ou inconvenientes para o município?</li> <li>- Acha que determinadas atividades do Programa das AEC, nomeadamente o ensino do Inglês têm potencial para fazerem parte integrante do currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico?</li> <li>- Como caracteriza a evolução da adesão por parte dos alunos às AEC?</li> <li>- Qual o tipo de relação estabelecida entre professores das AEC e professores Titulares de Turma?</li> <li>- Quais são os motivos?</li> <li>- No seu entender, qual seria as modificações que faria para o Programa ser um projeto mais viável em termos económicos?</li> <li>- Como encara as competências delegadas aos municípios no âmbito das AEC?</li> <li>- O que acha da seleção dos professores feita por parte das entidades promotoras?</li> <li>- Na sua opinião, o tipo de seleção efetuada influencia a adesão dos alunos ao Programa e o bom funcionamento das atividades?</li> <li>- Considera este projeto um contributo para que no futuro haja uma privatização da educação?</li> <li>- Considera que o município era capaz de abranger outro tipo de competências em matérias educativas envolvendo-se mais na escola e na contratação dos professores, por exemplo?</li> </ul>

## Guião de Entrevista

### Diretor Pedagógico do Conservatório de Música

Objetivos de Investigação	Questões	Sub-Questões
⇒ Contextualizar a implementação das AEC	1. Qual a posição do agrupamento face às Atividades de Enriquecimento Curricular	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabeleceu algum tipo de acordo ou protocolo com o município?</li> <li>- Desde quando é que contratualiza com o município?</li> <li>- Quais são/foram as razões de adesão ao projeto?</li> <li>- Contratualiza com mais algum município?</li> </ul>
⇒ Identificar os procedimentos de articulação entre os parceiros ou entidades com quem estabelecem protocolos/contractos	2. Existe articulação com as entidades parceiras do Programa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais as relações que se estabelecem entre com o município?</li> <li>- Que tipo de relação existe entre a escola e o Conservatório de Música?</li> <li>- Quais são os aspetos positivos e principais constrangimentos neste processo?</li> </ul>
⇒ Identificar os mecanismos de Administração e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular	3. De que forma o agrupamento operacionaliza o Programa das AEC?  4. Neste presente ano letivo, quantos alunos frequentam as AEC?  5. Em que horários decorrem as AEC?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De que modo é administrado e gerido o Programa das AEC?</li> <li>- As AEC também abrangem o pré-escolar? Quais os motivos?</li> <li>- Quantos professores das AEC há neste ano letivo?</li> <li>- Como é gerido o pessoal docente das AEC e como são remunerados?</li> <li>- Existe uma boa adesão ao Ensino da Música?</li> <li>- De que forma supervisiona o número de alunos inscritos?</li> <li>- Quando há desistências a entidade promotora toma alguma medida, qual?</li> <li>- Quais os motivos?</li> <li>- De que forma são elaborados os horários?</li> </ul>
⇒ Analisar a gestão financeira do Programa	6. Enquanto entidade promotora das AEC, qual a verba disponibilizada para o Programa das AEC?  7. Qual o balanço financeiro que faz do Programa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual verba transferida para fazer face às despesas do Programa pelo município?</li> <li>- De que modo é utilizado a verba atribuída e como é gerida neste Programa?</li> <li>- As receitas cobrem as despesas do Programa?</li> <li>- É possível saber o balanço entre despesas e receitas?</li> <li>- Sente alguma dificuldade em dar continuação ao projeto devido à situação económica do Estado?</li> </ul>
⇒ Analisar os procedimentos de supervisão e avaliação do Programa das AEC	8. Existe algum tipo de supervisão e avaliação das AEC efetuadas pela escola e/ou pelos Professores Titulares de Turma?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De que modo é feita?</li> <li>- Existe algum registo dessa avaliação e supervisão das AEC?</li> <li>- São feitas reuniões de supervisão, articulação e avaliação das AEC?</li> </ul>
⇒ Identificar as relações estabelecidas entre o Programa das AEC e as Políticas Locais de Educação apresentadas pelos municípios.	9. Para além das questões relacionadas com as AEC, de que modo as AEC se enquadram na Política Educativa do município?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como caracteriza a articulação entre as AEC e outros projetos desenvolvidos pelo município?</li> </ul>

<p>⇒ Recolher opiniões, no que se refere às potencialidades e vulnerabilidades do Programa das AEC</p>	<p>10. Qual a sua opinião sobre o Programa das AEC?</p> <p>11. Como caracteriza a aceitação deste Programa por parte dos alunos e dos pais e dos professores?</p>	<p>- Qual a sua importância para os alunos?</p> <p>- Considera que o Programa das AEC possui algum tipo de vantagens ou inconvenientes para o município?</p> <p>- Como caracteriza a evolução da adesão por parte dos alunos às AEC?</p> <p>- Quer continuar com o projeto?</p>
--	---	---

## **Anexo 2: Grelha 1<sup>25</sup>**

### **Vereadora do Departamento de Educação do “Município Beirão”**

#### **Tema 1 – O município e as AEC – Implementação**

<b>Categorias</b>	<b>Unidade textual</b>
Recetividade ao projeto das AEC	“Logo nesse primeiro ano abraçámos o projeto, achámos que o projeto era uma mais-valia para os alunos do 1.º Ciclo e portanto, desde essa altura nunca interrompemos” (Entrevistada A)
Adesão ao Programa das AEC devido à transferência de competências por parte do Ministério de Educação	“As AEC surgem para colmatar o problema da escola a tempo inteiro, acabam-se com os ATL, houve um investimento muito grande por parte das IPSS nos ATL, mas não houve o diálogo necessário na altura e criamos ali algumas inimizades porque foi a Câmara que avançou com as AEC muitas dessas IPSS não perceberam que não foi a câmara que tomou a iniciativa, foi o Ministério que nos mandou essa transferência de competências e foi difícil o percurso que percorremos para que as IPSS continuassem as nossas parceiras porque houve grandes investimentos e depois não havia crianças.” (Entrevistada A)

#### **Tema 2 – Modalidades de gestão das AEC**

<b>Categorias</b>	<b>Unidade textual</b>
Inicialmente, o município é responsável pela execução das AEC	“No primeiro ano nem sequer apareceram empresas. Era tudo muito novo e muito incipiente e nós contratamos na altura, os professores de Educação Física, nós até já tínhamos e até já trazíamos detrás alguma experiência porque já desde 96 que havia expressão físico-motora no 1.º Ciclo, portanto os professores de Educação Física já tinham alguma experiência nessa área e iniciamos o Inglês contratando professores de Inglês, três professores na altura.” (Entrevistada A)
Entrega da execução das AEC de Música e de Inglês a uma entidade privada	“Logo no ano seguinte, as coisas foram extensíveis à Música e nós contratamos uma empresa, contratualizávamos com as aulas de Inglês e de Música e eles contratavam por sua vez os professores. Foram dois anos.” (Entrevistada A)
Desistência da entrega da execução das AEC à entidade privada devido aos resultados negativos obtidos	“O primeiro ano não correu bem, o segundo ano, eu na expectativa que pudesse correr melhor, não correu bem também.” (Entrevistada A)
Entrega da execução das AEC de Música e Inglês a outras duas empresas privadas distintas	“No quarto ano, voltámos a contratar uma empresa para contratar professores de Inglês e outra empresa para contratar os professores de Música. Percebemos cedo que os professores de Música eram muito poucos e ainda hoje são, e a nossa candidatura... o protocolo que tínhamos assinado com a DREC, com o Ministério da Educação punha em causa... Retirávamos a Música e púnhamos só as expressões porque os professores nem sempre tinham as habilitações necessárias e exigidas no despacho da ministra. De maneira que contratamos o <i>Conservatório de Música</i> com quem estamos a trabalhar nestes últimos três anos e que tem sido quanto a mim um sucesso.” (Entrevistada A)

<sup>25</sup> Sempre que os entrevistados referiam os seus agrupamentos/municípios, as designações foram alteradas para garantir o anonimato dos municípios e participantes.

Desistência da entrega da execução da AEC de Inglês devido à insatisfação mas a AEC de Música é entregue à mesma entidade privada	“Eles... realmente aqueles primeiros anos foram anos muito incipientes e não se notava nada, nem no Inglês, nem na Música e nesse ano, no quarto ano, talvez em 2009, optámos por entregar a Música ao <i>Conservatório de Música</i> ... e contratámos uma empresa do <i>Concelho</i> x para o ensino do Inglês, também não fiquei muito satisfeita com o ensino ” (Entrevistada A)
O município é responsável pela gestão das AEC de Educação Física e Inglês e entrega a AEC de Música a entidade privada	“Então partimos nós para a contratação de professores de Inglês... e a Música continua entregue ao <i>Conservatório de Música</i> ” (Entrevistada A)

### Tema 3 – Atividades

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Escolha da modalidade de três atividades – Inglês, Música e Educação Física	Oferta de outras atividades com denominação de Oficinas	“Para além destas três ofertas, Inglês, Música e Atividade Física e Desportiva achámos que podíamos oferecer as Oficinas de leitura porque aqui na biblioteca estávamos muito virados para a criação de novos leitores e para acabar com a vulgar chamada hora do conto ” (Entrevistada A)
Abrange a totalidade das escolas e o pré-escolar com um projeto-piloto		“Três pólos... o <i>Centro Escolar y</i> , a <i>Básica Integrada w</i> e é a <i>EB1 z</i> que se mantém abertas... as AEC também abrangem o pré-escolar com o Inglês num projeto-piloto este ano só são dois jardins e no final como as coisas resultarem... a Educação Musical.” (Entrevistada A)
Adesão elevada ao Programa das AEC		“Não se consegue perceber se realmente há quem goste ou se há quem não goste porque está tudo a frequentar. Os <i>do Concelho Beirão</i> por exemplo, alguns deles optaram por não os pôr nas AEC nenhuma não sei precisar qual especificamente, mas têm os ATL que os vão buscar, o ATL da Cáritas ou o da Casa do Povo.” (Entrevistada A)
Duas turmas são flexibilizadas		“Há pouca flexibilidade... é tudo a partir das 3h. Há apenas duas turmas que flexibilizam à sexta-feira.” (Entrevistada A)

### Tema 4 – Operacionalização das AEC

#### Informações relevantes:

**Número de professores contratados pelo município:** “temos neste momento cinco professores de Inglês a trabalhar connosco, contratamos entretanto mais professores de Educação Física, neste momento já são oito também... contratamos também duas técnicas especializadas em áreas muito específicas, uma licenciada em Teatro e outra licenciada em Designer par abranger as Expressões Plásticas e a parte do Teatro, das Oficinas de Teatro e Expressão Dramática” (Entrevistada A)

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Professores das AEC contratados pelo município com contrato de Técnico Superior		“O facto de serem nossos funcionários também, nossos técnicos dá-lhes a eles, outra motivação têm um horário a tempo inteiro e não pagamos a hora. Têm um contrato de técnico superior, todos eles, e também permite que quando não estão com as AEC do 1.º Ciclo estão com o pré-escolar quer no Inglês quer na Atividade Física e Desportiva e também nas outras Oficinas... E também podemos exigir um pouco mais devido a terem essa categoria de técnico superior porque quando trabalham à hora e lhe pagamos

		miseravelmente, também o que é que lhe vamos exigir mais [...].” (Entrevistada A)
O município supervisiona as atividades no seio do Agrupamento Beirão		“Há em cada uma destas atividades... Inglês, Atividade Física e Desportiva, Música e Expressões... há um coordenador que vai regularmente ao Agrupamento reunir com os Coordenadores de estabelecimento e com o coordenador do 1.º Ciclo. Fazem essa articulação, conversam e trazem as questões que realmente precisam melhorar.” (Entrevistada A)
Boa e eficiente articulação entre os intervenientes	Boa articulação com a escola	“A par disto, trabalho com uma outra pessoa no meu gabinete porque nem sempre estou e que articula muito bem também quer com os responsáveis do estabelecimento, quer com a Coordenadora do 1.º Ciclo. Sempre que há alguma questão mais agradável ou menos agradável, elas chegam-me por essas iniciativas.” (Entrevistada A)
	Boa articulação com a entidade privada	“Há reuniões com frequência com o <i>Conservatório de Música</i> senão há semanalmente há bissemanal e depois sempre que o <i>Conservatório de Música</i> entende que haja necessidade de reunir. O sucesso deve-se à boa articulação entre o município e o agrupamento e consequentemente com a empresa que contratamos, o <i>Conservatório de Música</i> .” (Entrevistada A)
O Programa das AEC é avaliado através de reuniões com todo o corpo docente envolvido		“Depois há os momentos de avaliação em que vão todos os técnicos e têm uma reunião onde estão também os Professores Titulares de Turma.” (Entrevistada A)

#### Tema 5 – Gestão financeira das AEC

Categorias	Unidade textual
Verba de 30.000 euros disponibilizada pela Gulbenkian para a atividade de oficinas	“Acabamos por candidatar este projeto das Oficinas de leitura à Gulbenkian e obtivemos algum êxito porque tivemos uma candidatura para dois anos de 30.000 euros, o que foi um suspiro neste período conturbado que estamos a viver.” (Entrevistada A)
Verba de 128.000 euros atribuída pela DREC	“A DREC não paga à hora, este ano a nossa candidatura é de 128.000 euros. No ano passado recebemos 132.000 euros das AEC, este ano diminuiu face ao decréscimo de alunos.” (Entrevistada A)
O município disponibiliza verba de 1.500.000 euros	“Temos um orçamento da autarquia para a educação que é muito elevado. É disponibilizado para a educação ... 1.500.000 euros.” (Entrevistada A)
As verbas transferidas não chegam para fazer face às despesas do Programa	“Gasta-se muito mais do que aquilo que é transferido. As receitas não cobrem as despesas. Se fosse pago à hora até dava mas assim não dá... mas as despesas foram à volta de 200.000 euros.” (Entrevistada A)
Rentabilização dos custos em função do trabalho dos técnicos das AEC	“Então não os ponho a 100% nas AEC e fazem trabalho para além das AEC.” (Entrevistada A)

Benefícios no investimento financeiro do Programa das AEC	“Mas vale a pena o investimento na educação ... Não é uma perda mas um ganho, e o retorno disto é que nós tenhamos cada vez mais e melhores cidadãos, melhores alunos e melhores pessoas, pessoas saudáveis.” (Entrevistada A)
---	---

#### Tema 6 – Políticas Locais de Educação

Categorias	Unidade textual
Existência de um Projeto Educativo Local articulado com o projeto Educativo do Agrupamento	“Sim temos é o projeto que nós... como temos boa articulação com a escola, reunimos em setembro com a escola e quando ela está a fazer o projeto nós englobamos o nosso ... tudo aquilo que é parte de educação no da escola. Tentamos atingir todos os graus de ensino. Na parte da escola secundário tivemos diversas atividades.... este projeto não é nosso é um projeto do concelho e tentamos integrar no nosso projeto as atividades deles.” (Entrevistada A)
Projeto Educativo Local proporciona uma diversidade de atividades e objetivos	“Todo o resto, todos os objetivos que pretendemos atingir, uma melhor alimentação, um crescimento saudável, os problemas da higiene oral e melhor serviço de transportes... Temos durante um ano um projeto de vida saudável e também a fruta escolar. Temos também uma parceria com o centro de saúde em que fazemos a caminhada pela saúde, pela saúde do <i>Concelho Beirão</i> . Articulamos com uma serie de atividades e de preocupações para atingir determinados objetivos.” (Entrevistada A)
As atividades propostas no projeto Educativo local são articuladas com o Programa das AEC	“Estas iniciativas estão ligadas intrinsecamente às AEC. Ao nível da Atividade Física e Desportiva, temos imensas atividades desde percursos da natureza, ao sarau gímnico, às jornadas do atletismo. Tudo isto engloba os alunos das AEC. Portanto, são atividades completamente direcionadas para escola. Na área da Música, fazemos sempre esta arte da audição da Música. Agora na altura da Páscoa, e há no final com os finalistas do 4ºano. Depois temos, um momento específico onde englobamos o Inglês e todas as outras áreas.” (Entrevistada A)
Existência de um Conselho Municipal de Educação	“Sim e reúne duas vezes no ano uma no final do primeiro período e outra no final do ano letivo.” (Entrevistada A)
Conselho Municipal de Educação aborda assuntos das AEC	“Pois tentamos debater em cada um deles, na ordem de trabalhos, passamos os transportes a alimentação, as AEC e por todas as atividades e os serviços que envolvem a escola e a comunidade educativa. Como eu estou no Conselho Municipal de Educação e no Conselho transitório consigo muito bem, fazer a ponte.” (Entrevistada A)
Desvantagens do Conselho Municipal de Educação relacionadas com o seu funcionamento	“Na minha ótica não funciona. Somos um Consultivo mas não passamos disso... os Conselhos Municipais de Educação sinceramente, quando foi da criação de agrupamento só, aqui no Concelho Beirão, eu cheguei a dizer numa reunião que não valia a pena estar a reunir porque nós elaborámos um parecer em que anexo ficou a opinião das associações de pais, dos professores, da autarquia e agrupamentos e nada disso foi tomado em linha de conta. Não tivemos qualquer feedback. Estes Conselhos podiam ir mais além e fazer outro tipo de trabalho.” (Entrevistada A)
Existência da Carta Educativa	“Sim homologada em 2007 que está a precisar de uma grande revisão porque os dados estão a ficar muito ultrapassados.” (Entrevistada A)

#### Tema 7 – Balanço do Programa das AEC no concelho

Categorias	Unidade textual
Resultados positivos	“O resultado das AEC para mim tem sido fabuloso, acho que temos crescido imenso, há sempre muitas coisas a aperfeiçoar e estamos cá para isso, no próximo ano letivo, provavelmente vou acabar com a oficina de leitura porque uma vez mais não está a dar os resultados que entendíamos mas se o inglês não passar a curricular é a minha convicção que vamos continuar até que as coisas expirem de vez. Tem sido, julgo eu, um bom projeto, o retorno em termos de alunos, acho que tem sido muito bom... É uma avaliação positiva em que também há arestas a limar e o que pretendo é que haja continuidade.” (Entrevistada A)



### Tema 8 – A importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com a Atividade Física e Desportiva	“No que respeita a Atividade Física e Desportiva é muito ir ao encontro de uma vida saudável e qualidade de vida melhor e eu acho que isso nós conseguimos... pois só daqui a 20 anos é que conseguimos perceber isso” (Entrevistada A)
	Relacionadas com o Ensino da Música	“Ao nível da Música, lancei um projeto para criar uma orquestra pedagógica em que tive uma ótima adesão de alunos maioritariamente saídos das AEC, são 58 alunos.” (Entrevistada A)
	Relacionadas com as Expressões	“Ao nível das Expressões, temos vários ateliers de Teatro e de Expressões, origami... e é a atividade que mais gostam.” (Entrevistada A)
Desvantagens	Relacionadas com o carácter “pseudo-facultativo” do Programa das AEC	“A outra questão é que se pretendia que estas AEC fossem facultativas e não obrigatórias mas passou a ser obrigatório porque os alunos não tinham para onde ir... o que é que acontece ... a obrigatoriedade nas várias áreas cria também a criatividade ... não se pode ser bom leitor a força ou noutra coisa qualquer ... mas estão todos os alunos a frequentar e isto quebra o ritmo, são turmas muito grandes e aqueles que não querem acabam por desestabilizar os que querem e para mim este é o grande aspeto negativo das AEC. Ela na sua génese é facultativa mas na realidade é quase obrigatória porque como não há alternativa nas escolas para os meninos que não vão as AEC... então vão para onde... os pais não os podem ir buscar e agora com a rede escolar como está tudo concentrado no centro escolar como vai um menino de Pinheiro de Coja que não quer frequentar a aula de Música onde vai ficar... é o grande aspeto negativo das AEC. Se nós tivéssemos nas turmas a frequentar as AEC apenas os alunos que quisessem, tínhamos AEC de topo.”(Entrevistada A)
	Relacionadas com o Ensino do Inglês	“No Inglês, há uma queixa muito grande da parte do 5.º ano em que não estão todos no mesmo nível. Qual será o percurso destes alunos até ao 12.º ano... não temos ainda como aferir isso.” (Entrevistada A)

### Grelha 2

#### Presidente do “Município Beirão”

##### Tema 1 – Gestão financeira das AEC

Categorias	Unidade textual
Educação é colocada no centro das preocupações do município	“Nestas coisas não podemos olhar muito às despesas porque é uma coisa tão necessária e importante e é preferível não fazermos outras coisas e concretizarmos estes pontos. A Educação é o mais importante que pode haver”. (Entrevistado B)

##### Tema 2 – Importância das AEC

Categorias	subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com os alunos	“Os alunos saem com uma melhor preparação e saem mais enriquecidos. Não há qualquer tipo de inconveniente, só vejo vantagens na medida em que valorizamos o aluno. Aprendem o inglês que é fundamental e a Educação Física que é um contributo para a saúde”. (Entrevistado B)

### Tema 3 – Descentralização de competências no domínio da educação

Categorias	Unidade textual
Dificuldades em abranger outras competências educativas	“Isso aí... já entramos, em termos financeiros e depende das contrapartidas. Mas também se começamos a alargar e a ficar com muitas funções do Ministério da Educação... pode correr mal. E nem sei se os professores gostariam muito disso... aí já entraríamos mais noutra ciclo... mas teria que ser com o devido acompanhamento financeiro e uma vez que as Câmaras estariam bem estruturadas para isso.” (Entrevistado B)
Comunidades intermunicipais e associações dos municípios abordam assuntos relacionados com uma futura municipalização da educação	“Fala-se nisso mas ao nível das associações de municípios e agora há as comunidades intermunicipais em que a educação ou outros assuntos são discutidos nas comunidades intermunicipais.” (Entrevistado B)

### Grelha 3

#### Coordenadora do 1.º Ciclo do “Agrupamento Beirão”

##### Tema 1 – A implementação das AEC

Categorias	Unidade textual
Responsabilização do município pelas AEC	“A escola começou a desenvolver o projeto logo desde início ... Em 2005 ... nessa altura não estava diretamente ligada à sua gestão. A escola nunca foi a entidade promotora foi sempre a Câmara Municipal porque desde início a Câmara Municipal se disponibilizou e de acordo com a legislação, a escola deve ser a entidade promotora se não houver possibilidade de alguém exterior à escola, uma associação de pais, uma autarquia ou qualquer outra instituição ser. Deve ser, digamos o último recurso ser a escola. Há um protocolo entre a escola e a Câmara Municipal que é renovado anualmente.” (Entrevistada C)

##### Tema 2 – Atividades

#### Informações relevantes:

**Número de professores das AEC** – “São 6 professores de Música, 6 professores de Atividade Física, 6 professores de Inglês e 8 professores de Oficinas. Nós temos oficinas de leitura, de artes e de Expressão Dramática que são lecionados por dinamizadores das AEC.” (Entrevistada C)

**Número de alunos** – “Pré-escolar: 270, 1.º Ciclo: 450, 2.º Ciclo: 227, 3.º Ciclo: 358, Secundário: 145, Cursos de educação e formação com equivalência ao 3.º Ciclo: 80, Ensino profissional equivalente e ensino secundário: 83, total de alunos nos vários graus de ensino: 1700”. (Entrevistada C)

**Número de estabelecimentos escolares** – 11 jardins de infância, uma escola Básica do 1.º Ciclo, uma Escola Básica com 2.º Ciclo, um Centro Escolar, uma Escola Secundária, uma Escola Básica Integrada com 1.º e 2.º Ciclo.

Categorias	Unidade textual
Diversidade de AEC propostas	“Para além das atividades mais clássicas... Atividade Física, Inglês, Música e Apoio ao Estudo... provem outras ofertas dentro do domínio das artes. É o que nós, globalmente chamamos de Oficinas são Oficinas de leitura, Oficinas de arte que é mais Expressão Plástica, digamos assim, e Oficinas de Expressão Dramática.” (Entrevistada C)
Procura de Soluções para a gestão do horário curricular	“Em relação às oficinas não são as mesmas porque cada turma tem uma só das Oficinas consoante os anos e também tem a ver com a organização dos horários... porque não é fácil fazer horários de tantas turmas e encaixar a componente letiva e depois depende do horário da turma e dos horários dos docentes das AEC. Até há turmas que não têm Oficinas porque têm mais tempos de Inglês e de Música. Os 3.º e 4.º anos têm mais tempos de Inglês e depois o tempo não chega para tudo e é mais um tempo letivo... depois há turmas

	que têm moral que é componente letiva e portanto é menos um tempo letivo que sobra para as AEC.” (Entrevistada C)
Adesão elevada	“Praticamente todos os alunos frequentam as AEC. Há dois ou três alunos que não frequentam nada. Depois há alunos que não frequentam uma delas, por exemplo. Nós temos cerca de 450 alunos, a média de frequência será cerca de 420 ou 430 alunos por atividade que é quase todos os alunos.” (Entrevistada C)
Adesão elevada devida à necessidade dos pais	“Os pais também querem ter os filhos na escola e infelizmente, aqui também é uma opinião pessoal, mas é um facto que constatamos... muitos pais independentemente do que seja para fazer, quanto mais tempo estiverem na escola melhor, e como é uma atividade gratuita, ficam porque é para ficar o máximo tempo possível.” (Entrevistada C)
Adesão dos alunos devido ao interesse pela AEC	“Há as duas versões, há os pais que selecionam a atividade porque acham que esta ou aquela atividade é mais interessante... Nós temos pais que só escolhem que os filhos andem na música porque acham que é uma atividade muito enriquecedora para os filhos e aqui é uma escolha consciente, sem estar a fazer juízos de valor, há outros pais que na hora de escolherem, querem que fiquem em tudo e querem que fiquem na escola o máximo tempo possível. E as atividades são para frequentarem com compromisso, mas nos primeiros anos os pais não percebiam isso e pensavam que era um ATL em que só frequentavam as AEC quando lhes desse jeito.” (Entrevistada C)
Desacordo com a flexibilização dos horários	“A primeira preocupação é colocar após as 3h30. Há quem defenda outra posição mas nós pensamos que se for possível ter a componente letiva primeiro, uma vez que nós avaliamos o que é currículo... é a componente letiva. Com todo respeito pelas AEC mas depois o que de facto é avaliado no final do ano é a parte da componente letiva... mas depois em termos de elaboração de horários não é fácil porque implicava a contratação de muitos mais professores e eles já não têm o horário completo em termos de AEC por isso é preciso fazer flexibilização. Nós só temos um tempo de flexibilização que é sempre das 11h às 12h... o último tempo da manhã.” (Entrevistada C)

### Tema 3 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Boa Articulação com o município	“Da minha experiência há uma boa relação entre a escola e a autarquia. As coisas são sempre conversadas e articuladas em termos de preparação de atividades e marcação de datas e todas as questões relacionadas com as AEC ou com outras questões... normalmente reunimos de acordo com as necessidades... ou a autarquia ou nós propomos uma reunião. Muitas vezes é uma reunião informal, é mais um encontro para acertar determinados assuntos relacionados com a forma de organização de uma certa atividade por exemplo. Há uma boa relação entre a Câmara Municipal e a escola.” (Entrevistada C)
Supervisão efetuada pelos Professores Titulares de Turma	“A supervisão é feita pelos Professores Titulares de cada turma em reuniões informais entre eles. Depois também há reuniões do conselho de docentes onde participam os coordenadores das AEC e há também mensalmente uma reunião de articulação e de supervisão só com os com os coordenadores... os coordenadores das AEC e coordenador do 1.º Ciclo... onde as orientações e as planificações são feitas nessa reunião mais restrita... depois as questões particulares de cada turma são resolvidas com os professores só dessa turma... outras questões que envolvam todos são resolvidas no conselho de docentes.” (Entrevistada C)
Avaliação é efetuada através de reuniões de docentes	“Trimestralmente é feita uma avaliação escrita onde há uma participação de todos os professores titulares e das AEC que fazem o balanço do trimestre, da forma como decorreram as atividades e como decorreram as atividades em si, se houve ou não articulação, se houve uma boa relação entre todos os envolvidos, se houve colaboração de todos e onde se tenta resolver os problemas que possam surgir entretanto. Porque dentro da avaliação surgem os pontos bons e os pontos que devem se melhorar.” (Entrevistada C)

#### Tema 4 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Boa articulação dos Projetos Locais com as AEC e atividades no 1.º Ciclo e Pré-escolar	“O município colabora com o agrupamento sobretudo no 1.º Ciclo e pré-escolar que é aquele nível de ensino que o município é responsável no fundo. Todas as atividades que nós fazemos sobretudo atividades que têm a ver com o plano anual de atividades ou questões sociais pedimos colaboração ao município. O município está sempre disponível para colaborar connosco. E em questões de ajudar nos problemas familiares ou no desenvolvimento de atividades e que o município é parceiro... sem a colaboração do município, a maioria dessas atividades, não as conseguiríamos fazer. As AEC também têm atividades no nosso plano anual de atividades do agrupamento e depois em termos curriculares tentamos fazer uma articulação dos temas que andam a ser tratados na parte curricular para haver também algum trabalho das AEC a volta desses temas.” (Entrevistada C)

#### Tema 5 – Balanço das AEC no concelho

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Evolução positiva do Programa das AEC	Relacionadas com o aperfeiçoamento de estratégias da entidade promotora	“Da minha experiência, ao longo destes anos aprendemos sempre muito, nós escola e autarquia também, o trabalho tem vindo a melhorar a olhos vistos em termos de oferta, qualidade e organização. Nos primeiros anos a autarquia subcontratou empresas que tinham professores de AEC e depois as coisas não correram muito bem porque os professores não eram da autarquia era mais difícil de gerir e controlar, o professor faltava e não havia quem substituísse.” (Entrevistada C)
	Relacionadas com os resultados positivos obtidos pelos alunos	“Nos primeiros anos havia muitos alunos que não tinham e depois com o desenvolvimento das atividades ao longo dos anos e com os resultados que os pais foram vendo em termos de aprendizagens, os alunos mostram que aprenderam e aprendem coisas apesar de não ser componente letiva... O número foi crescendo quando os pais foram vendo que os filhos até gostavam e até aprendiam alguma coisa interessante” (Entrevistada C)
	Relacionadas com o interesse dos alunos suscitado pelas AEC	“... tanto como o interesse que os alunos demonstram pelas atividades... Nós temos atividades que têm mais alunos que as outras que são as mais lúdicas... a Música e a Atividade Física.” (Entrevistada C)
Resultados positivos		“A partir do momento em que autarquia apostou em ser ela a entidade promotora e também quem contrata os docentes a exceção dos de música que é o <i>Conservatório de Música</i> mas que fazem um trabalho exemplar e que funcionam muito bem tanto connosco agrupamento como com a autarquia, as coisas passaram a funcionar muito melhor e a haver uma evolução positiva. Mas isso também fomos aprendendo caminhando e foi muito complicado no início porque se calhar também foram os primeiros anos.” (Entrevistada C)

#### Tema 6 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com o carácter gratuito das AEC	“É bom para os alunos porque permite a montes deles que nunca tinham a possibilidade de ter estas atividades porque alguns meninos, nós sabemos até andam na natação, na Música extraescolar mas são muito poucos e permite que todos, desde que os pais assim o entendam, possam ter acesso a essas atividades e é um enriquecimento muito grande para eles.” (Entrevistada C)
	Relacionadas com os pais	“A ocupação plena dos tempos... é muito bom... é bom para os pais que trabalham.” (Entrevistada C)

Desvantagens	Relacionadas com o tipo de atividades propostas	“Por outro lado, o grande inconveniente, na minha opinião e de muita gente que trabalha nesta escola... mas também é mau para os alunos porque nós dizemos que é uma atividade de enriquecimento curricular mas acaba por ser um pouco mais... uma atividade curricular... ainda que não chamamos assim, em que eles estão ocupados com atividades dentro de uma sala que nem sempre são dentro de uma sala, mas quando digo dentro de uma sala é quando eles estão com alguém que lhes está a propor atividades para eles fazerem, que são aquelas que lhes são apresentadas e não outras, das 9h às 17h30.” (Entrevistada C)
	Relacionadas com a falta de tempo livre	“Isto sobretudo no inverno, os meninos saem da escola é de noite e vão para casa. Os que moram no <i>Concelho Beirão</i> chegam a casa às 18h e tal e não têm tempo para brincar. A falha para mim nesta atividade é que rouba todos os tempos livres aos meninos.” (Entrevistada C)
	Relacionadas com a indisciplina	“Sentimos muitas vezes na escola que há mais problemas de comportamento e mais agitação sobretudo no final do dia e todos os colegas tanto os Professores Titulares de Turma... que também há um dia por semana que saem às 17h30... e também os colegas das AEC dizem que nos últimos tempos... que nota-se bem que os miúdos estão cansados e onde há mais problemas porque eles precisavam de um pouco para brincar livremente e descarregar as energias e falta-lhes esse tempo.” (Entrevistada C)

#### Tema 7 – Descentralização de competências no domínio da educação

Categorias	Unidade textual
Desacordo com a delegação de competências referentes à contratação de professores do 1.º Ciclo nos municípios	“Essas coisas têm sempre dois lados, alguns riscos que são por mais que não se queira... isto a nível da contratação há sempre uma proximidade e temos tendência para proteger alguns grupos. Se for com as regras das autarquias e cada uma tem os seus critérios... depois cada uma tem as suas e corremos o risco de haver mais injustiças.” (Entrevistada C)
Aceitação da delegação de competências no domínio da gestão e das infraestruturas escolares nos municípios	“Em termos de gestão e de urbanização... Penso que sim... Se houvesse regras claras para todos os municípios em que todos deveriam da mesma maneira... Em que houvesse umas linhas mestras que são iguais em todo o lado porque podia haver autonomia sim... mas sempre com um pilar base para funcionarmos todos de forma semelhante. Mas é preciso ter algum cuidado porque depois esquecem-se de alguns pormenores.” (Entrevistada C)

## Grelha 4

### Diretor Pedagógico do “Conservatório de Música”

#### Tema 1 – A implementação das AEC

Categorias	Unidade textual
Contratação de uma empresa privada para o Ensino da Música	“Este foi o terceiro ano letivo... Neste caso nós tínhamos apresentado duas vezes o projeto ao <i>Município Beirão</i> oferecendo os serviços do Conservatório mas só que por motivos vários não tínhamos ainda... iniciado a nossa relação mas depois o <i>Município Beirão</i> tomou a iniciativa de nos convidar para sermos os promotores das AEC de Música no <i>Concelho Beirão</i> . Isto é contratação pública... isto há uma relação contratual em que é lançada pelas plataformas de contratação pública... e nós concorremos... e ganhámos o concurso, contratualizamos com três municípios na área envolvente.” (Entrevistado D)

#### Tema 2 – Atividades

##### Informações relevantes:

**Número de professores** - “No Conservatório temos... 24 professores e nas AEC, temos 16 professores nos três concelhos. No *Concelho Beirão* são 7 professores de Música.” (Entrevistado D)

Categorias	Unidade textual
Tutela do ensino da Música	“Nós estamos apenas no ensino da Música.” (Entrevistado D)
Adesão quase total	“Sim, sim ... desde que entramos no projeto atingimos quase 100% dos alunos do concelho ... muito próximo dos 100% dos alunos.” (Entrevistado D)
Aspeto negativo da não flexibilização dos horários relacionados com a contratação dos professores das AEC	“Pois esse é o ponto mais negativo ... da nossa... Relação com o agrupamento porque geralmente é nos finais dos dias... E portanto é o espaço que é entre as 3h e as 17h30 é que são reservados os horários para os professores... que é o ponto negativo porque cada um dos professores ficará... sempre à volta de 10 horas de horário e pretendíamos também... se conseguíssemos durante o período da manhã... antes da hora de almoço ter uma hora destinada as AEC ... enriquecer um pouco o horário de cada professor e ... que seria bom para os professores um horário à volta das 15 horas porque em termos remuneratórios e em termos... Seria muito melhor para os professores auferirem melhor rendimento... Acho que a relação laboral é bem remunerada... a única coisa que tem é que os professores trabalham poucas horas porque não podem trabalhar mais... é o aspeto negativo... porque quando os horários chegam aqui já estão estipulados pelos Agrupamentos ... recebemos ... também opinamos nalgumas pequenas alterações e melhorias que se possam fazer mas geralmente é o agrupamento de escolas que os mandam.” (Entrevistado D)
Não abrangem do pré-escolar devido à falta de financiamento	“Não abrangemos o pré-escolar porque não temos ainda ... por acaso também achamos que podemos fazer um bom trabalho porque somos especialistas nessas áreas e nessas idades ... mas pronto ... como não são financiadas pelo Ministério da Educação ... Ainda não, só trabalhamos com o 1.º Ciclo.” (Entrevista D)

#### Tema 3 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Professores contratados a contrato ou a recibo verde pelo Conservatório de Música	“Temos professores com contrato e a recibo verde...alguns preferem o recibo verde e damos essa possibilidade. São pagos à hora... 12 euros... pagamos nove meses completos mais uma hora de formação por semana que é paga para fazer toda a planificação e programação das aulas com o Coordenador.” (Entrevistado D)

Supervisão efetuada pelo Coordenador das AEC do Conservatório de Música	“A supervisão dos professores é feita pelo Coordenador das AEC... as aulas são acompanhadas e planeadas em conjunto... e durante as reuniões semanais de formação... todos os pequenos problemas que possam aparecer são debatidos e tentam ser corrigidos... se houver algum problema maior... a equipa pedagógica do Conservatório tenta resolver juntos com os Professores Titulares com os pais... tentamos sempre dar resposta as situações menos positivas que possam existir ... e elas acontecem como é natural em todas atividades... Mas estamos sempre prontos para resolver e atuamos de forma a resolver esses problemas.” (Entrevistado D)
Avaliação do Ensino da Música é efetuada através de inquéritos	“A avaliação é feita através de inquéritos aos pais... aos Professores Titulares ...aos alunos e sobretudo também por inspeções externas promovidas pela DREC que avaliam o trabalho e neste caso sempre que houve inspeções, o resultado das inspeções foi uma classificação de muito bom para as AEC de Música.” (Entrevistado D)
Boa Articulação com o Município Beirão	“Geralmente há reuniões mensais ou sempre que for caso disso... podem passar a semanais ou bissemanais sempre que for necessário o nosso Coordenador reúne com a pessoa responsável no município... mas o Conservatório sempre privilegiou as boas relações profissionais o que é que isto significa... que nós estamos a prestar um serviço... e queremos prestá-lo o melhor possível então estamos sempre disponíveis para melhorar e satisfazer as pretensões das entidades contratantes e nesse sentido acho que temos uma relação adulta institucional e muito profissional.” (Entrevistado D)

#### Tema 4 – Gestão financeira das AEC

Categorias	Unidade textual
Verba transferida pelo município de 110 euros por aluno	“Acho que são 110 euros por aluno... É uma parte do que o município recebe e que nos é devido para o ensino da Música.” (Entrevistada D)
Verba transferida pelo Município Beirão chega para fazer face às despesas	“É claro que também reconhecemos que talvez passe pelo Ministério que a verba... que são transferidas para as Câmaras não é muito para dividir por todas estas atividades e a carga letiva... nós gostaríamos de ser melhor recompensados... mas achamos que é justo o que nós propusemos e que a Câmara aceita... portanto é uma relação justa ... É um orçamento que se apresenta... é um concurso que se faz... e... dentro das nossas pretensões tem sido aceite... e aquilo que achamos justo para pagar aos professores e para que nós próprios termos algum lucro enquanto empresa... em termos de materiais pedagógicos... o município tem comprado materiais pedagógicos para cada professor.” (Entrevistado D)

#### Tema 5 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Boa articulação das AEC com projetos do município e instituições concelhias	“Fazemos muitas atividades com a biblioteca e outras instituições concelhias ... e sobretudo colaboramos sempre que há um pedido para uma representação institucional ... em inúmeras atividades que vão surgindo ao longo do ano ... que nos solicitam ... nós participamos ... temos participado e gostamos de participar são iniciativas pontuais que não estão propriamente ... que muitas vezes surgem de uma programação recente que não nos permitem colocar no plano anual de atividades mas sempre que surge uma situação dessas nós estamos presentes com música com dança e com os alunos com tudo o que nos for solicitado.” (Entrevistado D)

#### Tema 6 – Balanço das AEC no concelho

Categorias	Unidade textual
Resultados positivos obtidos no ensino da Música	“Na área da Música e nestes concelhos e nesta relação com o Conservatório temos centenas de alunos a aprender Música... muitos já a nível profissional... integrados perfeitamente em orquestras... bandas filarmónicas... e projetos musicais... muitos alunos que... estão já hoje a ganhar concurso nacionais de instrumentistas... muitos alunos com muitos conhecimentos musicais... estes concelhos têm ao nível da música uma grande diversidade ... de instrumentos e instrumentistas e de músicos ... e que é uma coisa que me satisfaz ... e que o nosso trabalho ... E que a continuidade do Conservatório produz geralmente bons frutos.” (Entrevistado D)

Resultados positivos relacionados com os alunos	“Quando eles acabam o 4.º ano... fazemos uma turma do ensino artístico no <i>concelho Beirão</i> ... entretanto foi interrompido devido aos cortes financeiros do Ministério ... Mas este ano já temos novamente 20 alunos... depois temos um projeto com o nosso coordenador das AEC que é maestro da banda filarmónica da <i>freguesia Beirã</i> ... e tem uma orquestra pedagógica ... que é um protocolo que existe entre o município e a banda filarmónica.” (Entrevistado D)
Pretende dar continuidade ao projeto devido aos benefícios que isso lhe traz	“Enquanto as coisas estiverem assim não sentimos dificuldades ... porque nós temos outra vantagem em relação às outras instituições ... Geralmente os alunos com mais aptidão e com mais vontade prosseguem os seus estudos no Conservatório através de uma turma de ensino artístico.” (Entrevistado D)

#### Tema 7 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com o tipo de oferta de atividades	“Têm disciplinas que não teriam ... o caso do Inglês, da Música e da Educação Física não teriam se não fossem as AEC.” (Entrevistado D)
	Relacionadas com os pais	“Sei que é uma medida que veio trazer muita satisfação a algumas famílias... porque como os pais trabalham não tinham onde deixar os filhos... e têm mais disponibilidade para exercer as suas funções profissionais.” (Entrevistado D)
Desvantagens	Relacionadas com os alunos	“É demasiado tempo que os alunos passam na escola mas realmente a parte que eu acho mais negativa... é o demasiado tempo que as crianças passam na escola que muitas vezes já não permite às crianças ter frescura suficiente para suportar e conseguirem estarem concentrados... e aquelas horas todas na escola.” (Entrevistado D)
	Relativamente à organização das AEC	“Em relação à organização das AEC em si... não haver... diretrizes nacionais que normalizassem este tipo de ensino... acho que está um bocado entregue a pessoas ou a instituições e nomeadamente às Câmaras Municipais que não têm vocação para o fazer... uma Câmara Municipal não tem competências pedagógicas e como foram as Câmaras Municipais que quase todas quiseram ser promotoras... acho que pedagogicamente o projeto sofreu muito e sofre em muitos lados... a qualidade poderia ser muito melhor e o tempo que as crianças passam na escola poderia ser muito melhor aproveitado e com muito mais eficácia pedagógica.” (Entrevistado D)
	Relativamente à falta de formação de professores	“Reforço aqui que lançaram-se estas disciplinas e estas medidas e não se acautelou a formação de professores para estes níveis etários... todos os professores de Expressões... de Inglês... de Educação Física são formados para trabalhar com alunos do 2.º e 3.º Ciclos e as questões pedagógicas não foram acauteladas... porque trabalhar com o 1.º Ciclo não tem nada a ver com o 2.º Ciclo... as metodologias são completamente diferentes... e uma das desvantagens das AEC é que estamos a trabalhar com crianças do 1.º Ciclo com metodologias feitas para o 2.º Ciclo e uma coisa não bate com a outra.” (Entrevistado D)
	Relativamente ao carácter extracurricular das AEC	“Mas eu preferia que estas atividades fossem curriculares ... dentro da área curricular... nós poderíamos dar Música porque há uma hora no currículo da criança... nós poderíamos dar línguas... e Atividade Física... e isso estava dentro do currículo da criança e são dadas pelos Professores Titulares de Turma... podia haver aqui um encontro.” (Entrevistado D)



## Grelha 5

### Vereadora do Departamento de Educação do “Município dos Montes”

#### Tema 1 – O município e as AEC – implementação

Categorias	Unidade textual
Recetividade ao projeto das AEC	“Sempre tivemos AEC desde que elas surgiram e desde sempre que a Câmara agarrou este projeto e nunca o entregou a entidades.” (Entrevistada E)

#### Tema 2 – Modalidades de gestão das AEC

Categorias	Unidade textual
Município responsável pela gestão e administração das AEC desde o início	“Claro que para nós seria mais tranquilo se fosse uma empresa a gerir tudo isto mas cria-se um distanciamento e esse distanciamento faz com que não haja a proteção ao docente da AEC e eu como Vereadora da Educação e como docente também gosto que os meus colegas das AEC sejam tratados entre iguais e tenho tentado evitar que isso aconteça nesta Câmara... mas que é aliciante é porque dá imenso trabalho.” (Entrevistada E)

#### Tema 3 – Atividades

Categorias	Unidade textual
Diversidade de atividades propostas	“As atividades são o ensino da Música, o Inglês, a Educação Física e Desportiva, as Atividades Lúdico-Expressivas e as TIC” (Entrevistada E)
Adesão quase total	“A maioria tem AEC só raras exceções.” (Entrevistada E)
Flexibilização dos horários de acordo com a legislação	“Dentro daquilo que é a legislação há alguma flexibilização. A flexibilização é cumprida nunca há mais de que três tempos flexibilizados. Bem pelo contrário, fazemos um esforço até para que não haja flexibilização, embora nós, para que possamos ter horários com carga horária apelativa para os professores das AEC, procuramos juntar horários, até entre agrupamentos, não prejudicando o funcionamento de turma. Agora aqui, porque temos agrupamentos de grande e pequena dimensão, torna-se difícil não ter flexibilização. E são poucas as flexibilizações mas decorrem da lei e são devidamente aprovadas.” (Entrevistada E)

#### Tema 4 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Recrutamento dos professores das AEC realizado através de concurso	“Há uma plataforma. O concurso é a nível nacional. Há uma plataforma para concorrer como qualquer outro concurso. Há um regulamento que a Câmara realiza todos os anos para que os professores que concorrem saibam quais são os critérios de apreciação e é nomeado um júri que vai a reunião de Câmara assim como os critérios de apreciação. Depois o júri delibera por área disciplinar e por horário. É bastante complexo porque temos cerca de 31 horários a concurso e é um processo complexo porque fazer uma entrevista por horário, estamos a falar de muita gente. Sei que no último concurso concorreram cerca de centena e meia e é muito burocrático.” (Entrevistada E)
Professores das AEC com contrato a termo certo e pagos à hora	“Pagamos a hora... 10€58 por hora e têm um contrato a termo certo... o contrato acaba no último dia de junho e não no último dia de aulas o que lhes permite virem a reuniões no final do ano.” (Entrevistada E)
Elaboração de relatório trimestral para o processo de supervisão	“Faço aqui reuniões trimestralmente com os professores das AEC. Elaborei com eles, quando vim para qui, há cerca de 2 anos, um conjunto de documentos porque eu sou da área da educação e para ter esse feedback criamos e propusemos aos agrupamentos um regulamento das AEC que não existia antes... parecem muitos documentos mas o que é facto é que nas outras áreas disciplinares dentro dos agrupamentos, existem estes documentos mas não estavam era adaptados aquilo que se chama AEC, mas isso levava-nos aqui a uma discussão o porquê de não existirem... levava-nos à questão da importância que se dá ou não às AEC. Tudo isso não existia nem o tal documento que me dava esse feedback que é o relatório trimestral, que eu peço não a todos os professores

	porque entretanto eu em comum acordo com os diferentes elementos de cada área disciplinar, designei, digamos assim, entre eles, um responsável por cada área disciplinar. Esse responsável compila tudo aquilo que é o feedback do funcionamento das suas turmas, do material existente, das dificuldades que sentem e esse documento compila tudo o que é opinião dos professores relativamente ao funcionamento das AEC no seu agrupamento e nas suas salas de aula. E consigo saber como é que as coisas vão decorrendo, para além das reuniões que temos aqui.” (Entrevistada E)
Elaboração de um documento de avaliação do Programa das AEC	“Criamos também um conjunto de documentos que achávamos importantes que fossem uniformizados ao nível dos agrupamentos nomeadamente a avaliação com parâmetros e critérios.” (Entrevistada E)
Boa articulação entre os intervenientes	“É da melhor forma possível. A partir do momento que a Câmara indica aos agrupamentos que mais uma vez é a entidade promotora. Os agrupamentos propõem os horários, entretanto há uma reunião com os vários responsáveis de cada agrupamento, nomeadamente os professores do 1.º Ciclo, onde fazemos a análise dos horários. Estando de acordo com esses horários, enviamos para a direção regional de educação e esperamos a sua aprovação. Ao longo do ano também fazemos várias articulações.” (Entrevistada E)

#### Tema 5 - Gestão financeira das AEC

Categorias	Unidade textual
Verba disponibilizada pela DREC para as AEC	“Nós temos cerca de 250.000 euros previstos para este projeto. Se não tivermos apoio do Ministério da Educação e pela Direção Regional da Educação, nenhuma Câmara pode dizer que este projeto é viável em termos de o suportar economicamente sem ajudas. E acho que é inviável para qualquer Câmara porque acabávamos aqui por abrir um precedente, há n projetos interessantes, que gostaríamos de abraçar. O nosso projeto a nível de orçamento, a aposta é social é apoiar as famílias carenciadas e as crianças e às tantas este nestes moldes não era muito fácil para nós podermos apoiar.” (Entrevistada E)
Receios no início do ano devido ao financiamento do Programa das AEC	“Nós este ano houve muitas Câmaras que em setembro, não tiveram professores das AEC mas nós em setembro já tínhamos os professores das AEC e corremos esse risco. Fomos surpreendidos como algumas notícias, estou-me a lembrar por exemplo do vereador da Guarda, lembrei-me desse mas houve mais... que uma vez numa notícia disse que mandou um ofício para o ministro das finanças para saber se ele desbloqueava dinheiro para apoiar este projeto. Até hoje, quanto sei, não obtive resposta mas também sei e nós em relação às contas por parte da DREC temos tudo pago e estão-nos a pagar tudo e neste projeto nunca tivemos atrasos de pagamento e funcionou sempre tudo muito bem. Nós aqui arriscamos um pouco mas estamos satisfeitos e espero que continue até ao final do ano letivo.” (Entrevistada E)

#### Tema 6 – Políticas Locais de Educação

Categorias	Unidade textual
Existência de Políticas Educativas diversas no município	“As diferentes Políticas Educativas que aqui praticamos são várias na medida em que asseguramos o transporte escolar dos alunos do pré-escolar até ao 12.º ano... proporcionamos várias atividades que abrangem os vários graus de ensino.” (Entrevistada E)
Ausência de projeto educativo local	“Nós não temos nenhum Projeto Educativo Local. Cada escola tem o seu projeto educativo estamos agora a trabalhar no Projeto Educativo Local. Estamos numa segunda fase do Projeto Educativo Local em que estamos na fase de campo, de recolha de informação junto dos agrupamentos e das entidades de parceira, onde nesse Projeto Educativo Local não é concretizável sem que se faça a revisão da Carta Educativa. Estamos a dar início também a revisão da carta educativa paralelamente à execução do Projeto Educativo Local.” (Entrevistada E)
Integração e articulação das AEC em atividades do	“Nós realizamos algumas atividades. Pelo Natal temos concertos musicais nas escolas e também temos para a comunidade. Temos durante as comemorações do Natal, tivemos aqui na animação de rua, atividades de AEC, na própria Câmara tivemos um concerto de

município e dos agrupamentos	Natal em que participaram os meninos. Eu sei que em cada escola há sempre as festinhas de Natal onde os professores das AEC participam. Estes participam no plano anual de atividades de cada escola e participam também, digamos assim, no plano anual de atividades da câmara. Vamos ter agora as comemorações do 25 de Abril, onde os professores das AEC vão participar. Vamos ter igualmente a feira do livro, o festival da canção infantil, onde os professores vão participar. E vamos ter o dramatizando onde estão presentes os professores das AEC. Estão constantemente a ser solicitados para participarem em atividades promovidas pelas Câmara ou pelos agrupamentos.” (Entrevistada E)
Existência do Conselho Municipal de Educação	“O feedback que eu vou obtendo é transmitido ao Conselho Municipal.” (Entrevistada E)
Existência de Carta Educativa	“Existe... de julho de 2007.” (Entrevistada E)

#### Tema 7 - Balanço do Programa das AEC no concelho

Categorias	Unidade textual
A relação entre Professores Titulares de Turma e Professores das AEC não evoluiu significativamente	“Eu desde que vim para aqui tenho feito um esforço... em que os professores das AEC tinham muitas queixas sobre a forma como os outros professores nomeadamente do 1.º Ciclo viam os professores das AEC e as próprias AEC. Em relação à forma como veem as AEC acho que isso ainda não mudou muito.” (Entrevistada E)
Desacordo com o alargamento do projeto para o jardim de infância devido às limitações económicas	“Não há necessidade, nós temos a CAF. A CAF, onde temos uma ou duas funcionárias com as crianças... já é uma Componente de Apoio à Família e já... eu sei que os jardins, as educadoras se organizam com os pais no sentido em que haja professores da expressão plástica, haja professores da música ou possam levar os meninos à natação. Isso é viável se estivéssemos a falar de um centro educativo, e estivéssemos a falar de uma escola onde tivessem congregado muitos pré-escolares onde pudéssemos por exemplo pôr um professor de Inglês, e esse professor de Inglês pudesse rodar por dez salas, vamos supor. Agora na nossa realidade do nosso concelho onde temos trinta e tal jardins com áreas geográficas muito distantes ou dispersas torna-se difícil nós conseguirmos esse projeto. Numa realidade diferente não direi que não mas aqui era mesmo difícil. Agora eu sei que os pais e as educadoras em alguns jardins têm essas ofertas e acho que é muito interessante. Se não tivéssemos problemas financeiros eu diria que sim. Agora os problemas financeiros são muitos tenho que dizer que não.” (Entrevistada E)

#### Tema 8 – A importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com os professores contratados pelo Município dos Montes	“Os professores das AEC nesta Câmara têm tido a sorte de terem sempre alguém que está como Vereador da Educação alguém que esteve realmente no campo, ou seja alguém que teve ligado à educação. A anterior vereadora também era da área da educação e eu também sou e eles têm tido essa sorte e as coisas têm corrido bem porque há alguém que percebe as dificuldades que se encontram no ensino ... os Presidentes da Câmara têm tido essa sensibilidade na medida em que, estes docentes têm tido a sorte de fazer um contrato de dez meses, só o mês de julho e agosto é que não estão a trabalhar. Eu sei que há Câmaras que fazem até contratos anuais mas não pagam tao bem como nós pagamos. E nesse aspeto eles gostam de estar aqui e porquê... Porque a maioria das Câmaras Municipais apesar de nós não darmos estes dois meses, eles preferem esta Câmara. E digo isso com alguma satisfação, na medida em que eles são tratados como docentes e a gestão é feita diretamente pela autarquia e não por uma empresa.” (Entrevistada E)

	Relacionadas com a satisfação dos professores das AEC	“Já ouvi falar que há um projeto novo mas ainda não vi nada mas que é muito difícil para a Câmara conseguir colocar no terreno os docentes mas também me dá um certo gozo sermos nós a fazê-lo porque os docentes e o feedback que eu tenho em relação aos docentes que já trabalharam noutras Câmaras através de empresas e não gostam tanto. Gostam mais que seja a Câmara a fazer este trabalho.” (Entrevistada E)
	Relacionadas com as necessidades dos pais e o fator económico	“Vamos lá ver, porque é que as AEC surgiram... porque cada vez mais os pais têm necessidade de deixarem os seus filhos a partir das 15h30, que era quando terminava a escola. Antes havia o ATL mas o ATL não está de acesso fácil a todos porque era preciso pagar e não era tao pouco quanto isso... Eu tenho duas filhas, já passei por essa experiencia com e sem AEC e sei do que estou a falar. A minha filha mais velha não tinha AEC e tive que pagar para que tivesse no ATL, a outra mais nova, teve AEC e não tive que pagar ATL. Uma ficou-me mais barata e outra ficou mais cara. Isto parece assim de uma dureza ao fazermos a análise, o que é que uma ganhou e o que é que a outra ganhou, as vezes não se equaciona. Para quem tem dificuldades económicas o que se equaciona é o que se gasta por isso é que fiz esta análise mais fria. E para quem apenas sobrevive à custa de subsidios de desemprego que é hoje a realidade do nosso concelho, ao estar desempregado não tem como colocar o seu filho no ATL se está desempregado podia ficar com os filhos mas depois quando surge uma oportunidade de emprego fica outra vez com o problema nas mãos. E não é com o salario mínimo que se consegue muitas vezes pôr os filhos no ATL. Temos aqui um problema social, como dar resposta... Há ou não necessidades de termos a escola a tempo inteiro... Às tantas há necessidade de ter a escola a tempo inteiro para que a mulher e o homem consiga trabalhar. Devia ser uma opção, de facto foi assim que foi pensado mas nem sempre é possível ser uma opção. Mas devo dizer que a necessidade que há em haver AEC é um pouco essa resposta social. Se nós terminarmos as AEC não sei muito bem como os Encarregados de Educação vão resolver o assunto.” (Entrevistada E)
Desvantagens	Relacionadas com o município	“Para o município há mais inconvenientes como é óbvio. A Câmara não tem perfil, digamos assim, para ter afeto ao seu quadro do pessoal, docentes e começa logo por aí. Não há sensibilidade e acaba por ser difícil. Muitas vezes é preciso um grande esforço da minha parte para que haja esta articulação... agora, de facto a Câmara Municipal não deveria ser a entidade promotora embora, esta Câmara tenha protegido os professores das AEC pelas razões que já aponte”.(Entrevistada E)
	Relacionadas com o recrutamento dos docentes por parte do município	“Se Nós alguma vez equacionamos a hipótese de transferir este trabalho... sim porque que é bastante complicado para uma Câmara, onde nos é pedido atualmente que seja feita a redução do pessoal dentro de uma Câmara e que é difícil, num período tao curto de tempo, conseguimos dar resposta a quase centena e meia de entrevistados. Como é que uma Câmara Municipal consegue dar resposta entre o mês de junho, julho e agosto dar resposta isto porque não tem estrutura para dar essa resposta. É uma batalha tremenda para conseguir no mês de junho, julho e agosto para conseguirmos em setembro termos os docentes no seu local de trabalho, nas escolas. E nunca, apesar de sermos aliados para, não optámos até hoje, não quer dizer que não possamos vir a fazer até porque eu não sei muito bem qual vai ser a posição deste governo relativamente as AEC.” (Entrevistada E)

## Grelha 6

### Presidente do “Município dos Montes”

#### Tema 1 – Gestão financeira das AEC

Categorias	Unidade textual
Verba transferida pela DREC sobre o pagamento dos Professores das AEC	“As AEC são comparticipadas pelo Ministério da Educação. A verba que nós gastamos é o Ministério da Educação nos dá e é suficiente para pagar as AEC... depois, em termos de equilíbrio financeiro... a Câmara, em relação às AEC suporta um conjunto de despesas que são diferentes do pagamento porque os pagamentos dos professores... são pagos pela Direção Regional da Educação e o Ministério da Educação. Tem é outras despesas que são despesas de transportes. Porque se nós temos os alunos com expressão físico-motora no pavilhão são transportados. Há um conjunto de despesas que são de responsabilidade da Câmara Municipal mas quando nós entramos no projeto devemos saber os custos e neste momento sabendo que há uns cortes brutais... Que as autarquias por exemplo, em relação a 2009 e em relação a 2011... em 2012 esta autarquia tem menos de três milhões de euros, o que é significativo e isso baralha às vezes algumas coisas.” (Entrevistado F)

#### Tema 2 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com a empregabilidade	“As AEC que têm uma visão de uma escola global... têm uma coisa positiva é que dão trabalho a um conjunto de professores que neste momento estariam desempregados, que não teriam colocação. Logo aí para mim é a principal razão para existirem.” (Entrevistado F)
Desvantagens	Em relação à organização do Programa das AEC	“Eu tenho algumas dúvidas de como as AEC são organizadas. Eu era professor mas também fui presidente de uma escola onde tive responsabilidades e eu tive um modelo na minha escola muito mais avançado que as AEC. Em 99 já o tinha onde era Presidente no Terceiro Agrupamento dos Montes e na minha opinião eles deveriam estar, e sou crítico a sua forma organizada como elas estão porque deveriam estar organizadas não a nível do município deveriam ser uma competência do Ministério direto e essa competência direta deveria ser dada aos diferentes agrupamentos e cada agrupamento com o seu quadro de professores daria essas AEC e teria muito sentido porque teria uma forte ligação. Como eu disse, já ressaltai um aspeto positivo das AEC que é os professores estarem mas eu acho que as AEC servem sobretudo... que servem para fazer uma coisa que eu não posso concordar... que estas AEC devam estar integradas nos agrupamentos e deveriam contar no horário letivo dos professores que lá estão nas diferentes áreas de expressão. As escolas têm professores de inglês, de música e de Educação Física e nas diferentes áreas e eu já tive este modelo.” (Entrevistado F)
	Relacionadas com o isolamento das AEC	“As AEC funcionam às vezes como uma forma de uma ilha dentro de um determinado modelo e de um determinado projeto educativo e as AEC não deveriam funcionar numa forma de uma ilha, e deveriam funcionar numa forma muito mais... ela faz-se a articulação com as direções dos agrupamentos. As AEC têm feito um esforço mas por exemplo eu dou um exemplo... para isso as AEC tinham que reunir com os Coordenadores dos Departamentos para se discutir toda uma planificação e que não é feita por isso há aqui um grande trabalho e não acho que estas AEC sejam um modelo de sucesso.” (Entrevistado F)

### Tema 3 – Descentralização de competências no domínio da educação

Categorias	Unidade textual
Limitação económica impede a abrangência de outras competências por parte dos municípios	<p>“O município tem capacidade para abarcar. Mas, a nossa experiência e os municípios que abarcaram outras competências percebemos que o Estado Central gosta de delegar competências e dar-lhe meios nos primeiros anos e depois retira-lhos e isto cria um desequilíbrio estrutural e aquilo que eu tenho visto da minha parte no município, o Ministério da Educação já várias vezes me chamou a reuniões a dizer se eu queria tomar conta do parque escolar por exemplo das diferentes escolas do concelho e eu sempre me neguei porque tenho a experiência de outros presidentes da camara a quem assinaram protocolos de delegação de competências. Deram-lhes meios os primeiros e segundos anos e ao terceiro ano depois deixaram-lhes de lhe dar e depois as Câmaras que se desenrasquem que é o termo. Por isso mesmo, o estado central deve fazer uma coisa: a educação é um dever do estado central e deve criar os meios para que haja um bom ensino. Nós temos e tínhamos capacidade mas não para sermos enganados e não constantemente como temos vindo a ser enganados por esse governo central e eu da minha parte do município, não estou disponível para isso como já disse. Não só deste ministro mas da ministra anterior e a outros ministros. E vejo lá muitos presidentes de Câmara que hoje querem mudar outra vez competências que fizeram e andam em tribunal porque as querem devolver e agora ninguém lhes as quer receber. E por isso, acredito que essas pessoas foram enganadas, foram de boa-fé porque ninguém quer prejudicar o seu município quando há deveres que pertencem ao governo, esse deveres devem estar bem delimitados o que é que é municipal, o que é são responsabilidades do município. Também na área da educação temos um conjunto de responsabilidades e que nós abarquemos o pré-escolar, o 1.º Ciclo, um conjunto de responsabilidades desde subsídios aos alunos e por isso neste momento não estou disponível para receber competências mesmo que no primeiro ano venham acompanhados de meios porque duvido muito que no segundo ou terceiro venham acompanhados dos mesmos meios.”</p> <p>(Entrevistado F)</p>

### Grelha 7

#### Coordenadora do 1.º Ciclo do “Primeiro Agrupamento dos Montes”

##### Tema 1 – A implementação das AEC

Categorias	Unidade textual
Dificuldades na implementação	<p>“Quando foi a implementação disto das AEC foi um ano extremamente difícil porque também era uma coisa nova e na questão dos horários tivemos que flexibilizar logo desde o início e foi muito controverso até ao nível dos Encarregados de Educação e da associação de pais porque havia aulas no meio dos tempos letivos... começavam as atividades letivas depois havia uma AEC depois continuavam tudo por exemplo no período da manhã e no período da tarde e tudo isso foi muito polémico, desgastante e difícil de aguentar neste primeiro ano.” (Entrevistada G)</p>
O agrupamento completa o horário de um dos seus professores de Educação Física com as AEC	<p>“Já houve um ou dois anos em que tivemos um professor ao nível da Educação Física do agrupamento que como não tinham horário completo, completamos depois com as horas das AEC mas nós nunca fomos promotores porque com a Câmara atual tanto com a anterior sempre houve parceria e boa coordenação entre as partes e nunca houve quaisquer problemas tem sido sempre a Câmara.”</p> <p>(Entrevistada G)</p>

##### Tema 2 – Atividades

###### Informações relevantes:

**Número de professores das AEC** - “Há 17 professores.” (Entrevistada G)

**Número de professores no total** – “18 educadores de infância, 34 professores do 1.º Ciclo, 45 professores do 2.º Ciclo e 34 professores do 3.º Ciclo.” (Entrevistada G)

**Número de alunos** – “1295 alunos nos vários graus de ensino, isto é, 220 alunos no pré-escolar, 466 alunos no 1.º Ciclo, 317 alunos no 2.º Ciclo e 292 alunos no 3.º Ciclo com os CEF.” (Entrevistada G)

**Número de estabelecimentos escolares** – “uma EB 2/3º Ciclo, 12 jardins de infância, 9 escolas do 1.º Ciclo.” (Entrevistada G)

Categorias	Unidade textual
As AEC propostas diferem nas escolas do Agrupamento	“As AEC são Música, Inglês, Atividade Física e Desportivas e tivemos nos primeiros anos TIC em todas as escolas do agrupamento e quando começou a haver, isto há uns dois ou três anos, falta de professores de Música e que não havia candidatos para os horários todos tivemos que substituir o ensino de Música em algumas escolas pelas Expressões. Este ano letivo, nós optámos só por TIC ao nível desta escola e nas outras escolas da periferia pelas expressões. Este ano até tem outra nomenclatura que é atividades lúdico-expressivas. O TIC que era desenvolvido nas outras escolas, enquanto houve os Magalhães, as professoras conseguiram dar alguma coisa de TIC mas nós sabemos que as escolas do 1.º Ciclo não estão apetrechadas como deve ser ao nível de meios, de computadores e como havia poucos computadores para tantos alunos. Optamos então por não dar TIC às escolas da periferia. A escola do <i>Concelho dos Montes</i> tem porque quando foi construída construíram logo uma sala de TIC que tem vinte computadores e é logo uma mais-valia para a escola e foi essa razão de mantermos o TIC.” (Entrevistada G)
Adesão quase total	“Foi sempre quase 99,9%. Nos primeiros anos foi um pouco mais complicado mas a adesão ao nível do nosso concelho tem sido muito bom.” (Entrevistada G)
Pouca flexibilização	“O primeiro ano foi extremamente difícil porque foi uma coisa nova mas de ano para ano tem-se melhorado a distribuição da carga horária ao nível das AEC. Então optámos por fazer sempre ou no período da manhã ou no período da tarde e sempre aos primeiros e últimos tempos para não haver interrupção das atividades letivas.” (Entrevistada G)
Maior flexibilização dos horários devido à falta de professores	“Tivemos aqui ao nível do concelho... Conseguíamos os professores porque tínhamos horários muito completos com 18, 20, 22 e até 24h de tempos letivos. Esses horários eram bons mas ao nível dos titulares de turma foi difícil de aceitar porque a opinião generalizada de todos os professores do 1.º Ciclo era que essas atividades realmente devem ser após as atividades letivas, das 15h30 às 17h30 só que ao longo destes anos detetamos que quanto menor for a carga horária de um professor da AEC, menos possibilidades temos que esse professor aceite o horário e isso faz com que depois não tenhamos recursos humanos suficientes para assegurar as crianças durante aqueles tempos letivos das AEC. Então os horários têm vindo a adaptar-se à realidade do 1.º Ciclo. Atualmente temos os horários muito reduzidos de que também implica mais professores das AEC, o que também faz com que não sejam aceites pelos candidatos. Então tentamos flexibilizar o menos possível. As escolas da periferia têm a atividade física e desportiva da parte da manhã e depois tem uma ou duas das outras flexibilizadas. A escola Sede do <i>Agrupamento dos Montes</i> tem a educação física toda da parte da tarde porque são muitos alunos e turmas e têm que ter um critério diferente das outras escolas que são muito mais pequenas. Mas é tomada em conta a nova medida de flexibilidade que consta no Despacho. Mas nalgumas tivemos que flexibilizar mais nunca ultrapassando as três porque senão estávamos sujeitos a não ter os professores das AEC.” (Entrevistada G)

### Tema 3 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Boa articulação com o município	“Sempre tivemos muito boas relações ao nível das Vereadoras. Tanto como a atual Vereadora tanto como a anterior sempre, houve muito bom relacionamento, até na elaboração dos horários houve até cooperação. Como este agrupamento é muito grande é difícil encaixar os tempos todos e então para fazer. Tem havido uma boa coordenação e cooperação não havendo qualquer tipo de imposição da parte da câmara, estes estão sempre abertos.” (Entrevistada G)

Supervisão e avaliação efetuada pelos professores Titulares de Turma	“Há uma supervisão por parte dos Titulares de Turma. Tem havido uma boa articulação de ano para ano e melhorado neste aspeto. A articulação e avaliação são feitas ao nível com o conjunto geral com os titulares de turma periodicamente.” (Entrevistada G)
--	--

#### Tema 4 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Existência de articulação dos Projetos Educativos Locais do município com as AEC	“Com as AEC, temos a contribuição dos professores de música, vamos ter o festival infantil da canção. Ultimamente não tem feito, mas tem havido o sarau gímnico assim como nos primeiros anos, o dia das AEC, tem havido no dramatizando, as jornadas de teatro, na feira do livro. Ao nível do agrupamento temos uma grande atividade de final de ano que é o arraial beirão que é um convívio com o toda a população discente e educativa, os encarregados de educação e onde há a presença das AEC tem como qualquer outro departamento tem a sua sala para fazer a sua exposição e onde eles também participam nas atividades lúdicas ou artísticas que apresentamos nesse dia. A câmara promove atividades em que tudo está interligado com as AEC. No ano passado a Câmara fez a replantação da área ardida, porque temos numa zona de muitos fogos, então no ano passado e há dois anos, a Câmara promoveu uma atividade pela primavera em que levou todas as crianças ali em cima a serra do colcurinho para replantar e fazer a reflorestação da área ardida. A Câmara participou e cooperou na semana da leitura na biblioteca, ao nível de visitas de estudo atribui um plafond de quilómetros para nós usufruirmos ao nível de deslocações para visitas desde o pré-escolar ao 1.º Ciclo. As vezes também há exposições que a camara também colabora. Há uma grande cooperação entre o agrupamento e a camara a todos os níveis.” (Entrevistada G)

#### Tema 5 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com as necessidades dos pais	“Está provado que as AEC foram implementadas em função das necessidades dos Encarregados de Educação. As crianças estavam das 9h às 15h30 agora estão até às 17h30 por causa das necessidades das famílias.” (Entrevistada G)
	Relacionadas com os alunos	“Nós temos achado ultimamente, é que é uma mais-valia para as crianças porque nem todas tinham acesso por exemplo, ao Inglês. Só quem tinha era quem estava em grandes centros urbanos ou que estavam em ATL particulares que davam essas valências.” (Entrevistada G)
	Relacionadas com os professores do 1.º Ciclo	“Para eles também acho que é uma mais-valia, porque a nível das Expressões, a nível da Música apesar de fazerem parte do Programa deles, da área curricular, eles rentabilizam mais esse tempo para essas áreas que são essenciais, que são a Língua Portuguesa, a Matemática e o Estudo do Meio. Apesar de também se sumariar e planifica e que não o façam também e até têm a obrigatoriedade de os fazerem mas até se valem das AEC para colmatar essas falhas” (Entrevistada G)
Desvantagens	Relacionadas com a dificuldade de recrutamento dos professores das AEC	“Eu sou apologista das AEC e também preferia que elas fossem todas da parte da tarde para as crianças se libertarem só que não há possibilidade porque se é tudo da parte da tarde, os professores ficam com os horários das AEC muito reduzidos e depois da maneira como estão as coisas é difícil eles aceitarem porque praticamente, hoje, eles até pagam para trabalhar porque o que conta é o tempo de serviço.” (Entrevistada G)
	Relacionadas com os alunos	“Também sou da opinião que hoje as crianças passam demasiado tempo na escola. Eu sempre defendi muito as AEC realmente defendi mais porque talvez tenha uma perspetiva totalmente diferente dos meus colegas que estão no 1.º Ciclo.” (Entrevistada G)



	Relacionadas com a indisciplina dos alunos	"Hoje em dia as crianças são demasiadas irreverentes, rebeldes e indisciplinadas e tomam logo o pulso ao professor e eles têm muitas vezes dificuldade de os controlar, nesse aspeto. Ao nível do aproveitamento não se nota muito porque até são atentos. Mas ao nível do comportamento é muito difícil apesar de, haver um contrassenso porque os Encarregados de Educação gostarem de ver as notas e a avaliação dos seus filhos nas AEC mas em contrapartida não lhes inculcem o sentido de respeito que o filho podia ter numa atividade de AEC." (Entrevistada G)
	Relacionadas com a desvalorização das AEC por parte dos pais	"Ao nível do comportamento, os professores das AEC transmitem-me que o feedback que me dá é muito negativo e eu também vejo. Eu acho que isso também é influência dos encarregados de educação porque não inculcem nos filhos que o professor das AEC é igual ao professor titular de turma deles." (Entrevistada G)
	Relacionadas com a organização e o carácter facultativo das AEC	"Acho é que as AEC deviam era fazer parte do currículo normal do aluno. Deveria haver outra distribuição do tempo letivo no 1.º Ciclo de maneira a que as AEC fossem incluídas também na componente letiva. Mas penso que é difícil enquanto não estiver tudo em centros educativos em que se possa fazer um horário ao nível do 2.º Ciclo... mas as AEC não deveriam ser facultativas porque os pais e as crianças ainda levam isto a brincar e alguns pais talvez não inculcam nos seus filhos o espírito de respeito que devem ter para os titulares de turma." (Entrevistada G)

#### Tema 6 – Balanço das AEC no Agrupamento

Categorias	Unidade textual
Aspetos a melhorar nas estratégias utilizadas por parte da entidade promotora	"Acho que devia ser dado mais recursos, ao nível de recrutamento e é tudo da total responsabilidade da Câmara, e o Ministério da Educação deveria ser mais compassivo ao nível dos recursos dando mais recursos humanos. Havia de haver um professor ou dois professores ou um em cada área, tipo é uma bolsa de professores porque nós muitas vezes sentimos dificuldades em assegurar as ausências que os professores as vezes são obrigados a fazer nomeadamente quando há frequências porque temos professores trabalhadores estudantes. Tem sido extremamente difícil assegurar as turmas. Portanto, haveria de haver mais recursos pedagógicos e humanos, agora ao nível da coordenação da Câmara tem corrido bem." (Entrevistada G)

#### Tema 7 – Descentralização de competências no domínio da educação

Categorias	Unidade textual
Desacordo com a abrangência de outras competências educativas por parte dos municípios	"Para além das AEC, a Câmara Municipal já tem outras responsabilidades, no que se refere por exemplo a parte física da escola, as assistentes operacionais do pré-escolar, ao nível dos almoços no pré-escolar e no 1.º Ciclo. Mas não concordo que outras competências, por exemplo no domínio da contratação de professores do 1.º Ciclo e até acho que as AEC deveriam passar todas para os agrupamentos. Ao nível da parte pedagógica, ao nível da contratação de professores deveriam passar para o ministério e ao nível da parte física deveria se manter na camara. Mas enquanto as AEC não tiverem sentido obrigatório, é difícil. Nós aqui nunca tivemos problemas de adesão nas AEC mas na escola do centro de oliveira tivemos muitas dificuldades com os pais, logo ao início porque efetivamente muitos pais só queriam as atividades após as 3h30 e logo aí a adesão não seria tanta como agora temos." (Entrevistada G)

## Grelha 8

### Coordenadora do 1.º Ciclo do “Segundo Agrupamento dos Montes”

#### Tema 1 – A implementação das AEC

Categorias	Unidade textual
Recetividade do projeto das AEC por parte do município	“Este agrupamento nunca foi entidade promotora sendo sempre a Câmara Municipal a entidade promotora.” (Entrevistada H)

#### Tema 2 – Atividades

##### Informações relevantes:

**Número de professores das AEC** - “4 Professores das AEC” (Entrevistada H)

**Número de professores no total** – “são cerca de 48.” (Entrevistada H)

**Número de alunos** – “294 alunos, no jardim de infância estão matriculadas 46 crianças, no 1.º Ciclo estão 109 crianças, no 2º Ciclo são 59 crianças e no 3.º Ciclo existem 80 com os Cursos CEF.” (Entrevistada H)

**Número de estabelecimentos escolares** – “três jardins de infância, duas escolas do 1.º Ciclo e uma escola EB 2/3º Ciclo, sendo uma Escola Básica Integrada.” (Entrevistada H)

Categorias	Unidade textual
Ausência da AEC de Expressões no Agrupamento	“As atividades são o ensino da Música, TIC, Inglês e Atividade Física e Desportiva não havendo Expressões. ... Mas também temos aqui educação moral e religiosa católica que não sei se podemos aqui considerar uma AEC porque é assim a escola da <i>freguesia dos Montes</i> tem um horário alargado e diferente do nosso aqui, há necessidade de preenchimento desse tempo. E então tem Educação Moral Religiosa Católica que nós aqui não temos porque saímos a um quarto para as 5 horas. Essa disciplina é dada por um professor do agrupamento e foi a melhor forma encontrada nos últimos anos para colmatar aquele tempo que é necessário utilizar.” (Entrevistada H)
Adesão	“Frequentam todos os alunos.” (Entrevistada H)
Pouca flexibilização	“Algumas decorrem de manhã, a Atividade Física e Desportiva em algumas turmas e não houve possibilidade de elas acontecerem todas após as 15h45.” (Entrevistada H)

#### Tema 3 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Boa articulação com o município	“Até agora não temos verificado nenhum constrangimento porque é assim, tem havido articulação desde o início do ano letivo, também ate na preparação do ano letivo aqui ao nível do agrupamento, tivemos sempre conhecimento daquilo que eram as grandes orientações ao nível da Câmara municipal. E portanto através dos colegas das AEC fizemos reuniões de conselho de docentes com os titulares de turma, com o elemento da direção com os dinamizadores das AEC. Mesmo até em relação à adoção dos documentos de avaliação que foram propostos pela entidade promotora e que depois aqui foram analisados em conselho de docentes, foram introduzidas as alterações consideradas necessárias, já no ano passado tinha sido assim, depois foram aprovado em pedagógico assim como as programações também foram apresentadas em conselho de docentes, foram depois analisadas e no final apresentadas e aprovadas em conselho pedagógico. Não me parece que tenha havido até agora constrangimentos que sejam dignos de registo. Da minha parte não, da parte do colega que tem estado ainda mais envolvido e que não se encontra presente também pelo feedback que tenho tido e também temos uma estreita colaboração, também não temos sentido isso.” (Entrevistada H)

Supervisão e avaliação efetuadas pelos Titulares	“Cada Titular de Turma tem uma hora semanal para a supervisão e falo de uma forma, digamos que, ajustada aquilo que são as necessidades na altura. Ele rentabiliza da seguinte forma... uma semana faz com uma AEC, outra semana faz com outra AEC. Não é rígido há uma certa flexibilidade para o fazer mas tem uma hora semanal que é a hora do apoio, que habitualmente era a hora de estabelecimento, em que faz essa supervisão. Para além do mais em relação à avaliação das AEC, os colegas estão presentes na reunião de avaliação e nessa reunião é feita a avaliação do trabalho realizado em cada uma das turmas mas também é feita avaliação das AEC no seu todo ao nível do agrupamento. Essa avaliação é feita pelos dinamizadores mas também pelos titulares de turma, trimestralmente.” (Entrevistada H)
--	--

#### Tema 4 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Existência de articulação dos Projetos Educativos Locais do município com as AEC	“Temos várias atividades promovidas pela Câmara Municipal tais como a feira do livro, o festival da canção, as marchas em que nós costumamos participar e convidados tal como exposições que realizam ao longo do ano. Nestas atividades, muitas vezes é até a Câmara Municipal que canaliza as AEC nessa altura para terem uma ação ainda mais efetiva na dinamização das atividades... para além da programação que trazem a nível de atividade, eles participam sempre nas atividades do plano anual e sempre que necessário que o Professor Titular de Turma considere pertinente uma participação mais estreita do colega da AEC em algum conteúdo que estejam a tratar, essa intervenção e participação articulada é feita. Mas basicamente, aqui para além daquilo que são as atividades programadas pelos colegas tem a ver com a participação deles mais alargada no âmbito do plano anual. A Câmara Municipal tem também algumas atividades que nos propõe realizar ao longo do ano como a feira do livro entre outras, e muitas vezes há um contributo muito significativo dos colegas na dinamização das atividades.” (Entrevistada H)

#### Tema 5 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Desvantagens	Relacionadas com os professores Titulares de Turma	“É um Programa que nos tem criado a nós, Titulares de Turma, algumas dificuldades desde altura em que foram implementadas. Primeiro porque até passar a imagem daquilo que era a sua importância, o seu objetivo até junto dos alunos e Encarregados de Educação. Tornaram-se atividades que às vezes eram potenciadoras de alguma indisciplina, de algum comportamento menos adequado. E as vezes também o trabalho dos dinamizadores também era muito complicado. Numa fase muito inicial, era difícil. E nós o que fomos fazendo, foi encontrando formas, até mesmo na reunião de apresentação do ano letivo, de apresentar as AEC aos Encarregados de Educação, porque eles têm que autorizar a participação e depois de lhes fazer chegar a importância de uma participação regular nas AEC e da colaboração dos Encarregados de Educação mesmo a nível de materiais e etc.” (Entrevistada H)
	Relacionadas com os alunos	“Mas ainda assim considero que é uma grande sobrecarga para os alunos porque eles ficam muito tempo nos mesmos espaços. As aulas acabam e as atividades quase sempre ocorrem na sala de aula e torna-se muito desgastante pelos alunos. Acho que esta minha opinião é muito consensual.” (Entrevistada H)

	Relacionadas com o envolvimento dos professores das AEC	“As atividades na minha perspectiva têm como principal problema o facto de... não tem a ver com a participação massiva ou não dos alunos mas com o facto de obrigar os alunos a estarem muito tempo no mesmo espaço. E nem sempre são atividades muito diferentes daquelas que organizam durante o dia e nesse sentido é que eu acho que é muito massacrante para os alunos... prolonga em demasia o tempo deles na escola e nisso eu acho contraproducente mais do que todo o resto para mim, é isso. É claro que nalguns casos ou nalgumas atividades, pelo dinamizador em si, pelo que de pessoal lhe dá, ao seu desenvolvimento, nalguns casos funciona melhor, noutros funcionam pior. As vezes há uma ou outra dificuldade, pela experiencia que tenho também de outros agrupamentos, por parte de um ou outro miúdo em integrar-se também a aguentar aquele tempo todo na escola, em considerar a importância do trabalho que estava a fazer mas é pouco significativo, considero é que é muito tempo no mesmo espaço, demasiado.” (Entrevistada H)
--	---	--

#### **Tema 6 – Balanço das AEC no Agrupamento**

<b>Categorias</b>	<b>Unidade textual</b>
Evolução positiva	“Portanto a imagem das AEC tem sido alterada, ou melhor elas até têm conseguido com os anos, pelo menos aqui no agrupamento, uma importância maior, também pelos dinamizadores também, pela forma articulada como as atividades decorrem, têm conseguido atingir objetivos que no seu início era mais difícil atingir. Eu já estive em mais de um agrupamento e não notei dificuldades na adesão dos alunos nestas atividades. Muitas vezes também é porque nós quando apresentamos as atividades também temos o cuidado de sensibilizar os pais para importância da participação dos seus educandos.” (Entrevistada H)

#### **Tema 7 – Descentralização de competências no domínio da educação**

<b>Categorias</b>	<b>Unidade textual</b>
Desacordo com a abrangência de outras competências educativas por parte dos municípios	“Tem os seus riscos, falta a clareza nesse envolvimento e pode nos pôr muito em causa a nós. Não sabemos que critérios é que muitas vezes estão subjacentes a determinadas escolhas e eu acho que isso pode ser preocupante... eu acho que isso pode trazer alguns inconvenientes. As vezes penso que a ideia que fica é que nem tudo nos parece tao claro na seleção em relação as critérios definidos, na seleção das pessoas, dos dinamizadores. Às vezes isso torna-se complicado mas acho que isso é um problema que eles sentem mais que nós. Acho que nós, professores titulares de turma e as escolas em si, e digamos que estamos mais afastados e somos mais envolvidos quando sentimos dificuldade em que uma atividade tenha um dinamizador que a vez seja mais difícil arranjar. Mas são questões que nos ultrapassam mais.” (Entrevistada H)

### **Grelha 9**

#### **Diretor do “Terceiro Agrupamento dos Montes”**

##### **Tema 1 – A implementação das AEC**

<b>Categorias</b>	<b>Unidade textual</b>
Recetividade do projeto das AEC por parte do município	“O ano de adesão foi logo desde o primeiro ano em 2006/2007, julgo eu, portanto foi logo desde do início que nós aderimos ao Programa. O agrupamento nunca foi uma entidade promotora porque o agrupamento é um agrupamento pequeno com poucos horários e com poucas horas e portanto, julgo eu que não fazia muito sentido e nunca houve nenhuma causa para sermos uma escola promotora no âmbito das AEC... a única entidade parceira é a Câmara Municipal.” (Entrevistado I)

## Tema 2 – Atividades

### Informações relevantes:

**Número de professores das AEC** - “São 6 professores ...” (Entrevistada I)

**Número de professores no total** - “60 nos vários graus de ensino.” (Entrevistada I)

**Número de alunos** - “352 alunos. No jardim de infância estão matriculadas 51 crianças, no 1.º Ciclo estão a frequentar 105 alunos, no 2.º Ciclo são 60 e no 3.º Ciclo existem 136 com os CEF.” (Entrevistada I)

**Número de estabelecimentos escolares** - “4 jardins de infância, 3 escolas do 1.º Ciclo, incluindo e uma Escola Básica com 2.º e 3.º Ciclo sendo uma Escola Básica Integrada.” (Entrevistada I)

Categorias	Unidade textual
AEC propostas	“Em que há dois professores por cada atividade de Inglês, Música e Educação Física.” (Entrevistado I)
Adesão	“Há praticamente 100% de adesão, logo é o universo todo do 1.º Ciclo.” (Entrevistado I)
Flexibilização	“Estas decorrem preferencialmente após a componente letiva ou seja após as 3h30 à exceção um dia em que há atividades de manhã mas há essa indicação que elas decorram após a componente letiva no entanto, há uma ou outra situação em que elas funcionam de manhã. Este novo despacho regulamente isso mas no entanto, nós esta flexibilização é um pouco condicionada ou seja nós preferencialmente colocamos sempre a partir das 3h30. Há algumas situações em que de todo não seja possível, passará para de manhã. Mas catalogando em 100%, temos depois das 3h30, 75% das atividades e 25% antes para de manhã.” (Entrevistado I)

## Tema 3 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Articulação com o município	“Existe uma parceria bastante positiva ao nível das AEC, não há constrangimentos nem dificuldades absolutamente nenhuma. Vai havendo uma boa articulação com a realização de algumas reuniões. E não há problemas de maior.” (Entrevistado I)
Supervisão e avaliação	“Esta existe ou seja, em primeiro lugar há reuniões frequentes com o responsável da direcção, com os professores das AEC. Depois existe uma supervisão por parte dos Professores Titulares com os professores das AEC. Portanto há essa articulação entre os Professores Titulares e os professores das AEC e a direcção do agrupamento e os professores das AEC também.” (Entrevistado I)

## Tema 4 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Projetos locais do município	“O município tem um papel extremamente positivo com este agrupamento portanto há todo um conjunto de atividades que são organizadas pelo município no qual a escola participa ativamente. Há uma boa articulação, há um conjunto de reuniões onde são debatidos todo este conjunto de atividades a realizar em parceria com o município. Não há problemas, aliás todas estas atividades têm em conta as expectativas dos alunos e objetivos naturalmente e a escola é sempre ouvida e tida em conta relativamente a essas atividades que pretendem realizar.” (Entrevistado I)
Articulação do Projeto Local com as AEC	“Há vários, vai haver a feira do livro, vai haver um conjunto de atividades nos quais os professores das AEC e este agrupamento está inserido nomeadamente o festival da canção, as marchas populares e portanto há todo um conjunto de atividades que estão inseridas no plano anual de atividades e que têm a responsabilidade do município no qual a escola adere e participa.” (Entrevistado I)

### Tema 5 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com as atividades	“Agora eu considero que as AEC são extremamente importantes e portanto a experiência que nós temos tido nestes anos de implementação deste projeto é bastante positivo. Hoje já não vemos uma escola sem as AEC ao nível do 1.º Ciclo.” (Entrevistado I)
Desvantagens	Relacionadas com a responsabilização pelo recrutamento dos professores das AEC	“Agora o que me parece que poderia haver, e isso é uma situação que eu já desde o início refiro, que é o facto de os professores serem da responsabilidade do agrupamento ou seja havia um crédito de horário atribuído a cada agrupamento para atribuir essas horas a professores e ser o próprio agrupamento responsável pela colocação destes professores. E portanto nessa medida acho que a meu ver deveria ser corrigido no futuro.” (Entrevistado I)

### Tema 6 – Balanço das AEC no Agrupamento

Categorias	Unidade textual
Evolução positiva	“Tem havido uma evolução muito positiva. Inicialmente pode ter havido por parte dos alunos uma interiorização de que as coisas eram para brincar, passo a expressão, no entanto hoje em dia, toda a comunidade, nomeadamente os alunos e Encarregados de Educação dão uma importância bastante positiva às Atividades de Enriquecimento Curricular. Tem havido ao longo destes anos essa melhoria no entendimento do conceito do que são propriamente as AEC e portanto as coisas estão bem interiorizadas e já fazem parte do dia-a-dia escolar dos alunos. Não há problemas significativos há registar.” (Entrevistado I)

### Tema 7 - Descentralização de competências no domínio da educação

Categorias	Unidade textual
Desacordo com a abrangência de outras competências educativas por parte dos municípios	“Há vários tipos de competências, aqui ao nível das AEC há a competência pedagógica também é da responsabilidade da escola e julgo que nesse particular o município não pode ter algum tipo de interferência. Portanto há questões pedagógicas que é única e exclusiva responsabilidade da parte da escola, da parte dos órgãos da escola, nomeadamente os departamentos e que têm supervisão do conselho pedagógico. Relativamente a essa questão da competência pedagógica, não... o município não teria... mas mesmo da seleção deveriam ser por parte do agrupamento escolar.” (Entrevistado I)

## Grelha 10

### Diretor do “Quarto Agrupamento dos Montes”

#### Tema 1 – A implementação das AEC

Categorias	Unidade textual
Recetividade do projeto das AEC por parte do Município	“Temos desde do primeiro ano que foi implementado. Mas o agrupamento nunca foi entidade promotora do Programa sendo o município sempre a entidade promotora. Existe um protocolo estabelecido entre o agrupamento e o município para esse efeito.” (Entrevistado J)
Benefícios da contratualização com o Município	“As competências que vão para o município é como entidade promotora, poderia ser a escola ou outras entidades. Para nós é preferível que seja o município porque têm outras responsabilidades ao nível do 1.º Ciclo e pré-escolar com a alimentação e com apoios da ação social escolar. De maneira que é preferível que sejam eles.” (Entrevistado J)

## Tema 2 – Atividades

### Informações relevantes:

**Número de professores das AEC** - “São dois de Inglês, dois de Atividade Física, um de Música e outro de Expressões.” (Entrevistado J)

**Número de professores no total** – “47 professores dos vários graus de ensino”. (Entrevistado J)

**Número de alunos** – “263 alunos matriculados, 34 crianças frequentam o pré-escolar, 101 crianças o 1.º Ciclo e no 2.º e 3.º Ciclo 128 alunos a contar com os CEF.” (Entrevistado J).

**Número de estabelecimentos escolares** – “três jardins de infância, três escolas do 1.º Ciclo, uma Escola Básica com 2.º e 3.º Ciclo.” (Entrevistado J)

Categorias	Unidade textual
Ausência de TIC	“Atividade Física, Inglês, Música e Expressões.” (Entrevistado J)
Adesão quase total	“Todos frequentam são cerca de 102 ou 104 alunos.” (Entrevistado J)
Abrangência	“Todas as escolas do agrupamento têm as AEC sem exceção.” (Entrevistado J)
Pouca flexibilização	“No que se refere aos horários, há pouca flexibilização há duas ou três situações em que há uma aula em que é às 9h, as outras é tudo a partir das 15h30.” (Entrevistado J)

## Tema 3 – operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Boa articulação com o município	“Quanto à articulação entre a Câmara e a escola, esta existe, não vejo aspetos negativos, de uma forma geral as coisas correm bem. Não há constrangimentos nem problemas que afetem de alguma forma a articulação.” (Entrevistado J)
Supervisão efetuada pelos professores Titulares de Turma e avaliação	“A supervisão é feita pelos Professores Titulares de Turma a avaliação também é feita pelos professores em que é feito um relatório para o Conselho pedagógico que o aprecia e no final do ano também é feita uma avaliação no Conselho geral. Há reuniões de supervisão feitas semanalmente.” (Entrevistado J)

## Tema 4 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Existência de articulação dos Projetos Educativos Locais do município com as AEC	“O município apoia financeiramente outras atividades que a escola Programa sendo o teatro, a feira do livro, as marchas populares e depois o festival da canção. A participação do município nas atividades tem a ver com apoios a diversos níveis principalmente financeiro.” (Entrevistado J)

## Tema 5 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com os alunos	“A vantagem como diz o nome é o enriquecimento dos alunos e é a diversos níveis e também a sua ocupação em atividades que os possam de alguma forma, ajudar nas restantes aprendizagens.” (Entrevistado J)
Desvantagens		“Inconvenientes, para já não há porque os alunos participam todos logo é porque os pais entendem que é útil e a escola também.” (Entrevistado J)

## Tema 6 – Balanço das AEC no Agrupamento

Categorias	Unidade textual
Mesmos resultados obtidos que no início da implementação das AEC	“Aqui sempre participaram todos... às vezes excecionalmente há algum que por algum motivo sai mas de uma forma geral participaram sempre todos.” (Entrevistado J)

### Tema 7 – Descentralização de competências no domínio da Educação

Categorias	Unidade textual
Desacordo com a abrangência de outras competências educativas por parte dos municípios	“Todas as que têm são as suficientes são ao nível do 1.º Ciclo e pré-escolar, não é só AEC, são transportes alimentação, livros e ação social escolar, entre outros. E para mim são as suficientes porque a partir daí entramos num processo de municipalização da educação, acho que em muitos países já deu mau resultado e então é melhor não irmos por aí e acho que assim está bem.” (Entrevistado J)

### Grelha 11

#### Vereador do Departamento de Educação do “Município dos Rios”

##### Tema 1 – O Município e as AEC – Implementação

Categorias	Unidade textual
Responsabilização do projeto das AEC pelo município	“O Município dos Rios desde o lançamento do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular que abrange os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico assumiu o papel de entidade promotora do próprio Projeto.” (Entrevistado k)
O Município dos Rios estabelece Protocolos com entidades parceiras	“Enquanto promotor do Programa, o dos Rios estabeleceu parcerias, a nível pedagógico, com o próprio agrupamento de escolas, e com Instituições Particulares de Solidariedade Social, locais, através da celebração de Protocolos de Cooperação, uma vez que também coube a estas Entidades procederem ao recrutamento de Docentes. Às IPSS eram transferidas verbas de acordo com as diretrizes emanadas pelo Ministério de Educação, por via de Protocolo de Cooperação.” (Entrevistado k)

##### Tema 2 – Modalidades de gestão das AEC

Categorias	subcategorias	Unidade textual
Entrega da sua execução ao Agrupamento de Escolas		“No entanto, no ano 2010/2011, esta autarquia prescindiu de assegurar a continuidade na qualidade de Promotora do Programa, tendo sido assumida a mesma pelo <i>Agrupamento dos Rios</i> ... a decisão da não continuidade como Promotor do Programa por parte desta Câmara, foi comunicada ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico e à Diretora Regional de Educação do Centro em 27 de janeiro de 2010.” (Entrevistado k)
Imperfeições do modelo das AEC impede a continuação da execução do projeto por parte do município		“Apesar do mérito inquestionável que reconhecemos ao Programa, o modelo de implementação do mesmo não permitiu assegurar o seu pleno sucesso, tendo sido identificados vários obstáculos ou estrangulamentos.” (Entrevistado k)
Constrangimentos e dificuldades sentidas	Relacionados com a flexibilização dos horários	“A prioridade ao regime da não flexibilização dos horários das Atividades de Enriquecimento Curricular impossibilita que um Docente consiga ministrar mais do que dez horas semanais, levando a uma situação precária, não permitindo a estabilização do próprio Corpo Docente. É certo que existem orientações no sentido de ser permitida a flexibilização de horários, mas registou-se uma forte oposição por parte dos Pais/Encarregados de Educação. Por outro lado, por diversas vezes, se verificou que bastou que numa turma existisse um aluno que não se encontrasse inscrito nas AEC e, conseqüentemente com direito a ter componente letiva entre as 9h00 e as 15h30 para que a flexibilização ficasse inviabilizada.” (Entrevistado k)



	Relacionados com a baixa remuneração dos docentes das AEC	“A reduzida remuneração aos Docentes, consequência da limitada carga letiva e do escasso financiamento por parte do Ministério da Educação ou Direção Regional de Educação do Centro, dificultaram, igualmente, a estabilidade de corpo docente.” (Entrevistado k)
--	---	--

*As perguntas relacionadas com o tema 3 – Atividades, o tema 4 – Operacionalização das AEC e o tema 5 – Gestão financeira das AEC, não se aplicam aqui porque o município não é atualmente a entidade promotora do Programa*

#### **Tema 6 – Políticas Locais de Educação**

Categorias	Unidade textual
Existência de um Projeto Educativo Local	“Sim” (Entrevistado k)
Existência do Conselho Municipal de Educação	“Sim e funciona por convocatória e ordem de trabalhos” (Entrevistado k)
Existência da Carta Educativa	“Sim” (Entrevistado k)

#### **Tema 7 - Balanço do Programa das AEC no Concelho**

Categorias	Unidade textual
Resultados positivos	“No presente ano letivo, em que o Agrupamento assumiu o papel de promotor, o processo tem funcionado com maior estabilidade. O feedback é positivo... atualmente o agrupamento é o promotor e assim deve continuar.” (Entrevistado k)

#### **Tema 8 – A importância das AEC**

Categorias	subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com os alunos	“O Programa tem mérito, ao permitir acesso a competências... Inglês, Música... a todos os alunos; quando tipicamente apenas estava disponível nas cidades para as famílias com capacidade financeira para pagar.” (Entrevistado k)
Desvantagens	Relacionadas com a estruturação das AEC	“Quanto ao modelo, parece-nos desajustado, porquanto reduz os municípios ao papel de passador de cheque.” (Entrevistado k)
	Relacionadas com a delegação da execução das AEC nos municípios	“De resto, não vislumbramos nenhuma razão para estas matérias não serem tratadas pelo Ministério da Educação porquanto existem questões pedagógicas incontornáveis.” (Entrevistado k)

### **Grelha 12**

#### **Presidente do “Município dos Rios”**

##### **Tema 1 – Gestão financeira das AEC**

Categorias	Unidade textual
Escassez da verba transferida para o Programa	“O Programa tem ou tinha limitações de essência económica; reduzida remuneração dos Docentes implicava instabilidade do corpo docente e não contemplava a verba para Auxiliares de Ação Educativa a cargo desta autarquia, que prestavam ou prestam apoio no tempo em que decorriam as AEC.” (Entrevistado L)

Limitações económicas do Programa não influenciaram a decisão do município em não ser promotor	“O município prescindiu há 2 anos de ser promotor. Essa decisão em nada teve a ver com aspetos financeiros.” (Entrevistado L)
--	--

### Tema 2 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Desvantagens	Em relação ao município	“O papel dos municípios é absolutamente redutor, apenas participando no recrutamento e pagamento dos professores. Tudo aquilo que é, objetivamente, educação mantém-se na esfera da escola, particularmente dos Agrupamentos de Escolas... Só existem inconvenientes em ser promotor.” (Entrevistado L)

### Tema 3 – Descentralização de competências no domínio da Educação

Categorias	Unidade textual
Modelo existente das AEC impede uma futura Municipalização da Educação	“Não, nos moldes em que foram implementadas.” (Entrevistado L)
Desacordo com a delegação de outras competências no domínio da educação	“Não faz qualquer sentido, tanto mais que só geraria ineficácia e ineficiência a um processo que funciona bem.” (Entrevistado L)

## Grelha 13

### Coordenadora do 1.º Ciclo do “Agrupamento dos Rios”

#### Tema 1 – A implementação das AEC

Categorias	Unidade textual
Aceitação por parte do agrupamento em ser entidade promotora	“A escola aderiu ao Programa no ano passado porque não houve autorização governamental e superior para celebrar protocolos ou parcerias com instituições que estavam no momento a executá-las ou promover este tipo de iniciativas... o agrupamento teve que tomar a promoção e execução das AEC.” (Entrevistada M)

#### Tema 2 – Modalidades de gestão das AEC

Categorias	Unidade textual
Inicialmente, o município é responsável pela execução das AEC estabelecendo alguns protocolos com entidades parceiras	“Nos anos anteriores foi a Câmara mas como houve alguns problemas nomeadamente faltas de professores e era um vai-e-vem de professores ... A entidade promotora desde o início foi a Câmara mas ela tinha delegado localmente a certas entidades. Por exemplo o <i>Concelho dos Rios</i> tinha delegado a sua execução na Santa Casa da Misericórdia, a <i>freguesia A</i> na IPSS, a <i>freguesia B</i> na IPSS. Só na <i>freguesia C</i> e na <i>freguesia D</i> é que estavam diretamente ligados. Entretanto, começa a haver problemas nomeadamente nas escolas mais pequenas e mais distantes, ou seja, os professores começam a concorrer e os horários eram muito pequenos porque não havia flexibilização e tinha no máximo 10 horas... começa a haver uma grande estabilidade para os professores e querem procurar melhor trabalho e vão deixando estes pequenos horários para procurar melhores condições. Depois em termos de Câmara, o processo de recrutamento e seleção é muito mais demorado e acontecia em que havia períodos em que estávamos a espera do

	concurso e acabamos por não ter aulas. Era um grande desgaste para as entidades promotoras e para as escolas, porque com quem é que ficavam os alunos... porque havia escolas que nem sequer tinham auxiliares a tempo inteiro e era muito complicado. Entretanto a Câmara "chateou-se" e achou que já não conseguia gerir as coisas bem." (Entrevistada M)
Entrega da totalidade das escolas com AEC à IPSS (Entidade Parceira do Programa)	"Entretanto a Santa Casa que já era a entidade promotora de algumas escolas e não na sua totalidade... acabou por assumir tudo. Como a Santa Casa tinha já alguma experiência, a escola propôs, então se a Câmara não quer, vocês querem ficar... E já têm experiência... ficam a gerir todo o concelho e na altura aceitaram o desafio... primeiro acharam que era muita coisa porque o <i>Concelho dos Rios</i> tudo bem, mas as escolas mais distantes e era mais difícil mas no entanto as coisas correram bem. Mas havia sempre aquele desconforto dos professores porque não havia contrato, era a recibo verde e isso tem algumas implicações em termos de alguns benefícios sociais." (Entrevistada M)
Arranque difícil das AEC no presente ano letivo devido aos constrangimentos na candidatura do agrupamento a entidade promotora com a execução de uma entidade parceira	"No ano passado então, o agrupamento estava na disposição em ser o promotor mas dar a execução a uma entidade parceira até porque já havia experiência e conhecimento e nós já tínhamos tanto trabalho para fazer que não nos importávamos nada de contratuar esse serviço. Mas então, pedimos autorização superior porque tínhamos que o pedir, pois a parceria envolvia uma verba superior a 100.000 euros e isso já tem alguns procedimentos que se tem que ter e tínhamos que ter a autorização do gabinete de secretário de Estado. Pedimos autorização e ela nunca veio e tivemos algum tempo a aguardar esse parecer. Iniciamos o ano e não tínhamos AEC e não pudemos dar a execução a entidade parceira e promovemos nós." (Entrevistada M)

### Tema 3 – Atividades

#### Informações relevantes:

**Número de professores das AEC** - "São 14." (Entrevistada M)

**Número de alunos** - "1690 alunos inscritos no total, o Pré-escolar - 203 crianças, no 1.º Ciclo cerca de 405, na escola 2.º e 3.º Ciclo da Sede do Concelho - 293 alunos e na da periferia - 244 alunos. Os CEF - 118 alunos. Na escola secundária - 427 alunos." (Entrevistada M)

**Número de estabelecimentos escolares** - "6 jardins de infância, 6 escolas do 1.º Ciclo, 2 escolas com 2.º e 3.º Ciclo e uma escola secundária." (Entrevistada M)

Categorias	Unidade textual
"Pacote clássico" das AEC	"Temos Inglês, Música, Atividade Física e Desportiva, atividade Lúdico-expressiva e Apoio ao Estudo. Mas as lúdico-expressivas são um âmbito muito largo, nós este ano optámos por fazer assim... no 1.º período desenvolvemos atividades no âmbito da dança, depois no 2.º período... fizemos teatro a pensar na feira medieval. A dança também foi a pensar numa festa de Natal com dança e os miúdos adoraram e preferiam ter dança todo ano, por isso para o ano vamos ver. Depois no 2.º período tivemos o módulo de teatro em que aprenderam técnicas e fizemos teatrinhos e assim. Neste último período é pintura. O que está planeado é fazerem pinturas de coisas históricas par levar para a feira medieval." (Entrevistada M)
Adesão quase total	"Temos uma boa adesão quase a 100%. A adesão foi a mesma que nos anos anteriores." (Entrevistada M)
Existe Flexibilização dos horários de acordo com a legislação	"Há flexibilização de horários... dois dias por semana em todas as turmas. Têm de manhã ou à tarde e a atividade letiva estende-se... os outros dias não." (Entrevistada M)
Imposição da flexibilização devido à instabilidade dos docentes das AEC	"Mas isto foi também uma forma de fazermos maiores horários para os docentes e também para garantir de certa forma que ficassem cá mais tempo porque nós sabemos que não tendo tanta carga horária torna mais débil o seu trabalho porque a pessoa está sempre e a espera de encontrar melhor de um momento para o outro rescinde e vai embora, depois temos que fazer nova contratação porque inclusivamente nós nem podemos aproveitar a lista, temos que fazer novo concurso." (Entrevistada M)

#### Tema 4 – Operacionalização das AEC

Categorias	Unidade textual
Professores das AEC contratados pelo agrupamento com contrato	“Têm um contrato de técnicos a termo certo que termina a dia 15 de junho.” (Entrevistada M)
Limitações económicas gerem situação precária na contratação dos professores das AEC	“Eu não sou muito especialista nos contractos mas eles têm um contracto desde o primeiro dia em que começaram a trabalhar até ao último dia porque nós não temos dinheiro para pagar mais e nós gostaríamos que ficassem mais uns dias, pelo menos dois ou três dias no final do ano, para podermos também fazer a avaliação mas neste momento vamos ter que fazer a avaliação na última semana de aulas porque não vai haver dinheiro para lhes pagar mais dias. Entretanto as férias tiveram que ser gozadas nas interrupções letivas, penso que eram 16 dias de férias de acordo com a lei e aplica-se aqui o mesmo regime que se aplica a um contrato normal de um técnico e não de um professor. Houve aí colegas que pediram a ADSE e acabaram por não poder ter porque não há dinheiro.” (Entrevistada M)
Inexperiência na seleção efetuada por concurso dos professores das AEC	“Tivemos que fazer concursos e a seleção e tivemos alguns problemas porque não tínhamos experiência e nunca tínhamos feito. Houve reclamações para o IGE e nós respondemos e entretanto foi arquivado porque não havia razão para reclamação.” (Entrevistada M)
Boa articulação entre o município e as AEC	“É um envolvimento que nós consideramos bom, porque tudo o que nós solicitamos, eles normalmente colaboram connosco e também promovem atividades que nos propõem também normalmente colaboramos com eles. Há sempre articulação com as AEC e não só. Por exemplo a feira do livro é uma iniciativa da Câmara e a casa do ambiente também e eles propõem nos as atividades e nós organizamos depois um calendário de forma, a que os alunos possam ir lá. E normalmente, eles assumem os custos dos transportes porque aqui temos escolas dispersas.” (Entrevistada M)
Supervisão efetuada pelos professores Titulares de Turma	“A gestão dos professores é assim... a supervisão pedagógica é feita pelos Titulares de Turma e no Departamento. Só quando há problemas de maior é que depois vêm para a direção. Agora todo o trabalho de articulação é feita entre os docentes mas quem é em primeira instância é o titular de turma o responsável.” (Entrevistada M)
Reuniões de avaliação realizadas no final de cada período	“No final do período há uma reunião entre eles em que eles discutem as avaliações e depois passam essa informação aos Titulares de Turma. No primeiro dia estão os titulares de turma a fazer a suas avaliações e eles também estão a fazer também as deles. Depois há um momento em que eles dão as avaliações aos Titulares de Turma e organizam a ficha deles com base na informação com os professores das AEC e depois no final desse período de avaliação em que já está tudo pronto e entregue aos pais, fazemos uma reunião com os docentes titulares e com os docentes das AEC no sentido de aferir situações e resolver problemas de planificação, de relacionamento e questões que se ponham. E nessa reunião tanto os colegas titulares de turma como os outros põem os problemas de organização e como as coisas estão.” (Entrevistada M)
Constrangimentos sentidos na avaliação devido às limitações económicas	“Gostaríamos de ter mais reuniões de avaliação porque não decorre da contratação dos professores mais horas para esse efeito. Os docentes são equiparados a técnicos e não há horas não letivas. Um professor tem horas letivas e horas não letivas e a partir por exemplo de 14 horas letivas já têm uma hora não letiva que tem que dar a escola para trabalho. No caso dos docentes das AEC que são técnicos, não são docentes, isso não se aplica ou seja até podemos aplicar mas isso não está claro na lei e acabamos por esbarrar aqui com coisas e depois também não queremos exigir muito deles, se eles não têm esse dever de dar. E então o que nós estamos neste momento a fazer é só reuniões de avaliação por período.” (Entrevistada M)

### Tema 5 – Gestão Financeira do Programa das AEC

Categorias	Unidade textual
DREC atribui 262 euros por aluno	“Nós recebemos a verba legislada, nós temos o máximo de atividades e recebemos o máximo que é de 262 euros por aluno. Portanto recebemos isso em parcelas, por período.” (Entrevistada M)
Verba disponibilizada pela DREC não é suficiente para fazer face às despesas do Programa das AEC	“Com esse dinheiro vamos fazendo face ao vencimento dos professores. Neste momento essa verba só dá mesmo para pagar aos professores. Todo o material inerente à planificação das atividades é suportado pelo agrupamento com verbas de diversa ordem. A Câmara dá-nos uma ajuda para várias coisas, os professores vendem o jornal e fazem outras vendas nas festas e com esses dinheiros nós depois compramos materiais para as escolas.” (Entrevistada M)

### Tema 6 – Políticas Educativas Locais

Categorias	Unidade textual
Desconhecimento do Projeto Educativo Local por parte do município	“Que eu tenha conhecimento não, não há assim nada formalizado até porque o Conselho de Educação não tem reunido. Aquilo que há é a carta educativa, há regulamentos sobre a ação social. Agora assim um documento... desconheço e também penso que muitas não têm. Supunha-se de acordo com os Conselhos Locais que cada Conselho definisse um projeto local.” (Entrevistada M)

### Tema 7 – Balanço das AEC no agrupamento

Categorias	Unidade textual
Resultados positivos relacionados com a estabilidade do corpo docente das AEC	“Aquilo que tem sido apontado relativamente a este ano e que correu melhor, de facto, em termos de faltas, não houve praticamente. Há uma forma para contornar essa questão da falta, por exemplo eu preciso faltar hoje uma hora ou duas horas no máximo, eu posso combinar com o Titular de Turma em que o Titular de Turma, nesse dia, dá a minha hora e depois noutro dia a combinar eu dou a hora dele, ou seja, fazemos uma permuta. E isso também nos evita que haja faltas. Isto não está escrito em lado nenhum, isto advém-nos da prática e pensando nas permutas que os professores também já fazem nós aplicamos isto também ao 1.º Ciclo. Agora acontece é que, por exemplo, com essas permutas, os alunos podem ter um dia em que só têm 4 horas letivas e noutro terem 6 horas letivas. É assim, não há nada que diga que as turmas podem ter mais ou menos horas letivas, não devem ir além das 7h mas isto é para 2.º ou 3.º Ciclo. No 1.º Ciclo nunca houve esta imposição, falou-se em cinco horas letivas diárias e nós também sabemos que há outras escolas que fazem isso e nunca tiveram problemas e então nós aplicamos aqui esta questão das permutas como nós fazemos com os docentes normalmente.” (Entrevistada M)
Disponibilidade em dar continuação ao programa das AEC	“Agora que já temos a experiência de contratação e de como fazer concursos e essa parte mais técnica... como os nossos funcionários da secretaria e assistentes técnicos já adquiriram essa experiência agora já não nos põe qualquer questão. No início tínhamos muitas dúvidas porque isto é muito núbil até ao nível de contratos não sabemos se são professores ou não.” (Entrevistada M)

### Tema 8 – Importância das AEC

Categorias	Subcategorias	Unidade textual
Vantagens	Relacionadas com as necessidades dos pais	“Eu acho que tem vantagens uma vez que os alunos têm que estar na escola porque as famílias necessitam da ocupação desse espaço de tempo, acho que é bom a escola dar outras ofertas de atividades.” (Entrevistada M)
	Relacionadas com os alunos	“Mas eu vejo vantagens em termos de Música e de Língua Estrangeira acho que há muitos ganhos... é bom.” (Entrevistada M)

	Relacionadas com a contratação dos professores das AEC ser feita pelo Agrupamento	"E este ano tivemos um ganho que foi os técnicos sendo contratados pelo agrupamento, os Titulares de Turma sentem-nos mais como colegas digamos e há uma maior aproximação, articulação e entrosamento das atividades. É também aquela ideia, estes também são nossos e cá da casa e a relação com o Titular de Turma com eles também melhora e os alunos também sentem isso, mas eu acho que ainda pode melhorar mais e só traz vantagem para os professores e alunos." (Entrevistada M)
Desvantagens	Relacionadas com o modo de contratação dos professores das AEC	"Agora existem alguns constrangimentos que têm a ver com essa questão do recrutamento dos técnicos, que nem sabemos se são técnicos ou professores." (Entrevistada M)
	Relacionadas com a carga horária excessiva por parte dos alunos	"E depois também há quem diga que é muito tempo dentro do mesmo edifício e do mesmo espaço e se calhar é porque seria muito mais interessante que eles saíssem e que fossem para espaços de coletividades tipo escolas de música de associações. Mas isso não é fácil porque envolve transportes e outros custos e eu compreendo que seja mais fácil têmo-los sentados num sítio das 9h às 17h30 e assim não há depois despesas inerentes a mais nada." (Entrevistada M)

#### Tema 9 – Descentralização de competências no domínio da Educação

Categorias	Unidade textual
A abrangência de outras competências educativas por parte dos municípios causa alguns receios e desconfianças	"Neste momento não sei se têm capacidade para isso mas talvez consigam mas tenho algumas dúvidas e receios porque pelo menos as Câmaras já não funcionam hoje como há 10 ou 15 anos. No entanto, há sempre aqui certas cores partidárias que podem causar alguns desconfortos. Agora se pensarmos em termos de ideal eu acho que seria o ideal em que é o governo que está no terreno e que sabe as necessidades e já trata da outra parte da população e era aqui uma questão de integrar tudo e depois também depende de quem está na câmara e não ter uma visão muito conjunto. Se calhar depois seria muito burocratizar na Câmara e também cada uma depois tem políticas muito diferentes umas das outras e a máquina ainda não está muito mecânica e ainda jogamos aqui com muitas formas de ser diferentes e subjetividade e pode ser bom. Mas se caminharmos para a municipalização se calhar vamos perder isso ou então podemos apanhar a parte má dessa parte de gerir isso de acordo com a maneira de ser e de estar da pessoa e ao servir-se dessa subjetividade apanhar o pior dela." (Entrevistada M)
Implementação das AEC constitui a primeira experiência da Municipalização da Educação	"Talvez este projeto tenha sido um começo e uma experiencia nesse âmbito, agora houve sítios onde correu bem e outros mal. No <i>Concelho dos Rios</i> , nós ainda tivemos muitas conversas com a o <i>Município dos Rios</i> a ver se eles não queriam voltar a ser os promotores. Mas disseram muito decididos, que não queriam, tivemos uma má experiencia, não queremos experimentar mais. Sei que o <i>Município dos Rios</i> também não aderiu a outras competências delegadas enquanto houve muitas Câmaras que o governou delegou competências e eles aceitaram. O <i>Concelho Dos Rios</i> foi um dos que não aceitou porque a educação fica muito cara acho que deve ser por isso. Se calhar isto foi uma experiência para ver como isto funciona e poderemos estar a ir para uma municipalização." (Entrevistada M)